

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS – CARVI
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

ANDERSON FRÜBEL

POLÍTICA TARIFÁRIA EMERGENCIAL: ANÁLISE HISTÓRICA E IMPACTOS
NO COMÉRCIO E NAS EMPRESAS

BENTO GONÇALVES

2026

ANDERSON FRÜBEL

**POLÍTICA TARIFÁRIA EMERGENCIAL: ANÁLISE HISTÓRICA E IMPACTOS NO
COMÉRCIO E NAS EMPRESAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Curso de Comércio Internacional da
Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Bacharel em Comércio Internacional.

Orientador TCC I: Prof. Ms. Rosimeri Machado

Orientador TCC II: Prof. Ms. Rosimeri Machado

BENTO GONÇALVES

2026

ANDERSON FRÜBEL

**POLÍTICA TARIFÁRIA EMERGENCIAL: ANÁLISE HISTÓRICA E IMPACTOS NO
COMÉRCIO E NAS EMPRESAS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Curso de Comércio Internacional da
Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Bacharel em Comércio Internacional.

Aprovado em: __/ __/

Banca Examinadora:

▪

Orientadora Rosimeri Machado
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Guilherme Bergmann B. Vieira
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Simone F. de Andrade Klein
Universidade de Caxias do Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar, principalmente ao meu pai, com sua famosa frase: “estude, meu filho, porque a caneta pesa menos que a enxada”. À minha mãe, que sempre me ajudou nos dias de aula, cobrando pontualidade para que eu não perdesse o ônibus, e ao meu irmão, pela nossa pequena e constante competição interna, que sempre serviu como motivação.

Gostaria de agradecer também a todos os professores e colegas que fizeram parte da minha trajetória acadêmica durante esses cinco anos e meio, especialmente àqueles que se tornaram amigos ao longo dessa caminhada. Em especial, agradeço à minha orientadora, que esteve presente em todas as etapas deste trabalho, esclarecendo dúvidas, orientando, corrigindo quando necessário e contribuindo de forma fundamental para a construção deste estudo.

Não posso deixar de agradecer também a todas as pessoas que dedicaram parte do seu tempo para contribuir com este trabalho. À minha namorada, Morgana, por todo o suporte, incentivo e pelas leituras atentas do trabalho, sempre trazendo sugestões importantes a fim de melhorá-lo. À minha amiga Larissa, por compartilhar sua experiência acadêmica e auxiliar durante esse processo.

Da mesma forma, agradeço a todos os entrevistados que disponibilizaram parte do seu tempo pessoal e profissional para responder aos questionamentos desta pesquisa. Suas contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste estudo.

Por fim, agradeço pela oportunidade de aprofundar meus conhecimentos em um tema que despertou grande interesse ao longo da graduação. Além da relação com a história, assunto que sempre me chamou a atenção, este trabalho também me permitiu explorar áreas pelas quais desenvolvi interesse nos últimos anos, especialmente economia, geopolítica e comércio internacional.

RESUMO

O presente trabalho aborda a evolução das tarifas em contextos de crises econômicas e disputas geopolíticas, analisando seus impactos sobre os negócios internacionais e o cotidiano das populações afetadas por essas medidas. O estudo buscou compreender a transformação das tarifas ao longo da história, passando de instrumentos voltados ao controle comercial e arrecadação governamental para ferramentas estratégicas utilizadas em disputas econômicas e políticas entre países. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, complementada por uma pesquisa qualitativa realizada com empresas da Serra Gaúcha e consumidores residentes nos Estados Unidos, buscando identificar os efeitos práticos das tarifas sobre empresas, cadeias de suprimentos e hábitos de consumo. Os resultados demonstraram que as tarifas impactam diretamente os custos operacionais, a competitividade empresarial, a organização das cadeias globais de abastecimento e o poder de compra da população. Além disso, verificou-se que a principal dificuldade enfrentada pelos agentes comerciais está relacionada à imprevisibilidade e à rapidez com que essas medidas são implementadas, dificultando o planejamento estratégico e a adaptação dos mercados. Conclui-se que as tarifas continuam sendo instrumentos relevantes no controle das relações comerciais internacionais, especialmente quando utilizadas de forma estratégica e planejada. Entretanto, observa-se que seu uso vem assumindo caráter cada vez mais político e geopolítico, influenciando não apenas o comércio internacional, mas também as relações econômicas e sociais entre países.

Palavras chave: Tarifas. Comércio internacional. Protecionismo. Globalização. Geopolítica.

ABSTRACT

This study addresses the evolution of tariffs in contexts of economic crises and geopolitical disputes, analyzing their impact on international business and on the daily lives of populations affected by such measures. The research aimed to understand the transformation of tariffs throughout history, from instruments focused on trade control and government revenue collection to strategic tools used in economic and political disputes between countries. The study was developed through bibliographic and documentary research, complemented by qualitative research conducted with companies from the Serra Gaúcha region in Brazil and consumers residing in the United States, seeking to identify the practical effects of tariffs on business, supply chains, and consumption habits. The results demonstrated that tariffs directly affect operational costs, business competitiveness, the organization of global supply chains, and consumer purchasing power. In addition, the study found that the main difficulty faced by commercial agents is related to the unpredictability and speed with which the measures are implemented, making strategic planning and market adaptation more difficult. It is concluded that tariffs remain relevant instruments in the regulation of international trade relations, especially when applied in a strategic and planned manner. However, their use has increasingly assumed a political and geopolitical character, influencing not only international trade but also economic and social relations between countries.

Keywords: Tariffs. International trade. Protectionism. Globalization. Geopolitics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais aspectos da metodologia usada no presente trabalho.....	31
Quadro 2 - As 10 maiores economias do mundo.....	56
Quadro 3 - Síntese dos principais pontos dos estudos de caso.....	67
Quadro 4 - Síntese das principais ideias dos entrevistados pessoa jurídica.....	75
Quadro 5 - Matriz de análise das entrevistas com pessoas jurídicas.....	80
Quadro 6 - Síntese das principais ideias dos entrevistados pessoa física.....	86
Quadro 7 - Cruzamento entre empresas e consumidores entrevistados.....	90
Quadro 8 - Cruzamento entre estudos de caso e resultados da pesquisa.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - A desvalorização do Baht (1996-1998).....	34
Figura 02 - Histórico do PIB dos países mais afetados pela crise (1995 - 2000).....	36
Figura 03 - Medidas de Ajuste Estrutural Recomendadas pelo FMI à Tailândia (1997-1998).....	38
Figura 04 - Medidas de Ajuste Estrutural Recomendadas pelo FMI à Indonésia (1997-1998).....	40
Figura 05 - Medidas de Ajuste Estrutural Recomendadas pelo FMI à Coreia do Sul (1997-1998)....	41
Figura 06 - Queda do preço dos imóveis EUA.....	44
Figura 07 - Queda do comércio internacional e posterior recuperação (2008 a 2011).....	45
Figura 08 - Medidas registradas pelo Global Trade Alert (Nov. 2008 - Nov. 2011).....	49
Figura 09 - Porcentagem de novas barreiras não tarifárias.....	50
Figura 10 - 89 países que mais utilizaram medidas comerciais (Set. 2008 - Jul. 2011).....	52
Figura 11 - Zonas econômicas especiais chinesas.....	58
Figura 12 - Comércio de bens entre Estados Unidos e China (1985-2020).....	62

LISTA DE SIGLAS

NAFTA - Área de Livre Comércio da América do Norte

OMC - Organização Mundial do Comércio

UE - União Europeia

USMCA - Acordo Estados Unidos-México-Canadá

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFC - International Finance Corporation

FMI - Fundo Monetário Internacional

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático

AFTA - Área de Livre Comércio da ASEAN

CEPT - Programa de Tarifas Preferenciais Comum Efetivas

APEC - Cooperação Econômica Ásia-Pacífico

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

OIT - Organização Mundial do Trabalho

TARP - Troubled Asset Relief Program

IVA - Imposto sobre Valor Agregado

PIB - Produto Interno Bruto

G-20 - Grupo dos Vinte

NMF - Nação Mais Favorecida

ZEE - Zona Econômica Especial

GRI - General Rate Increase

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1. DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.2. OBJETIVOS.....	13
1.2.1. GERAL.....	13
1.2.2. ESPECÍFICOS.....	13
1.3. JUSTIFICATIVA.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1. CONCEITOS BÁSICOS: LIVRE-COMÉRCIO E PROTECIONISMO.....	16
2.2. CONCEITOS BÁSICOS: TARIFAS E BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS.....	17
2.3. FUNÇÕES DAS TARIFAS EM ECONOMIAS ABERTAS.....	18
2.4. TIPOS DE TARIFAS: PERMANENTES X EMERGENCIAIS.....	19
2.5. TARIFAS COMO FERRAMENTA REATIVA.....	21
2.6. HISTÓRICO DO USO DE TARIFAS.....	22
2.7. O COMÉRCIO INTERNACIONAL NO SÉCULO XX: DAS BARREIRAS PROTECIONISTAS À ABERTURA ECONÔMICA.....	24
2.8. CONEXÃO COM POLÍTICAS PROTECIONISTAS E GLOBALIZAÇÃO.....	25
3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS.....	27
3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.1.1. NATUREZA.....	27
3.1.2. ESTRATÉGIAS.....	28
3.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA QUALITATIVA.....	29
3.3. PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	30
3.4. PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4. ESTUDOS DE CASO.....	32
4.1. ESTUDO DE CASO I: CRISE ASIÁTICA NOS ANOS 1990.....	32
4.1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA NO PERÍODO.....	33
4.1.2. POLÍTICAS ADOTADAS PARA PROTEGER SETORES VULNERÁVEIS.....	35
4.1.3. RESPOSTAS TARIFÁRIAS E NÃO TARIFÁRIAS DOS PAÍSES AFETADOS.....	37
4.1.4. EFEITOS COMERCIAIS E REFLEXOS GLOBAIS.....	42
4.2. ESTUDO DE CASO II: CRISE ECONÔMICA GLOBAL DE 2008.....	42
4.2.1. ESTOURO DA BOLHA IMOBILIÁRIA E CRISE FINANCEIRA.....	43
4.2.2. MEDIDAS ADOTADAS PELOS EUA, UE E ECONOMIAS EMERGENTES.....	46
4.2.3. USO DE TARIFAS EM SETORES ESTRATÉGICOS.....	48
4.2.4. IMPACTO NAS CADEIAS GLOBAIS E NAS TENSÕES COMERCIAIS.....	53
4.3. ESTUDO DE CASO III: GUERRA COMERCIAL EUA X CHINA (2018–2023).....	55
4.3.1. ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA E TENSÕES COM OS EUA.....	56

4.3.2. TARIFAS COMO ARMA DIPLOMÁTICA E ECONÔMICA.....	60
4.3.3. ANÁLISE DO IMPACTO NO COMÉRCIO, NA POLÍTICA E NOS CONSUMIDORES.....	64
4.4. QUADRO SÍNTESE - ESTUDOS DE CASO.....	66
5. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS.....	67
5.1. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - PESSOA JURÍDICA.....	68
5.1.1. RELATO DAS ENTREVISTAS.....	68
5.1.2. AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTAS - PESSOA JURÍDICA.....	78
5.2. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - CONSUMIDOR FINAL.....	81
5.2.1. RELATO DAS ENTREVISTAS.....	81
5.2.2. AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTAS - PESSOA FÍSICA.....	87
5.3. CRUZAMENTO DAS ANÁLISES.....	90
5.4. COMPARAÇÕES ENTRE OS TRÊS ESTUDOS DE CASO E PESQUISA.....	91
6. CONCLUSÕES.....	95
6.1. CONCLUSÕES SOBRE O USO DE TARIFAS EMERGENCIAIS EM CRISES.....	95
6.2. CONCLUSÕES REFERENTES ÀS PESQUISAS.....	97
6.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	98
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	106

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, as tarifas exercem forte influência sobre a economia mundial, principalmente em decorrência da crescente integração econômica promovida pela globalização nas últimas décadas. Com o desenvolvimento do comércio internacional ao longo do final do século XX e início do século XXI, as relações comerciais entre países tornaram-se cada vez mais interdependentes, tornando necessário compreender com maior precisão os impactos das tarifas sobre os negócios, as relações internacionais e o consumo da população. Nesse sentido, Krugman, Obstfeld e Melitz (2016) destaca que as tarifas podem proteger determinados setores econômicos, mas também tendem a elevar preços e gerar ineficiências produtivas.

O retorno de políticas protecionistas em grandes economias reacendeu debates sobre os impactos das tarifas na economia global. Com a evolução das tarifas para um papel cada vez mais relevante nas disputas políticas e econômicas entre países, recentes tensões comerciais passaram a ser marcadas pelo aumento de barreiras tarifárias e pela redução do fluxo de comércio internacional em razão do aumento dos custos envolvidos nas negociações. Conforme Pautasso et al. (2021), no contexto da disputa entre Estados Unidos e China, as tarifas passaram a assumir também um caráter geopolítico, sendo utilizadas como instrumentos de pressão e negociação entre grandes potências e como esses movimentos protecionistas influenciam o comércio global, alterando relações comerciais, cadeias produtivas, estratégias empresariais e impactando diretamente aspectos econômicos e sociais, como inflação e instabilidade política.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficácia das tarifas em períodos de crise econômica, diferenciando estratégias permanentes de medidas emergenciais, bem como compreender de que forma essas políticas impactam as relações internacionais e os diferentes agentes presentes no comércio internacional.

A relevância deste estudo está relacionada à sua contribuição para a literatura de comércio internacional, especialmente no que se refere à evolução histórica das tarifas e à transformação de suas funções ao longo do tempo. Do ponto de vista prático, o trabalho busca demonstrar como essas medidas afetam empresas, consumidores e a dinâmica econômica de países envolvidos em cenários de crise e instabilidade comercial.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, incluindo livros, artigos científicos e relatórios relacionados ao comércio internacional e às políticas tarifárias. Complementarmente, foram conduzidas pesquisas qualitativas com empresas e consumidores direta ou indiretamente impactados por tarifas e outras barreiras comerciais, buscando aprofundar a análise prática dos efeitos dessas medidas.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, o tema, os objetivos e a justificativa da pesquisa. O segundo capítulo corresponde ao referencial teórico, abordando conceitos fundamentais do comércio internacional, funções e tipos de tarifas, além de sua evolução histórica e relação com políticas protecionistas e processos de globalização.

No terceiro capítulo são apresentados os estudos de caso relacionados às três crises selecionadas para representar diferentes formas de utilização das tarifas em contextos econômicos distintos. O quarto capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa e os procedimentos adotados para sua realização e avaliação. O quinto capítulo aborda a pesquisa conduzida com empresas e consumidores impactados por tarifas e outras barreiras comerciais. Por fim, o sexto capítulo apresenta as considerações finais, contendo as conclusões referentes ao uso das tarifas em períodos de crise, seus impactos econômicos e sociais, além de sugestões para pesquisas futuras.

1.1. DELIMITAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O presente estudo tem como tema as políticas tarifárias adotadas por países em momentos de crise econômica. Ao longo da história, tarifas e barreiras comerciais foram usadas para proteger a economia interna e a indústria nacional. Porém, no cenário atual, elas também funcionam como ferramentas de negociação e de pressão política no comércio internacional. Em algumas situações, especialistas e a mídia chegaram a comparar a disputa por tarifas a uma “guerra mundial”, não de armas, mas de percentuais aplicados sobre produtos.

A delimitação deste trabalho concentra-se em analisar casos em que as tarifas foram aplicadas como resposta a crises, avaliando os resultados e se realmente cumpriram os objetivos esperados. Foram estudados três episódios principais: a Crise Asiática da década de 1990, a Crise Financeira de 2008 e a Guerra Comercial entre os Estados Unidos e China, iniciada formalmente em 2018 e continua até os dias atuais, reunindo as informações o estudo buscará aproximar a teoria da prática por meio de entrevistas com os principais afetados por essas medidas, empresas exportadoras, importadoras e consumidores. Além disso, outras várias crises que podem ser mencionadas, como a Crise da Dívida Europeia (2010-2012), a Crise do Petróleo (1973 a 1979), pandemia da COVID-19 (2020-2022), Guerra da Ucrânia (a partir de 2022), Crise do México/NAFTA (1994-1995).

O tema já foi tratado em pesquisas anteriores, McDonald e Henn, no livro *Protectionist Responses to the Crisis*, publicado em 2011, analisaram como as barreiras comerciais mudaram

durante a crise de 2008-2009. Hero e Choi em seu trabalho, publicado em 2023, também estudaram as transformações no comportamento dos países diante da instabilidade econômica, enquanto Lindé e Pescatori, em seu artigo publicado em 2017, destacaram que o uso de tarifas pode trazer efeitos negativos de longo prazo, como queda na renda e no comércio mundial. Assim, este trabalho segue a linha de estudos já existentes, mas busca ampliar a discussão ao relacionar casos históricos, impactos econômicos e efeitos sobre a sociedade.

A importância do tema está no fato de que, tarifas não são apenas medidas técnicas de comércio, mas estratégias que influenciam diretamente a economia global. Elas afetam empresas, trabalhadores e consumidores, alterando preços, competitividade e acesso a produtos. Por isso, compreender seu papel em momentos de crise é essencial para avaliar decisões passadas e pensar em possíveis respostas a crises futuras.

Diante disso, surge a questão desta pesquisa: em que medida as políticas tarifárias se mostram eficazes em tempos de crise para mitigar impactos econômicos e comerciais, especialmente nas relações internacionais entre empresas exportadoras e importadoras?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. GERAL

Analisar a eficácia das políticas tarifárias emergenciais em tempos de crise e seus impactos nas relações comerciais internacionais e nas negociações entre empresas exportadoras e importadoras.

1.2.2. ESPECÍFICOS

- A. Investigar três crises econômicas relevantes, Crise Asiática nos anos 1990, Crise Econômica Global de 2008 e Guerra Comercial EUA x China (2018-2023), em que se adotaram políticas tarifárias emergenciais.
- B. Avaliar os impactos dessas políticas no comércio global e nas negociações das empresas da região estudada.
- C. Analisar os efeitos dessas políticas nas relações comerciais internacionais, considerando, aspectos de competitividade, barreiras comerciais e acordos internacionais.
- D. Avaliar os impactos das políticas tarifárias nos consumidores de países que usam essa estratégia mais protecionista no comércio internacional recente.

E. Comparar os resultados obtidos nos diferentes casos analisados para elaborar conclusões sobre seu impacto, que pode ser positivo ou negativo, ou ambos, em casos que obrigam empresas a desenvolverem novos mercados.

1.3. JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela análise de casos históricos em que políticas tarifárias foram aplicadas em situações de emergência, crises econômicas ou disputas de poder entre nações. A escolha dos três casos estudados se dá pelo método comparativo de contraposição, pois cada crise apresenta uma forma diferente de resposta econômica diante de momentos de instabilidade.

A Crise Asiática dos anos 1990 foi escolhida por representar uma crise cambial e financeira, na qual a atuação do FMI e a liberalização comercial tiveram papel importante na recuperação dos países afetados. Já a Crise Econômica Global de 2008 foi selecionada por demonstrar um cenário em que muitos países evitaram o uso direto de tarifas, adotando subsídios, barreiras não tarifárias e outras medidas de proteção econômica. Por fim, a Guerra Comercial entre Estados Unidos e China foi escolhida por representar o retorno agressivo das tarifas no cenário contemporâneo, agora também como ferramenta de disputa geopolítica.

Dessa forma, os três casos permitem comparar situações em que as tarifas foram aplicadas, evitadas ou substituídas por outras medidas econômicas. A pandemia da COVID-19, embora relevante para o comércio internacional, não foi incluída por envolver fatores específicos ligados à saúde pública, fechamento de fronteiras e restrições sanitárias, o que ampliaria excessivamente o foco da pesquisa.

A relevância da pesquisa se dá, primeiramente, no campo acadêmico, ao aprofundar a compreensão sobre os efeitos das tarifas como instrumento de política econômica em cenários de instabilidade.

Do ponto de vista prático, o estudo busca identificar como essas medidas impactaram empresas exportadoras e importadoras que enfrentam oscilações tarifárias e de mercado, oferecendo subsídios para gestores, formuladores de políticas e governos que enfrentam desafios semelhantes no futuro. Segundo Paul Krugman, Obstfeld e Melitz, no livro *Economia Internacional* (2016), ele aponta que as tarifas podem beneficiar certos setores econômicos e ajudar a manter o emprego local, mas também tendem a aumentar o preço médio dos produtos e levar a ineficiências produtivas.

Por fim, a justificativa social está na possibilidade de compreender como decisões governamentais em momentos de crise refletem diretamente no cotidiano das populações,

influenciando preços, empregos e o acesso a bens e serviços. Para Rodrik (2025), as tarifas servem somente de apoio a alguma estratégia econômica interna do país, não sendo uma ferramenta que vai resolver todos os problemas do país. Assim, a análise proposta pretende fornecer um olhar crítico e multidimensional sobre o papel das tarifas em momentos de crise, evidenciando sua eficácia e seus limites como ferramenta de regulação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui serão abordados temas relevantes para o entendimento do trabalho, relacionado a conceitos econômicos e às tarifas, suas funções e tipos, e a evolução ao longo da história.

2.1. CONCEITOS BÁSICOS: LIVRE-COMÉRCIO E PROTECIONISMO

O comércio internacional acompanha a humanidade desde os primeiros contatos entre povos, quando mercadorias e recursos escassos eram trocados além das fronteiras locais. Com o tempo, essa prática se consolidou como elemento essencial da economia mundial, especialmente com o avanço da globalização. Nesse cenário, o conceito de livre comércio, desenvolvido a partir das ideias de Adam Smith, no final do século XVIII, defende que a busca pelo interesse individual, em um mercado aberto, pode gerar benefícios para toda a sociedade. Essa doutrina ganhou maior força durante a era do Neoliberalismo, tornando-se a principal forma de organização econômica adotada por diversos países (Jakobsen, 2006). A partir dela surgiram as primeiras Zonas de Livre Comércio, entre as quais se destaca a NAFTA (Área de Livre Comércio da América do Norte), estabelecida em 1994 e envolvendo Estados Unidos, México e Canadá (Valinor, 2023).

Na contramão do livre comércio, encontra-se o protecionismo, que pode ser definido como o conjunto de ações governamentais voltadas à defesa da economia nacional. Essas medidas têm como objetivo encarecer ou dificultar a entrada de produtos importados, reduzindo sua competitividade frente aos bens produzidos internamente. Para isso, os governos recorrem a instrumentos como o aumento da carga tributária sobre importados, estabelecendo barreiras alfandegárias, ou ainda à criação de certificados e licenças específicas para a comercialização no mercado interno, caracterizando as chamadas barreiras não tarifárias. Ao restringir a concorrência estrangeira, o protecionismo busca valorizar a produção local, gerando emprego, renda e maior circulação de moeda dentro do país. Além disso, oferece às empresas nacionais melhores condições para expandir suas atividades, ao reduzir a pressão competitiva externa. Dessa forma, o protecionismo se traduz em medidas de intervenção estatal cuja finalidade é fortalecer a economia doméstica e limitar a saída de recursos para o exterior (Lopes, 2020).

2.2. CONCEITOS BÁSICOS: TARIFAS E BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS

Como já mencionado, em economias mais protecionistas existem dois tipos principais de barreiras: às tarifárias e as não tarifárias.

As barreiras tarifárias têm natureza pecuniária e incluem tarifas de importação e outras taxas aplicadas sobre mercadorias. Podem ser classificadas em:

- Tarifas específicas, cobradas sobre a quantidade importada de determinado produto;
- Taxas ad valorem, aplicadas sobre o valor aduaneiro da mercadoria;
- Taxas combinadas, que unem a tarifa específica à ad valorem.

Por outro lado, as barreiras não tarifárias atuam de forma indireta, sem a aplicação de tarifas diretas sobre os produtos. Com a redução das tarifas promovida por acordos multilaterais, essas medidas ganharam maior destaque, pois impõem custos adicionais e exigências técnicas às empresas exportadoras (Brasil, 2024).

Entre os principais exemplos de barreiras não tarifárias, podemos citar:

- Cotas de importação, que limitam a entrada de produtos estrangeiros para proteger a produção local;
- Medidas sanitárias e fitossanitárias, aplicadas principalmente a alimentos e produtos agrícolas, garantindo que estejam livres de pragas ou substâncias prejudiciais à saúde;
- Normas técnicas e regulatórias, aplicadas a produtos industrializados, como medicamentos, eletrodomésticos e veículos, assegurando que atendam padrões de segurança e qualidade;
- Medidas de defesa comercial, previstas pela OMC (Organização Mundial do Comércio), que visam neutralizar práticas desleais de comércio ou responder a surtos de importações. Nesse grupo destacam-se:
 - Medidas antidumping e compensatórias, aplicadas contra práticas que prejudiquem a indústria nacional;
 - Salvaguardas, que podem assumir a forma de sobretaxas ou restrições quantitativas, permitindo que setores internos tenham tempo para se ajustar a aumentos repentinos de importações.

Assim, tanto barreiras tarifárias quanto não tarifárias representam instrumentos fundamentais de proteção econômica, sendo aplicadas de acordo com os objetivos de cada governo frente às dinâmicas do comércio internacional (Brasil, 2024)

Com o intuito de facilitar o comércio entre países, surgem os acordos comerciais, negociados entre dois ou mais governos. Seu principal objetivo é reduzir ou eliminar barreiras tarifárias e não tarifárias, além de estabelecer regras claras para as transações entre países membros. Esses acordos não apenas ampliam o acesso a mercados externos, mas também abrem espaço para maior colaboração entre as nações em áreas como investimentos estrangeiros, compras governamentais, concorrência e propriedade intelectual (Brasil, 2025).

Para as empresas exportadoras, os acordos possibilitam oferecer produtos a preços mais competitivos e acessar novos mercados com maior facilidade, uma vez que reduzem tarifas e simplificam regulamentações técnicas e sanitárias. Entre as vantagens destacam-se a segurança jurídica, estabilidade nas relações comerciais, fortalecimento de vínculos bilaterais, diversificação das exportações e aumento da competitividade internacional (Brasil, 2025).

Em geral, os acordos possuem duas partes principais:

- Normativa, que reúne regras sobre barreiras não tarifárias, normas sanitárias, técnicas, aduaneiras e de defesa comercial, além de instrumentos de solução de controvérsias;
- Listas de concessões, que detalham os produtos negociados e as reduções tarifárias acordadas entre os países.

Entre os principais exemplos estão a União Europeia (UE), que reúne 27 países, o USMCA (Acordo Estados Unidos-México-Canadá), que substituiu o antigo NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) em primeiro de julho de 2020, e o Mercosul, integrado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

2.3. FUNÇÕES DAS TARIFAS EM ECONOMIAS ABERTAS

No início do comércio internacional entre países, as tarifas e impostos possuíam principalmente caráter de arrecadação para os governos. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve uma mudança significativa na visão sobre o comércio internacional. Governos, motivados pela necessidade de reconstrução econômica e pela promoção de uma maior colaboração entre as nações, começaram a abrir seus mercados a produtos estrangeiros. Instituições como o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) surgiram para criar regras mais claras e facilitar o comércio entre países, promovendo estabilidade e crescimento econômico (Novelo, 2021).

Grandes líderes da época defenderam publicamente o livre comércio. Ronald Reagan, quadragésimo presidente dos Estados Unidos, afirmou em 1988 em uma transmissão de rádio:

Falamos com frequência sobre comércio usando o vocabulário da guerra. Na guerra, para um lado vencer, o outro deve perder. Mas o comércio não é guerra. O comércio é uma aliança econômica que beneficia ambos os países. Não há perdedores, apenas vencedores; e o comércio ajuda a fortalecer o mundo livre. (Reagan, 1988, tradução nossa).¹

Ideias semelhantes já haviam sido defendidas por Winston Churchill, ex-primeiro-ministro da Inglaterra, que em 1906 afirmou em seu livro *Free Trade*:

O livre comércio é uma condição de progresso; é um auxílio ao progresso; é um sinal de progresso; mas não é o progresso em si. Algo mais do que isso é necessário. O livre comércio nunca será defendido com segurança por uma política puramente negativa. (Churchill, 1906, p.78, tradução nossa).²

Com base nesses pensamentos, ao longo do século XX, as tarifas deixaram de ser utilizadas apenas para arrecadação e passaram a ter funções regulatórias. Nos países com economias abertas, as tarifas passaram a servir também para controlar a entrada de produtos importados e a saída de produtos nacionais, proteger setores estratégicos e estimular a competitividade doméstica. Além disso, a redução de barreiras tarifárias possibilitou que as empresas oferecessem preços mais justos aos consumidores e competissem de forma mais eficiente no mercado internacional (Novelo, 2021).

De maneira geral, as funções das tarifas em economias abertas evoluíram: de instrumentos de arrecadação, passaram a mecanismos de regulação, proteção estratégica e estímulo à competitividade, contribuindo para um comércio internacional mais organizado e equilibrado.

2.4. TIPOS DE TARIFAS: PERMANENTES X EMERGENCIAIS

De acordo com a teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo (1817), os países tendem a desenvolver maior eficiência em determinadas áreas produtivas, como agricultura, automação ou industrialização. Essa especialização gera benefícios no comércio internacional, mas também motiva a adoção de políticas de proteção em setores considerados estratégicos.

¹ No original: “We too often talk about trade while using the vocabulary of war. In war, for one side to win, the other must lose. But commerce is not warfare. Trade is an economic alliance that benefits both countries. There are no losers, only winners; and trade helps strengthen the free world.”

² No original: “Free trade is a condition of progress; it is an aid to progress; it is a herald of progress; but it is no progress. Something more than that is needed. Free trade will never be securely defended by a purely negative policy.”

Com o intuito de proteger esses setores estratégicos da economia, é comum o uso de tarifas permanentes, aplicadas de forma contínua para limitar a concorrência internacional e preservar a indústria nacional. Já as tarifas emergenciais são adotadas em situações específicas, geralmente como resposta a crises, surtos de importação ou medidas de retaliação contra outros países, com o objetivo de evitar danos imediatos à economia.

No caso das tarifas permanentes, o propósito central, como já mencionado, é manter a soberania da indústria nacional em setores estratégicos, prevenindo a entrada de mercadorias estrangeiras que poderiam reduzir investimentos e comprometer o crescimento do setor. Essas tarifas, aplicadas por longos períodos, também representam uma fonte de arrecadação constante para os governos e uma previsão da balança comercial, já que incidem sobre a importação de bens variados. Um exemplo é o Imposto de Importação, utilizado no Brasil sobre diversos produtos vindos do exterior (Brasil, 2024).

Por outro lado, as tarifas emergenciais têm caráter temporário e reativo. São aplicadas diante de situações excepcionais, como práticas de dumping, crises econômicas, disputas comerciais ou para impedir a entrada repentina de grandes volumes de produtos importados, que poderiam gerar excesso de oferta no mercado interno e desequilíbrio na balança comercial do país. Outro exemplo relevante é o uso de medidas antidumping pelo Brasil, como no caso da aplicação de direito antidumping provisório sobre calçados importados da China, classificados nas posições 6402 a 6405 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). A medida foi adotada pela Câmara de Comércio Exterior por meio da Resolução CAMEX nº 48/2009, com o objetivo de proteger a indústria nacional contra práticas consideradas desleais de comércio internacional. Posteriormente, a Resolução CAMEX nº 14/2010 encerrou a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo sobre essas importações.

Independentemente de serem permanentes ou emergenciais, as tarifas no comércio internacional funcionam como um termômetro da economia e uma ferramenta de controle dos governos. Sua aplicação auxilia no equilíbrio da oferta no mercado interno e da balança comercial, regula a exposição a produtos internacionais, auxilia no controle de saída e entrada de divisas e protege setores estratégicos da economia. Dessa forma, as tarifas cumprem um papel central não apenas na arrecadação, mas também na definição de políticas de desenvolvimento e de posicionamento competitivo dos países no cenário global.

2.5. TARIFAS COMO FERRAMENTA REATIVA

Como mencionado no tópico anterior, existem tarifas permanentes e emergenciais. As primeiras são aplicadas por longos períodos, com o objetivo de arrecadação e controle econômico, enquanto as segundas têm caráter imediato, sendo utilizadas como resposta a práticas desleais ou como instrumento de retaliação comercial. Ao longo da história, diversos países recorreram a essas medidas, sobretudo para proteger setores estratégicos em momentos de crise ou a pedido de suas indústrias nacionais.

Os impactos decorrentes da aplicação dessas tarifas são amplos e incertos. De um lado, podem proteger empregos, estimular a produção doméstica e atender a pressões de grupos econômicos locais. De outro, podem gerar efeitos adversos, caracterizados pelo chamado “efeito bumerangue”: aumento da inflação, retaliação por parte de outros países e deterioração das relações comerciais. Essa dinâmica se aproxima da análise de Krugman, Obstfeld e Melitz (2016), que aponta que as tarifas podem proteger determinados setores, mas também tendem a elevar preços e gerar perdas de eficiência econômica.

Entre os exemplos, destaca-se a chamada “Taxa das Blusinhas”, aprovada em 1º de agosto de 2024. A medida estabeleceu a cobrança de 20% de imposto de importação em compras internacionais de até 50 dólares - até então isentas -, além do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de 17%. A proposta recebeu forte apoio do varejo nacional, que se considera prejudicado pela concorrência de grandes plataformas asiáticas, como Shein e Shopee. Após um ano de vigência, o consumo médio dessas importações caiu mais de 60%, resultando em uma perda superior a R\$1,3 bilhão para os Correios, a principal responsável pela entrega das encomendas (G1, 2025). Segundo a própria estatal, “as mudanças provocaram a queda no volume de postagens e o aumento da concorrência, resultando na redução das receitas vinculadas a esse segmento” (G1, 2025). Em contrapartida, grandes varejistas nacionais como Renner, Riachuelo e C&A registraram, respectivamente, aumentos de 28,4%, 151,2% e 138,9% em seus lucros no mesmo período (Oliveira, 2025). Para o economista Roberto Kanter, esse crescimento guarda relação direta com a medida, ao reduzir a diferença de preço entre produtos nacionais e importados e estimular a preferência do consumidor pelas opções oferecidas localmente, com menor tempo de espera e maior praticidade.

Outro caso emblemático ocorreu em março de 2002, quando o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, impôs tarifas sobre o aço. No período entre março de 2002 e março de 2003, a indústria norte-americana perdeu aproximadamente 475 mil postos de trabalho - número superior ao total de empregos da própria indústria siderúrgica do país. Isso ocorreu

porque os fabricantes não conseguiram repassar o aumento de custos aos clientes, devido a contratos previamente firmados. Além disso, a bolsa norte-americana S&P 500, que reúne 500 grandes empresas dos EUA, perdeu cerca de 2 trilhões de dólares em valor de mercado entre março de 2002 e maio de 2003. A recuperação somente ocorreu em dezembro de 2003, após a retirada das tarifas, motivada pela ameaça de retaliação da União Europeia (Breuhan, 2025).

Dessa forma, percebe-se que as tarifas reativas constituem instrumentos de grande relevância para os governos na condução da política econômica e comercial. Contudo, seu uso deve ser criterioso, com plena consciência de seus potenciais benefícios e riscos. A aplicação excessiva ou desmedida tende a gerar instabilidade, não apenas no comércio exterior, mas também na economia interna e na própria credibilidade governamental.

2.6. HISTÓRICO DO USO DE TARIFAS

Grandes impérios e nações, com suas culturas diversificadas, políticas estruturadas, sistemas de comércio e industrialização, bem como instituições educacionais, têm como um de seus pilares a administração fiscal por meio do Estado, prática mantida ao longo dos séculos. Um exemplo típico é o Império Romano, onde as tarifas desempenhavam papel central na gestão econômica. Cobradas sobre mercadorias que cruzavam as fronteiras das províncias ou ingressavam no território imperial, essas tarifas constituíam um dos mecanismos cruciais para a manutenção da política romana e de sua economia (Corrêa, 2008).

Durante a “Pax Romana” - período de relativa paz e estabilidade em todo o império -, rotas comerciais como a Via Appia, que conectava o centro do império às províncias do sul da Itália, permitiam o trânsito seguro de mercadores e caravanas, assegurado por estradas pavimentadas, portos estruturados e guarnições militares estrategicamente posicionadas (Corrêa, 2008). Nesse contexto, as tarifas, embora onerosas, eram percebidas como o preço a pagar para operar em um ambiente pacificado e ordenado. Mais do que arrecadação, simbolizavam o amplo domínio romano sobre suas províncias e permitiam financiar suas legiões, construir infraestrutura monumental e manter um aparato administrativo robusto (Corrêa, 2008). Assim, o período evidencia como uma gestão econômica estruturada e estabilidade fiscal podem sustentar a ordem em um império vasto e diversificado.

Avançando para o Renascimento, observa-se que as tarifas assumem uma função diferente nas cidades-estados italianas, como Florença, Veneza e Gênova. Nessas cidades, a cobrança tarifária tornou-se um instrumento de competição econômica e política (Campos, 2013). Durante surtos de peste, tarifas elevadas sobre mercadorias estrangeiras serviam tanto

para proteger a população quanto para compensar perdas econômicas decorrentes da redução do comércio (Campos, 2013). Entretanto, tais políticas aprofundavam desigualdades sociais, beneficiando as elites econômicas, enquanto as classes mais pobres enfrentavam escassez de bens essenciais, gerando instabilidade social (Campos, 2013). Comparando-se o modelo romano com os mercados renascentistas, percebe-se que as tarifas evoluíram de um sistema de unificação e controle para um mecanismo de competição e exclusão (Campos, 2013).

Com as grandes navegações nos séculos XV e XVI e o contato europeu com a América, surge o mercantilismo, caracterizado pelo controle estatal do comércio, especialmente por meio de tarifas. O colonialismo europeu estabeleceu a extração de bens naturais e o desenvolvimento agrícola sob rígido controle fiscal, garantindo que a riqueza gerada nas colônias favorecesse a metrópole (Higa, 2007). No século XVII, políticas como os Atos de Navegação na Inglaterra restringiam o comércio colonial a navios britânicos, assegurando que Londres recebesse a maior parte dos lucros (Higa, 2007). Tais medidas provocaram tensões imediatas nas colônias, com comerciantes obrigados a pagar preços inflacionados e tarifas sobre exportações, culminando, séculos mais tarde, em revoltas como a Revolução Americana (Higa, 2007).

No século XIX, as tarifas passaram a ser instrumentos essenciais para o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Inicialmente vistas como ameaça à autonomia, tornaram-se ferramentas de proteção à indústria nascente e de consolidação da economia nacional (Gala, 2023). O protecionismo permitiu fortalecer a indústria interna frente à concorrência europeia, mas também gerou deslocamentos produtivos, favorecendo alguns setores em detrimento de outros (Gala, 2023).

No século XXI, observa-se um retorno das políticas protecionistas, em resposta às pressões da globalização. O debate sobre tarifas evidencia o dilema histórico entre fortalecer a economia nacional e evitar o isolamento internacional. A trajetória das tarifas revela um padrão recorrente: o uso do controle econômico como meio de moldar o destino de uma nação.

Assim, as tarifas não são instrumentos neutros; elas moldam sociedades e desafiam o equilíbrio entre prosperidade e desigualdade. Da Pax Romana ao Renascimento, da Revolução Americana à política econômica contemporânea, elas desempenham diferentes funções: instrumentos de estabilidade, catalisadores de crises, símbolos de poder, ferramentas de integração ou barreiras ao progresso. A história das tarifas demonstra sua complexidade e a íntima relação entre política fiscal, comércio e objetivos sociopolíticos de cada época.

2.7. O COMÉRCIO INTERNACIONAL NO SÉCULO XX: DAS BARREIRAS PROTECIONISTAS À ABERTURA ECONÔMICA

Muito antes da globalização consolidada nos anos 1990, muitos países recorriam à aprovação de tarifas como resposta natural a crises ou a momentos de instabilidade. Ao longo do século XX, observamos uma mudança de mentalidade: iniciando com medidas mais protecionistas e avançando para uma maior abertura dos mercados, impulsionada pela globalização crescente e pelos acordos firmados entre as nações em busca de desenvolvimento.

Começamos pela Grande Depressão (1929-1930s), também conhecida como a Crise de 29, considerada a maior crise do capitalismo financeiro. Teve início em meados de 1929 e rapidamente se espalhou por todo o mundo capitalista, provocando o fechamento de várias empresas, a falência de bancos e um desemprego em massa. Nesse contexto, foi aprovado o Smoot-Hawley Tariff Act (1930), que aumentou tarifas de importação sobre mais de 20 mil produtos (BBC, 2025).

Motivados principalmente pela crescente competitividade dos produtos agrícolas europeus que entravam no mercado americano, muitos produtores pressionaram o governo por medidas de proteção. Assim, Herbert Hoover, durante sua campanha presidencial de 1928, prometeu elevar os preços dos produtos agrícolas importados - promessa que cumpriu em 17 de junho de 1930. O aumento atingiu uma grande variedade de produtos, como ovos, roupas, barris de petróleo e açúcar (BBC, 2025).

Nos dois anos seguintes à implementação, as importações e exportações americanas caíram cerca de 40%. Canadá e países europeus retaliaram aumentando suas tarifas sobre produtos norte-americanos (BBC, 2025). Em 1932, as exportações dos Estados Unidos despencaram de US\$7 bilhões para US\$2,5 bilhões, uma queda de quase 65%, segundo a IFC (BBC, 2025). Economistas avaliam que essa política agravou os efeitos da Grande Depressão, acentuando a retração econômica, aprofundando o desemprego e acelerando a contração do comércio internacional, abrindo espaço para o fortalecimento de movimentos nacionalistas na Europa, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha (BBC, 2025).

Ainda na primeira metade do século XX, ocorreu a implementação do Acordo de Bretton Woods. Em 1944, ao final da Segunda Guerra Mundial, as principais potências do mundo se reuniram no Comitê de Bretton Woods com o objetivo de reorganizar o cenário econômico, alavancar a recuperação das economias e reduzir políticas protecionistas. O acordo estabeleceu critérios para negociações financeiras e comerciais internacionais, propondo um sistema de paridade entre moedas nacionais e o dólar, este vinculado ao ouro (Novelo, 2021).

Além dessa decisão, os países participantes criaram instituições que permanecem até hoje, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o GATT, que posteriormente, em 1995, virou a Organização Mundial do Comércio (OMC), responsáveis por promover a cooperação e fiscalizar o comércio internacional (Novelo, 2021).

Mesmo com o fim do acordo em 1971, sua influência foi determinante para fortalecer o capitalismo como principal motor da organização econômica global, enquanto o socialismo se enfraquecia gradualmente (Novelo, 2021). Apesar de crises subsequentes, como a do petróleo na década de 1970 e da própria Guerra Fria (1947-1991), período marcado pela rivalidade ideológica entre Estados Unidos e a União Soviética, o mundo caminhava para uma realidade de maior abertura econômica.

Ao final do século XX, consolidou-se um cenário de maior liberdade comercial, com exportações em larga escala, crescimento industrial e a consolidação da globalização em ritmo cada vez mais intenso.

2.8. CONEXÃO COM POLÍTICAS PROTECIONISTAS E GLOBALIZAÇÃO

Enquanto o início do século XX ficou marcado por políticas protecionistas, o avanço da globalização, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, forçou os países a repensarem suas estratégias comerciais. O comércio internacional passou a exigir menos barreiras e maior integração, mas isso não eliminou completamente o uso das tarifas, que continuaram a ser aplicadas como instrumentos de defesa em situações específicas.

No contexto do imperialismo do século XIX e início do XX, muitas nações recorreram a tarifas e barreiras comerciais como instrumentos de dominação e exclusão, gerando tensões internacionais que, combinadas com outros fatores, contribuem para conflitos entre povos (Novelo, 2021). O imperialismo surgiu como uma necessidade de expansão econômica: com o aumento da produção, especialmente após a Revolução Industrial, os líderes buscavam mais territórios e mercados consumidores para sustentar o crescimento (Silva, 2025).

Além das disputas entre colonizadores e colonizados, os impérios competiam entre si pelo controle de mercados consumidores e fontes de matérias-primas. Essas rivalidades econômicas atingiram seu ápice durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando interesses comerciais e estratégicos se entrelaçaram com conflitos políticos e militares (Silva, 2025).

No pós-guerra, observou-se uma mudança de paradigma, impulsionada por iniciativas como o Acordo de Bretton Woods, que buscava reduzir o protecionismo e promover a

cooperação econômica internacional como o caminho para a estabilidade e paz global. A experiência demonstrou que o comércio internacional, quando estruturado de forma aberta e regulado por acordos multilaterais, podia ser uma ferramenta de desenvolvimento mútuo e harmonia entre as nações (Novelo, 2021).

Mesmo com a diminuição das barreiras tarifárias a partir do pós-guerra, novas formas de proteção surgiram, conhecidas como barreiras não tarifárias. Por meio de normas, regulamentações técnicas e certificações, os países passaram a proteger seus mercados e garantir que produtos estrangeiros cumprissem legislações nacionais, evidenciando a origem ou qualidade das mercadorias. Esse mecanismo tornou-se especialmente relevante a partir dos anos 1980 e 1990, demonstrando que, embora o comércio tenha se tornado mais aberto, os governos ainda buscam instrumentos para proteger seus interesses econômicos diante da globalização (UNCTAD, 2022).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia utilizada e o delineamento da pesquisa, bem como os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

A compreensão e a aplicação dos tipos fundamentais de pesquisa qualitativa, como a pesquisa documental, e os estudos de caso e a etnografia, são essenciais para o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso, pois permitem uma investigação aprofundada de fenômenos humanos e sociais em seus contextos reais, conforme destaca Godoy (1995).

Segundo a autora, esse método possibilita a compreensão de fenômenos complexos, uma vez que a abordagem qualitativa analisa os eventos de uma forma integrada, buscando captar o ponto de vista dos indivíduos envolvidos e a dinâmica das relações sociais. Diferente dos métodos puramente quantitativos, essa abordagem concentra-se no “como” e no “por que” os fenômenos ocorrem, sendo especialmente relevante para pesquisas que exigem uma análise mais aprofundada do que apenas dados estatísticos.

O presente estudo teve uma abordagem qualitativa, com base em fontes primárias e secundárias, como livros, artigos acadêmicos, notícias, dados oficiais e relatórios de comércio internacional. Essa pesquisa foi exploratória e com ênfase em estudos multicasos. Os estudos de caso selecionados foram a Crise Asiática dos anos 90, a Crise Econômica Global de 2008 e a Guerra Comercial EUA x China, pois representam diferentes formas de resposta econômica diante de momentos de instabilidade: a liberalização comercial como estratégia de recuperação, o uso de medidas alternativas de proteção econômica e o retorno das tarifas como instrumento geopolítico. Dessa forma, a escolha dos casos permite uma análise comparativa e reflexiva sobre a eficácia e as consequências das tarifas emergenciais.

3.1.1. NATUREZA

A natureza desta pesquisa foi qualitativa, segundo destacado por Godoy (1995) permite o acesso a diferentes fontes de dados, como a pesquisa documental, fundamental em estudos que envolvem contextos históricos ou sociais. Nesse sentido, podem ser utilizados documentos como jornais, diários, relatórios e materiais iconográficos, considerados fontes “não reativas”, por preservarem informações ao longo do tempo sem interferência direta do pesquisador. Além disso,

a autora destaca os estudos de caso como uma estratégia que facilita a articulação entre teoria acadêmica e a prática observada no mercado.

Por fim, a pesquisa qualitativa possibilita a construção de novas interpretações teóricas, contribuindo para o desenvolvimento de uma visão mais holística dos fenômenos analisados. Essa abordagem permite identificar tendências, padrões e relações latentes que não são evidentes à primeira vista, elevando o nível científico da interpretação dos resultados. Dessa forma, o domínio desses métodos contribui para a escolha do caminho mais adequado na condução da pesquisa, garantindo maior rigor metodológico e profundidade analítica (GODOY, 1995).

3.1.2. ESTRATÉGIAS

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas, com destaque para a pesquisa bibliográfica, documental e estudos de casos. Foram realizadas buscas em artigos científicos, livros, revistas, sites e outros materiais digitais, com o objetivo de construir o embasamento teórico necessário para a compreensão do tema proposto.

Segundo Godoy (1995), o pesquisador deve manter-se bem informado sobre o tema investigado, utilizando o conhecimento obtido por meio de uma revisão de literatura criteriosa para auxiliar na explicação dos fenômenos analisados. A autora destaca ainda que obras científicas e técnicas constituem fontes mais confiáveis para a consulta e análise. Além disso, defende a importância da interação contínua entre teoria e dados, em um processo no qual as categorias de análise são constantemente refinadas à medida que são confrontadas com a bibliografia inicial.

Além das obras científicas e técnicas, foram utilizadas notícias e publicações jornalísticas como fontes documentais complementares, especialmente para contextualizar eventos, medidas governamentais e desdobramentos econômicos ligados às políticas tarifárias. Essas fontes não foram utilizadas como base teórica principal, mas como apoio para a reconstrução de acontecimentos e para a compreensão do cenário em que determinadas decisões comerciais ocorreram. De acordo com Gil (2002), a pesquisa documental pode utilizar materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, como documentos, registros e publicações diversas. Dessa forma, o uso de notícias neste trabalho teve caráter complementar, sendo confrontado com fontes oficiais, relatórios institucionais e bibliografia acadêmica, a fim de garantir maior confiabilidade à análise.

Complementarmente, foi feita uma pesquisa qualitativa junto a empresas da região e consumidores, com entrevistas com aplicação de questionários semiestruturados. A análise dos

dados foi conduzida com base em técnicas de análise de conteúdo e de discurso, com o objetivo de compreender os impactos das políticas tarifárias nas negociações entre empresas, clientes e fornecedores.

De acordo com Godoy (1995), a entrevista é uma das principais ferramentas para captar a perspectiva dos sujeitos, sendo considerada uma técnica fundamental em estudos de caso. As falas e descrições fornecidas pelos entrevistados são essenciais para ilustrar e aprofundar a compreensão do fenômeno estudado. A autora também recomenda que as entrevistas sejam realizadas, sempre que possível, em ambientes naturais e de forma mais flexível, favorecendo a espontaneidade das respostas.

Em síntese, a combinação entre a revisão bibliográfica e a realização de entrevistas possibilita uma análise mais integrada do fenômeno, permitindo sua compreensão tanto do ponto de vista teórico quanto da perspectiva dos agentes diretamente envolvidos (GODOY, 1995).

3.2. PARTICIPANTES DA PESQUISA QUALITATIVA

Na realização da pesquisa qualitativa, foram selecionadas três empresas localizadas na região da Serra Gaúcha e a seleção ocorreu por critério de acessibilidade e relevância na prática. Segundo Gil (2008), nas amostragens por acessibilidade ou conveniência, o pesquisador seleciona os elementos aos quais tem acesso, considerando que estes possam representar informações relevantes para os objetivos da pesquisa. A escolha desses dois grupos teve como objetivo analisar os impactos das políticas tarifárias sob duas óticas complementares: a das empresas, diretamente envolvidas em processos de exportação e serviços ligados ao comércio internacional, e a dos consumidores, afetados pelos reflexos dessas medidas no cotidiano e no orçamento familiar.

Para cada empresa, foi entrevistado um representante diretamente ligado aos processos de exportação, considerando sua experiência com impactos decorrentes de crises econômicas passadas e, mais recentemente, das políticas tarifárias adotadas por Donald Trump em seu segundo mandato.

A primeira empresa pertence ao segmento metalúrgico, com foco na produção e comercialização de ferramentas, sendo entrevistado o gerente de exportação. A segunda empresa, também do setor metalúrgico, atua na produção e venda de utilidades domésticas, contando igualmente com a participação de um profissional da área de exportação. Por fim, a terceira empresa está ligada ao setor de serviços, com atuação direta em operações de exportação, especialmente em embarques marítimos.

No que se refere à seleção das pessoas físicas, foram entrevistados três residentes nos Estados Unidos. Os participantes vivem no país há mais de cinco anos, possibilitando uma percepção mais consistente sobre os efeitos das políticas tarifárias no cotidiano. As entrevistas buscaram compreender como essas medidas impactam o orçamento familiar, os hábitos de consumo e, de forma mais ampla, a percepção dos indivíduos em relação às políticas econômicas adotadas pelo governo.

3.3. PROCESSO DE COLETA DE DADOS

O processo de coleta de dados desempenha um papel fundamental na pesquisa científica, pois é por meio dele, aliado ao tratamento e à posterior interpretação das informações, que os objetivos da investigação são efetivamente alcançados (BARTH, 2003). Segundo a autora, a importância de uma coleta de dados bem estruturada está na possibilidade de gerar conhecimento, buscando respostas para problemas e contribuindo para a construção de novas interpretações. Nesse sentido, estabelece uma conexão entre teoria e realidade, permitindo também a validação dos pressupostos inicialmente formulados.

Ainda de acordo com Barth (2003), a coleta de dados tem como objetivo ampliar o entendimento sobre o tema estudado, sendo um processo dinâmico e interativo, especialmente em pesquisas qualitativas. Nessa abordagem, a coleta e a análise dos dados ocorrem de forma simultânea, permitindo ao pesquisador identificar temas, padrões e significados de maneira contínua ao longo da investigação.

Os procedimentos de coleta de dados adotados neste estudo consistiram na definição do tema central da pesquisa e na seleção dos sujeitos diretamente impactados por seus efeitos. Para isso, foram realizadas entrevistas, de forma online e presencial, com o uso de um questionário semiestruturado, conforme apresentado no Apêndice A, elaborado com o objetivo de proporcionar maior conforto aos entrevistados, favorecendo a expressão de seus pontos de vista sobre o tema abordado. A construção do roteiro considerou os objetivos da pesquisa e as particularidades de cada grupo de entrevistados. Para as empresas, as perguntas concentraram-se nos impactos das tarifas sobre custos, competitividade, negociações e planejamento estratégico. Para os consumidores residentes nos Estados Unidos, buscou-se compreender os efeitos percebidos sobre preços, hábitos de consumo e cotidiano. Apesar dessa diferenciação, ambos os roteiros mantiveram questões comuns relacionadas à percepção dos impactos das políticas tarifárias, permitindo a comparação dos resultados obtidos.

Todas as entrevistas foram conduzidas durante o mês de fevereiro de 2026, sendo devidamente gravadas, mediante autorização dos participantes, para possibilitar posterior revisão e análise detalhada do conteúdo obtido.

3.4. PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

Sendo uma das etapas mais fundamentais de qualquer investigação científica, a análise de dados consiste no processo de organização e sistematização das informações coletadas, de modo que possam fornecer respostas ao problema proposto pela pesquisa (BARTH, 2003). Segundo a autora, essa etapa permite a construção de sentido e significado, transformando dados brutos em conhecimento relevante para o estudo.

Além disso, a análise de dados possibilita o alcance dos objetivos da pesquisa, ao estabelecer uma compreensão mais clara das informações obtidas, permitindo confirmar ou refutar os pressupostos iniciais e ampliar o conhecimento sobre o tema investigado. Dessa forma, não se limita à simples descrição dos dados, mas envolve interpretação e reflexão sobre os resultados.

Barth (2003) também destaca a importância da conexão entre os dados empíricos e o referencial teórico, permitindo o confronto entre a abordagem conceitual e a investigação de campo. Esse processo contribui para que os resultados sejam mais consistentes e significativos.

No presente estudo, a análise dos dados foi realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo e análise de discurso, buscando identificar padrões, tendências e relações nas falas dos entrevistados. Inicialmente, as respostas foram organizadas e categorizadas de acordo com os temas abordados nas entrevistas. Em seguida, procedeu-se à interpretação dos dados, estabelecendo relações com o referencial teórico apresentado ao longo do trabalho, com cruzamento analítico.

Esse procedimento possibilitou a comparação entre os diferentes grupos analisados, especialmente entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, permitindo identificar convergências e divergências nas percepções sobre os impactos das políticas tarifárias. Assim, a análise contribui para a construção de uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno estudado.

Quadro 1 - Principais aspectos da metodologia usada no presente trabalho

DELINEAMENTO	CARACTERIZAÇÃO NO TRABALHO
Abordagem da pesquisa	Qualitativa

Natureza da pesquisa	Exploratória
Estratégias utilizadas	Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudos de caso e entrevistas semiestruturadas
Tipos de estudo	Estudo multicasos
Casos analisados	Crise Asiática dos anos 1990, Crise Econômica Global de 2008 e Guerra Comercial EUA x China
Participantes da pesquisa	Três empresas da Serra Gaúcha e três pessoas físicas residentes nos Estados Unidos
Tipo de amostragem	Amostragem não probabilística por conveniência
Coleta de dados	Entrevistas online e presenciais, realizadas em fevereiro de 2026
Instrumentos de coleta	Questionário semiestruturado
Análise de dados	Análise de conteúdo e análise de discurso
Objetivo da análise	Identificar padrões, convergências e divergências sobre os impactos das políticas tarifárias

Fonte: Elaborado pelo autor como síntese das páginas anteriores (2026).

No próximo capítulo entraremos nos estudos de casos abordados neste trabalho com o objetivo de entender o uso das tarifas como ferramentas geopolíticas e em momentos de instabilidade.

4. ESTUDOS DE CASO

Neste capítulo, serão abordadas três crises internacionais e de amplitude mundial, para entender o papel das tarifas e de ações governamentais e de instituições.

4.1. ESTUDO DE CASO I: CRISE ASIÁTICA NOS ANOS 1990

A primeira crise analisada é a Crise Asiática do final da década de 1990, também conhecida como Crise dos Tigres Asiáticos. O episódio afetou diversas economias, com impacto mais intenso nos países do Sudeste Asiático e, em seguida, em economias do Leste Asiático.

4.1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA DA ÁSIA NO PERÍODO

O Sudeste Asiático era amplamente reconhecido, ao longo da década de 1990, como um dos principais motores de crescimento da economia global. Atraindo elevados volumes de investimento estrangeiro, esses países sustentavam sua competitividade, em parte, por meio de regimes cambiais atrelados ao dólar norte-americano, garantindo previsibilidade aos investidores internacionais (Carson e Clark, 2013). No entanto, em 1997, a Tailândia, diante da incapacidade de manter a paridade de sua moeda - o baht - foi forçada a abandoná-la, optando pela adoção de um regime de câmbio flutuante regulado pelas forças do mercado (Carson e Clark, 2013).

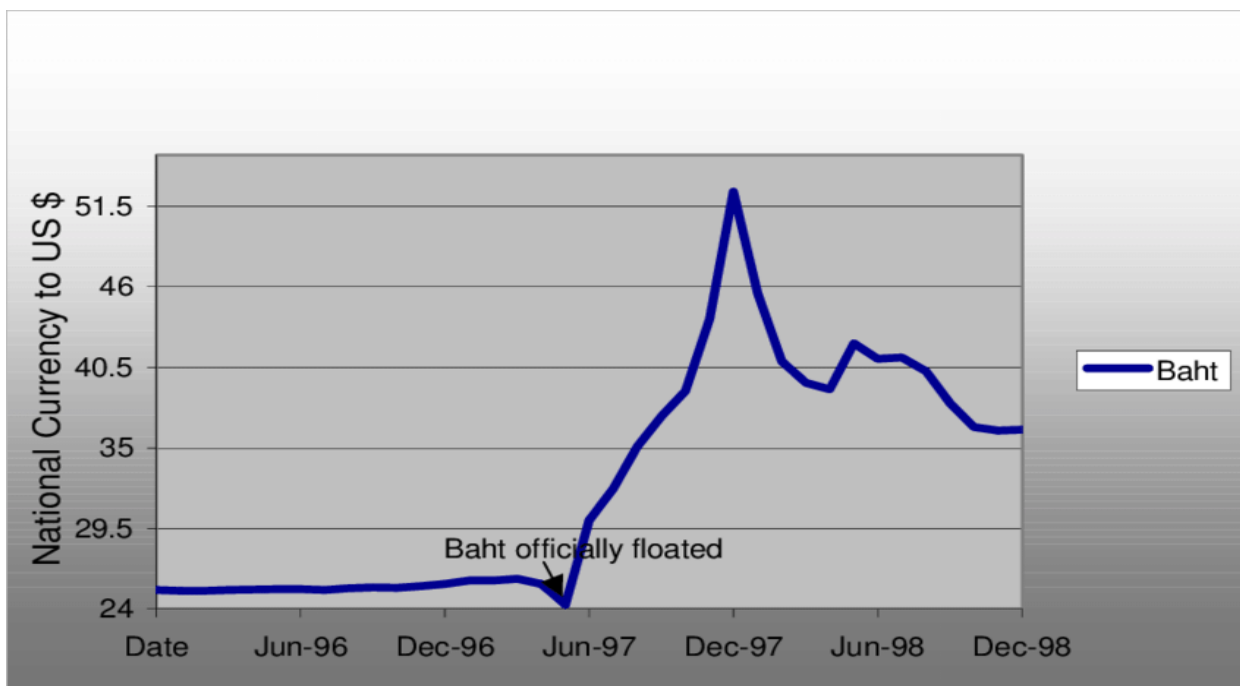
Esse movimento desencadeou uma onda de instabilidade que se tornaria conhecida como a Crise Asiática de 1997, também chamada de *Crise Tom Yum Kung* ou *Crise dos Tigres Asiáticos*, por conta dos países envolvidos (Bank of Thailand, 2023). O episódio atingiu com maior intensidade países como a Coreia do Sul, Indonésia e a própria Tailândia, embora seus efeitos tenham se espalhado também para Laos, Malásia, Filipinas e a região de Hong Kong. Outras economias, como Brunei, China continental, Japão, Cingapura, Taiwan e Vietnã, sofreram de forma mais moderada, mas ainda assim foram impactadas pela perda generalizada de confiança nos mercados da região (Carson e Clark, 2013).

Antes do colapso, a economia da Tailândia registrava uma impressionante taxa de crescimento anual em torno de 9%, a mais elevada entre os países da região naquele período (Universidade de Columbia, 1999). Esse desempenho vinha acompanhado de uma inflação relativamente baixa e controlada, variando entre 3,4% e 5,7% ao ano, enquanto a moeda nacional, o baht, mantinha-se indexado a uma taxa de 25 unidades por dólar (Universidade de Columbia, 1999). Entretanto, ao longo de 1997, a moeda tailandesa passou a sofrer ataques especulativos sucessivos, e juntamente a isso, o país teve uma queda acentuada nas exportações, que em 1996, registraram apenas 1,9% de crescimento, a critério de comparação, em 1995, o crescimento havia sido de 24,82%, isso ocorria ao mesmo tempo em que as reservas cambiais do país se esgotavam rapidamente a fim de manter a moeda estável (Bank of Thailand, 2023). Sem condições de sustentar o regime de câmbio fixo, o governo foi forçado a abandoná-lo em 2 de julho de 1997, adotando o sistema de câmbio flutuante regulado pelo mercado (Bank of Thailand, 2023).

A decisão desencadeou uma crise de grandes proporções. Setores como o financeiro, imobiliário e de construção civil foram severamente impactados, resultando em demissões em massa e falências (Carson e Clark, 2013). O baht sofreu uma desvalorização abrupta, atingindo em janeiro de 1998 o patamar de 56 por dólar, mais do que o dobro do valor anterior (Figura 1).

Como consequência, o país experimentou um aumento expressivo da pobreza e da desigualdade social, ao passo que emprego, renda e segurança social sofreram forte retração (Carson e Clark, 2013).

Figura 01 - A desvalorização do Baht



Fonte - Research Gate, “The Movement of the Thai Baht 1996-1998” (2002).

A Indonésia, inicialmente, parecia distante dos efeitos da crise, registrando superávit econômico e mantendo enormes reservas cambiais, na casa dos US\$20 bilhões (Canuto, 2000). Porém, em agosto de 1997, a rupia, moeda nacional do país, sofreu ataques especulativos severos, obrigando o governo a abandonar o regime de câmbio fixo e adotar o sistema de câmbio flutuante regido pelo mercado. A desvalorização da rupia foi rápida e intensa. Antes da crise, a moeda era negociada a cerca de 2.600 rupias por dólar, mas em janeiro de 1998 atingiu seu ponto mais baixo, sendo cotada a 14.000 rupias por dólar (Canuto, 2000). Essa mudança abrupta na taxa de câmbio enfraqueceu fortemente as empresas indonésias, muitas das quais haviam contraído empréstimos em dólar aproveitando a estabilidade do regime de câmbio fixo (Canuto, 2000).

Como consequência, o país enfrentou uma recessão profunda: a economia encolheu, o desemprego e a inflação dispararam, e o sistema financeiro sofreu quedas significativas. Além dos impactos econômicos, a crise também teve forte efeito político, contribuindo para a renúncia

do presidente Suharto em maio de 1998, após mais de três décadas no poder, em meio a intensos protestos populares (Canuto, 2000).

A Coreia do Sul foi outro país fortemente atingido pela Crise Asiática. Até então, vivia um período de crescimento acelerado, impulsionado por investimentos externos e pela atuação dos grandes conglomerados empresariais, conhecidos como *chaebols*. Esses grupos buscavam competir no cenário global, mas para sustentar sua expansão assumiram elevadas dívidas em moeda estrangeira (FMI, 1999). A fragilidade desse modelo começou a se evidenciar quando alguns conglomerados entraram em falência ou precisaram ser absorvidos por outros. A confiança no sistema econômico sul-coreano sofreu ainda mais abalos em janeiro de 1997, quando veio à tona o Escândalo Hanbo, que revelou esquemas de corrupção envolvendo autoridades do alto escalão e executivos da Hanbo Steel, então a segunda maior siderúrgica do país (The Wall Street Journal, 1997). Esse episódio minou a credibilidade do mercado e ampliou a vulnerabilidade da economia. Com o avanço da crise, a Coreia do Sul viu o won, sua moeda nacional, desvalorizar rapidamente, passando de cerca de 800 para mais de 1.700 por dólar americano no final de 1997, expondo fragilidades estruturais e aprofundando os efeitos da crise no país (FMI, 1999).

4.1.2. POLÍTICAS ADOTADAS PARA PROTEGER SETORES VULNERÁVEIS

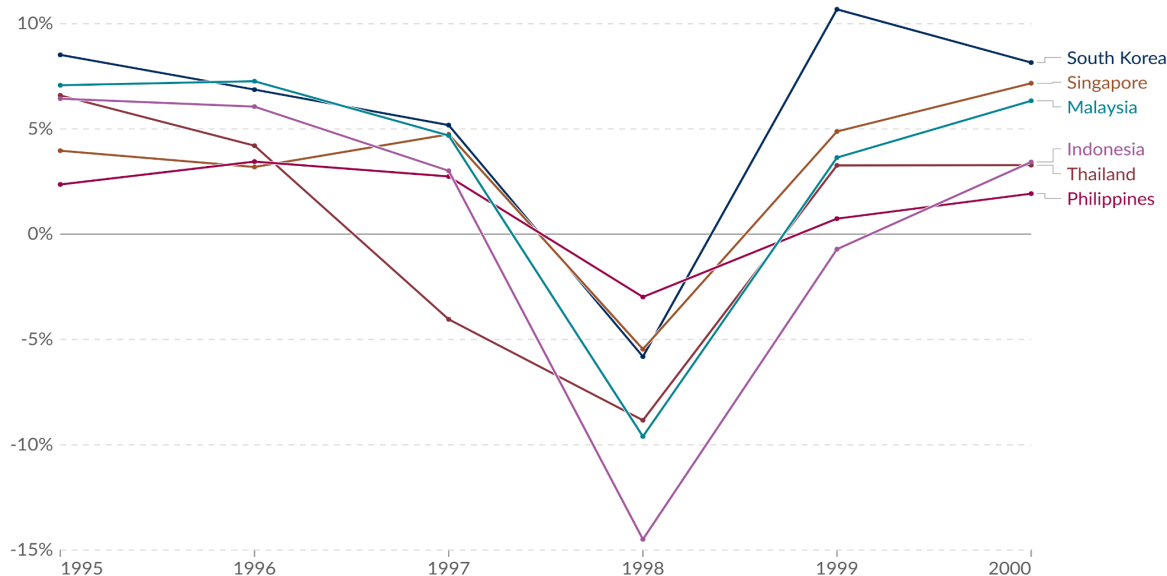
Pouco após a desvalorização das moedas e a instabilidade financeira se transformarem em crises de liquidez, o FMI entrou em cena, precedendo uma forte queda do PIB que se consolidava em 1998, como segue na Figura 02. O objetivo central não foi apenas restaurar a estabilidade macroeconômica, mas também proteger setores vulneráveis, como os sistemas financeiros fragilizados, empresas expostas a dívidas externas e populações afetadas pelo desemprego e pela inflação (FMI, 1998).

Figura 02 - Histórico do PIB dos países mais afetados pela crise (1995 - 2000)

Annual growth of GDP per capita, 1995 to 2000

Our World
in Data

This data is adjusted for inflation.



Data source: National statistical organizations and central banks, OECD national accounts, and World Bank staff estimates (2025)

Note: Data for world regions is aggregated using currency exchange rates, without any adjustment for price differences between countries.

OurWorldinData.org/economic-growth | CC BY

Fonte: Our World in Data, “Annual Growth of GDP per capita” (2025).

Embora o Fundo já tivesse prestado assistência desde sua criação no Acordo de Bretton Woods, foi nesta crise que assumiu um papel central na reestruturação e reorganização macroeconômica dos países afetados. Segundo relatórios do próprio FMI, entre o final de 1997 e início de 1998, foram aprovados pacotes de auxílio que, somados, ultrapassaram US\$ 100 bilhões, com destaque para a Coreia do Sul (US\$ 58 bilhões), Indonésia (US\$ 43 bilhões) e Tailândia (US\$ 17 bilhões).

Apesar das resistências iniciais de alguns governos em adotar reformas, o FMI conseguiu estabelecer um programa de reorganização baseado em quatro eixos:

- Políticas monetárias firmes, para conter a depreciação excessiva das moedas e os riscos inflacionários;
- Reestruturação do setor financeiro, fechando instituições insolventes e recapitulando bancos viáveis;
- Melhorias de governança, com maior transparência e prestação de contas tanto no setor público quanto no corporativo;
- Políticas fiscais voltadas à redução da dívida externa e mitigação dos impactos sociais da crise (FMI, 1998).

Dessa forma, embora os programas do FMI tenham sido amplos e técnicos, eles tiveram como foco direto a contenção do colapso de setores-chave e a proteção de áreas mais vulneráveis das economias, seja pelo fechamento de instituições financeiras inviáveis, pela recapitalização do setor bancário ou pela realocação de gastos públicos para mitigar os efeitos sociais da crise. Segundo relatórios do próprio FMI, esperava-se que tais medidas abrissem caminho para uma recuperação já em 1998, moderada em 1999 e sólida em 2000, como observado na Figura 02.

4.1.3. RESPOSTAS TARIFÁRIAS E NÃO TARIFÁRIAS DOS PAÍSES AFETADOS

Um dos principais pontos de debate gerados pela crise foi a própria abertura econômica promovida pelos países asiáticos. Questionou-se se esse movimento teria sido o responsável pelo forte crescimento experimentado nos anos anteriores ou se, ao contrário, teria apenas aumentado a vulnerabilidade dessas economias a choques externos, contribuindo para a instabilidade de 1997. O que se pode afirmar é que processos de liberalização econômica, como os adotados na região, tendem a favorecer o investimento estrangeiro e doméstico, especialmente no setor privado. Nesse contexto, alterações tarifárias assumem papel estratégico: um aumento explícito poderia ser interpretado como retrocesso em relação à tendência de abertura e às políticas industriais adotadas desde o final da década de 1980. Assim, mesmo sob pressão para aumentar a arrecadação e atender às demandas de determinados setores industriais, mudanças tarifárias que sinalizassem abandono da liberalização foram tratadas com cautela, tornando-se um dos elementos centrais das respostas políticas à crise (UNCTAD, 2001).

A crise asiática também teve um impacto desastroso sobre o comércio intra-ASEAN, provocando uma aceleração no processo de liberalização comercial. À época, o grupo era composto por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Laos e Myanmar, com o Camboja adicionado em 1999, completando os dez membros atuais. Nesse contexto, os países intensificaram os esforços de integração dentro da Área de Livre Comércio da ASEAN (AFTA). As tarifas foram reduzidas no âmbito do Programa de Tarifas Preferenciais Comum Efetiva (CEPT), cujo objetivo era reduzir todas as tarifas da ASEAN para níveis entre 0 e 5% em um prazo máximo de 15 anos, além de prever a eliminação de barreiras não tarifárias (UNCTAD, 2001).

Esse movimento de liberalização também avançou para o âmbito da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), por meio de diversos programas baseados em planos de ação individuais e coletivos. Estes planos contemplavam medidas de liberalização de curto, médio e

longo prazo, além de especificar iniciativas comuns para a facilitação do comércio e dos investimentos (UNCTAD, 2001).

No que diz respeito aos países mais afetados pela crise, a Tailândia manteve sua política de liberalismo comercial. Em 2000, cerca de 85% das tarifas aplicadas a parceiros da ASEAN já estavam na faixa de 0-5%. O país acelerou reformas importantes, como a abolição de requisitos de licenciamento, a simplificação de procedimentos alfandegários e a redução de tarifas em diversos pacotes. Apesar disso, alguns impostos temporários foram elevados, mas a tendência geral continuou sendo de reduções tarifárias. Ao mesmo tempo, a Tailândia reintroduziu controles temporários sobre determinados produtos agrícolas e bens industriais, como parte de medidas de estabilização, enquanto promovia políticas de incentivo a exportações. A crise também funcionou como motor para reformas macroeconômicas mais amplas, como ilustrado na Figura 03 (UNCTAD, 2001).

Figura 03 - Medidas de Ajuste Estrutural Recomendadas pelo FMI à Tailândia (1997-1998).

Quadro 5. Reformas estruturais da Tailândia em resposta à crise asiática

Reformas do setor financeiro

- Fechamento (permanente ou temporário) de instituições financeiras insolventes
- Fusão ou recapitalização de instituições financeiras frágeis
- Introdução de condições mais rigorosas para o apoio oficial de liquidez
- Flexibilização das restrições ao investimento estrangeiro na gestão dos bancos domésticos
- Fortalecimento da supervisão bancária
- Fortalecimento do arcabouço jurídico para operações bancárias
- Reforço das exigências de adequação de capital

Políticas de concorrência e governança

- Fortalecimento das leis de falência
- Liberalização dos procedimentos para fusões e aquisições
- Flexibilização das restrições ao investimento estrangeiro
- Estabelecimento de procedimentos concorrenciais mais rigorosos para a privatização de ativos públicos
- Aceleração da privatização de ativos públicos

Fonte: FMI (diversos relatórios).

Fonte: Fundo Monetário Internacional, “Relatórios Diversos” (2001).

Às respostas tarifárias da Indonésia, observa-se que o país já vinha em trajetória de liberalização ao longo da década de 1990, com as tarifas médias caindo de 20,9% em 1993 para

7,7% em 1997. Durante a crise, esse processo foi acelerado, em grande parte em decorrência das condições impostas pelos programas do FMI:

- 1997-1998: cerca de 1.900 itens tarifários tiveram reduções, levando a tarifa média para 7,2%;
- 1999: novas reduções foram implementadas, abrangendo mais de 4.000 itens, reduzindo a tarifa média para 6,9%;
- 2000: mais de 1.500 itens sofreram cortes adicionais, resultando em uma tarifa média de 6,5%.

Essas reduções incluíram produtos agrícolas sensíveis, como arroz e açúcar, considerados estratégicos para a economia nacional. Apesar da severidade da crise, não houve aumento tarifário substancial, pelo contrário, a Indonésia aprofundou seu processo de abertura comercial (UNCTAD, 2001).

Quanto às barreiras não tarifárias, o país já estava em processo de eliminação antes mesmo da crise. Em 1998, todas as medidas não tarifárias que não fossem justificadas por razões de saúde, segurança ou ambientais foram removidas. Restrições temporárias à importação de arroz e açúcar chegaram a ser introduzidas no mesmo ano, dada a sensibilidade desses produtos, mas, em geral, o compromisso com a liberalização foi mantido. A crise, inclusive, serviu como catalisador para uma reestruturação mais ampla da política macroeconômica da Indonésia, como ilustrado na Figura 04 (UNCTAD, 2001).

Figura 04 - Medidas de Ajuste Estrutural Recomendadas pelo FMI à Indonésia (1997-1998)

Quadro 1. Reformas estruturais da Indonésia em resposta à crise asiática

Reformas do setor financeiro

- Fechamento (permanente ou temporário) de instituições financeiras insolventes
- Introdução de condições mais rigorosas para o apoio oficial de liquidez
- Restrição ao uso de recursos públicos para a reestruturação bancária
- Fortalecimento da estrutura de supervisão bancária
- Fortalecimento do arcabouço jurídico para operações bancárias
- Aumento das exigências de adequação de capital
- Fortalecimento das exigências de contabilidade e auditoria
- Aumento das exigências de divulgação bancária
- Aumento das diretrizes sobre exposição a empréstimos
- Flexibilização de restrições não prudenciais sobre concessão de crédito bancário

Políticas de concorrência e governança

- Flexibilização das restrições ao investimento estrangeiro
- Fortalecimento das leis de falência
- Fortalecimento das leis de concorrência
- Liberalização do comércio intraprovincial/interestadual
- Liberalização de acordos restritivos de comercialização
- Liberalização dos controles de preços
- Fortalecimento de procedimentos concorrenciais para compras e contratações
- Estabelecimento de procedimentos concorrenciais rigorosos para a privatização de ativos públicos
- Aceleração da privatização de ativos públicos

Políticas comerciais

- Redução/eliminação de tarifas de importação
- Redução/eliminação de tarifas de exportação
- Abolição/flexibilização de restrições quantitativas à importação
- Abolição/flexibilização de restrições quantitativas à exportação

Fonte: FMI (diversos relatórios).

Fonte: Fundo Monetário Internacional, “Relatórios Diversos” (2001).

A Coreia do Sul também manteve sua trajetória de abertura mesmo durante a crise, com a tarifa média caindo de 14% em 1996 para 9,1% em 1999. Entre as medidas específicas adotadas, destacam-se as reduções tarifárias em setores agrícolas e industriais, a remoção de restrições

quantitativas sobre diversos produtos agrícolas e a eliminação de quase todas as medidas de licenciamento de importação.

Embora tenha enfrentado pressões internas por uma maior proteção, o país manteve seu compromisso com a liberalização comercial. Assim como as demais nações assistidas pelo FMI, a Coreia do Sul passou por um processo de reestruturação econômica proposto pelo Fundo, conforme ilustrado na Figura 05 (UNCTAD, 2001).

Figura 05 - Medidas de Ajuste Estrutural Recomendadas pelo FMI à Coreia do Sul (1997-1998)

Quadro 2. Reformas estruturais da República da Coreia em resposta à crise asiática	
<u>Reformas do setor financeiro</u>	
•	Fechamento (permanente ou temporário) de instituições financeiras insolventes
•	Fusão ou recapitalização de instituições financeiras frágeis
•	Introdução de condições mais rigorosas para o apoio oficial de liquidez
•	Restrição ao uso de recursos públicos para a reestruturação bancária
•	Flexibilização de restrições ao investimento estrangeiro na gestão de bancos domésticos
•	Fortalecimento da estrutura de supervisão bancária
•	Aumento das exigências de adequação de capital
<u>Políticas de concorrência e governança</u>	
•	Flexibilização das restrições ao investimento estrangeiro
•	Fortalecimento das leis de falência
<u>Políticas comerciais</u>	
•	Abolição/flexibilização de restrições quantitativas à importação
<i>Fonte: FMI (diversos relatórios).</i>	

Fonte: Fundo Monetário Internacional, “Relatórios Diversos” (2001).

Ao invés de representar um retrocesso, a crise acabou por acelerar os processos de abertura em múltiplos níveis. No âmbito nacional, observou-se uma redução adicional de tarifas; no regional, a aceleração da implementação da AFTA; e, no plano multilateral, uma participação mais ativa na APEC e um compromisso reforçado com a OMC. Manter essa trajetória de liberalização serviu como um sinal positivo aos mercados e investidores, contribuindo para a restauração da confiança mesmo em meio à instabilidade (UNCTAD, 2001).

Apesar do cenário inicial de forte retração e pessimismo, a recuperação das economias asiáticas ocorreu de forma surpreendentemente rápida. Entre 1999 a 2005, a renda per capita dos países afetados pela crise apresentou um crescimento médio de 8,2%, enquanto os investimentos domésticos aumentaram cerca de 9% ao ano. Os investimentos estrangeiros diretos também registraram expansão expressiva, com média anual de 17,5%. Além disso, todos os empréstimos contraídos junto ao FMI durante o período da crise foram integralmente quitados, e as condições dos programas foram cumpridas (Yellen, 2007). O último país a declarar oficialmente o fim da crise foi a Coreia do Sul, em 2001.

4.1.4. EFEITOS COMERCIAIS E REFLEXOS GLOBAIS

Fora da Ásia, a Crise Asiática gerou uma forte relutância dos investidores em direcionar recursos para economias emergentes, impactando países como Brasil, Argentina e Rússia. No caso brasileiro, o governo precisou elevar as taxas de juros para mais que o dobro, a fim de conter a fuga de capitais estrangeiros, o que, por consequência, desacelerou a economia. Em 1998, com o surgimento da crise financeira na Rússia, agravada pelo enfraquecimento das economias do sudeste asiático e pela restrição de crédito no mercado internacional (Acervo O Globo, 2013), voltou a impactar o Brasil, que sofreu ataques especulativos contra o real e novas saídas de capital. Em 13 de janeiro de 1999, o governo foi forçado a desvalorizar a moeda, que até então mantinha paridade ou até valor superior ao dólar (Acervo O Globo 2013).

Essa desvalorização teve efeitos diretos na Argentina, cujo regime de política monetária era atrelado ao dólar. Aliados ao aumento das taxas de juros nos Estados Unidos e à desvalorização do rublo motivada pela crise russa, os impactos no Brasil afetaram as exportações argentinas, prejudicando setores como automóveis, tecidos, laticínios e calçados. Esses fatores aprofundaram a crise financeira argentina nos dois anos seguintes, intensificando a recessão e elevando o desemprego (BBC, 2023).

4.2. ESTUDO DE CASO II: CRISE ECONÔMICA GLOBAL DE 2008

A segunda crise analisada é a Crise Global de 2008, amplamente conhecida como Crise do Subprime. O colapso do mercado imobiliário norte-americano desencadeou a falência de instituições financeiras e resultou em uma recessão de alcance mundial.

4.2.1. ESTOURO DA BOLHA IMOBILIÁRIA E CRISE FINANCEIRA

A crise financeira que teve início em 2007, conhecida como Crise do Subprime, foi desencadeada pela forte desvalorização de ativos imobiliários e rapidamente se espalhou da economia norte-americana para o resto do mundo. Seus efeitos se intensificaram em 2008 e culminaram em uma recessão global em 2009, marcada por nacionalizações de bancos, falências em cadeia, colapso de governos, desemprego em massa e ondas de protestos sociais (BBC, 2021).

Para compreender a origem da crise, é necessário observar o contexto de fácil acesso ao crédito imobiliário nas principais economias ocidentais durante a primeira década dos anos 2000. Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e Irlanda passaram a oferecer empréstimos habitacionais a indivíduos sem renda comprovada ou estabilidade financeira, alimentando o sonho da casa própria. Nos Estados Unidos, esse tipo de financiamento de alto risco ficou conhecido como “subprime”. Embora esse modelo já existisse desde a década de 1990, a partir de 2001 sua expansão ocorreu em ritmo acelerado, ampliando a base de consumidores endividados (BBC, 2021).

O aumento do crédito estimulou a demanda por imóveis, o que elevou os preços do setor. Com o mercado aquecido, as instituições financeiras passaram a oferecer condições ainda mais flexíveis, empurrando hipotecas para perfis de risco cada vez maiores. A maior parte desses contratos era garantida pelo próprio imóvel financiado, configurando a hipoteca como principal lastro (BBC, 2021). Assim, o mercado imobiliário passou a operar sobre uma “bolha especulativa”, sustentada por expectativas irreais de valorização contínua dos imóveis.

A partir de 2006, o cenário começou a se reverter: os calotes nas hipotecas se multiplicaram, afetando a saúde do sistema bancário. Já no segundo trimestre de 2007, os preços dos imóveis deixaram de subir e iniciaram uma rápida queda (Figura 06), quebrando o ciclo de valorização artificial que sustentava o setor. Milhões de americanos perderam suas moradias, e mesmo após a execução de garantias, os bancos não conseguiram recuperar o valor emprestado, gerando rombos bilionários nas instituições financeiras. Estima-se que aproximadamente 10 milhões de pessoas perderam suas casas entre 2007 e 2016 (BBC, 2021).

O colapso não permaneceu restrito ao território americano. Por meio da securitização, prática que transformava hipotecas em títulos financeiros negociados globalmente, os subprimes foram incorporados aos mercados internacionais. Bancos e fundos de investimentos em diversos países compraram esses ativos, acreditando que eram seguros e rentáveis. No dia 9 de agosto de 2007, o banco francês BNP Paribas congelou cerca de 1,6 bilhão de euros em fundos expostos a

esses ativos, alegando que o mercado americano impedia qualquer avaliação confiável desses papéis (BBC, 2021).

Figura 06 - Queda do preço dos imóveis nos EUA



Fonte: Comissão Europeia, “A crise financeira de 2008 e a política fiscal” (2010).

A partir desse ponto, instituições financeiras começaram a entrar em colapso em sequência. No Reino Unido, o banco Northern Rock precisou ser socorrido pelo Banco da Inglaterra e acabou sendo nacionalizado em 2008. Nos Estados Unidos, o banco de investimentos Bear Stearns foi vendido ao JP Morgan por apenas US\$236 milhões, valor drasticamente inferior ao que valia dias antes (BBC, 2021). O Federal Reserve interveio para resgatar as gigantes Freddie Mac e Fannie Mae, avaliando que sua quebra colapsaria totalmente o setor imobiliário.

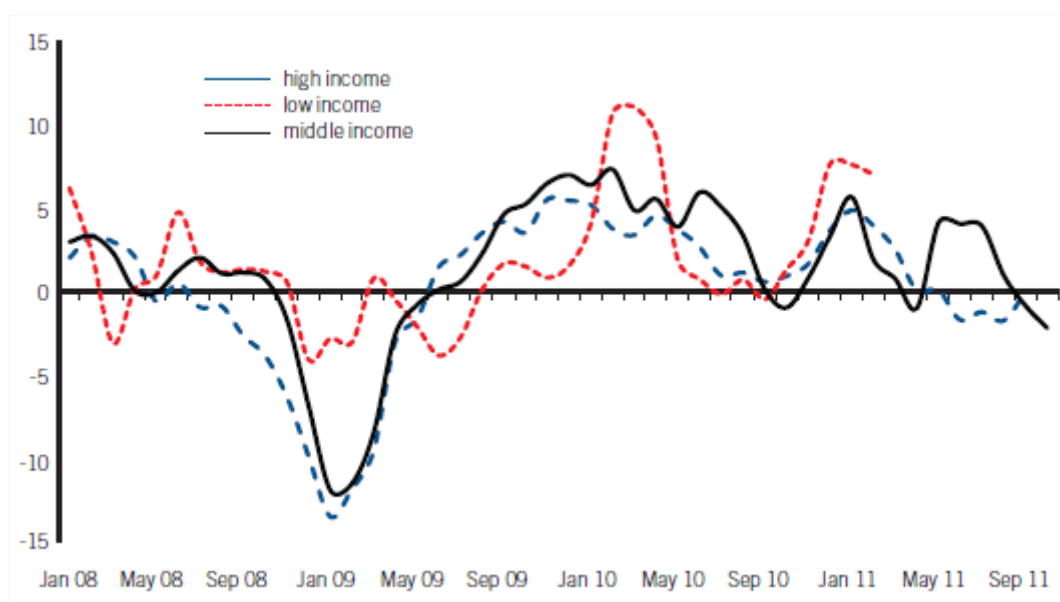
Entretanto, o caso mais simbólico foi o do Lehman Brothers, fundado em 1847 e então o quarto maior banco de investimentos dos EUA, que declarou falência em 15 de setembro de 2008, acumulando dívida superior a US\$613 bilhões. Na mesma data, outro banco, o Merrill Lynch, foi absorvido pelo Bank of America (BBC, 2021), consolidando um dos momentos mais dramáticos da história do sistema financeiro global.

Com a crise se consolidando no sistema financeiro internacional, os principais bancos centrais de economias desenvolvidas adotaram políticas monetárias expansionistas, reduzindo drasticamente as taxas de juros e lançando programas de estímulo para conter a desaceleração econômica que já se desenhava ao longo de 2008. Segundo a BBC (2021), um dos exemplos

mais significativos foi o Banco da Inglaterra, que reduziu sua taxa básica para 0,5% em março de 2009, o menor nível desde a fundação da instituição em 1694, evidenciando a gravidade do cenário.

Os efeitos da crise foram globais. Grandes economias europeias, como Reino Unido, Islândia, Grécia, Alemanha, Espanha, Irlanda, França e Itália, sofreram contrações expressivas, com impactos diretos sobre o comércio internacional, o emprego e os níveis de investimento. De acordo com dados do Banco Mundial, a economia global registrou sua primeira recessão desde 1993, com o PIB mundial recuando cerca de 1,7%, enquanto o PIB per capita caiu aproximadamente 2,9% (BBC, 2021).

Figura 07 - Queda do comércio internacional e posterior recuperação (2008 a 2011).



Fonte: The World Bank, “Taking Stock of Trade Protectionism Since 2008” (2011).

O custo social da crise tornou-se cada vez mais evidente à medida que o desemprego avançava nas principais economias. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa global de desemprego passou de 5,4% em 2008 para 6% em 2009, representando milhões de novos desempregados no mercado de trabalho mundial (BBC, 2021).

Parte desse impacto social estava relacionado às medidas adotadas para estabilizar o sistema financeiro. Com a necessidade de o Estado intervir para absorver as perdas privadas de bancos e instituições financeiras entre 2008 e 2009, diversas economias implementaram políticas de estabilização parcial ou nacionalização de bancos, evidenciando o papel do setor público como agente de contenção da crise. Porém, logo após o resgate do sistema financeiro, surgiram pressões para o ajuste das contas públicas, principalmente da União Europeia, que havia feito

aportes bilionários para salvar as economias, o que resultou na adoção de políticas de austeridade em grande parte da Europa, com cortes significativos em gastos sociais e redução de investimentos públicos, comprometendo tanto a qualidade de vida da população quanto a capacidade de retomada econômica (BBC, 2021).

Nos Estados Unidos, a retração econômica foi expressiva, com o PIB registrando queda de 0,14% em 2008 e 2,54% em 2009, voltando a apresentar crescimento somente a partir de 2010. O Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros para 0,25%, o menor nível da história do país até então. Ainda assim, o mercado de trabalho deteriorou-se rapidamente. Conforme dados da OIT, a taxa de desemprego entre a população economicamente ativa norte-americana saltou de 4,6% em 2007 para 5,8% em 2008, atingindo 9,3% em 2009, 9,6% em 2010 e mantendo-se elevada em 9% em 2011 (BBC, 2021).

Esse cenário alimentou um sentimento crescente de injustiça social, semelhante ao observado na Europa, reforçando a percepção de que a população estava arcando com os custos de uma crise provocada por decisões do setor financeiro. Foi nesse contexto que emergiu o movimento Occupy Wall Street, que ganhou força a partir de setembro de 2011, quando manifestantes ocuparam a área do Parque Zucotti, no sul de Manhattan, símbolo do capitalismo financeiro global (BBC, 2021).

Com o slogan “We are the 99%”, o movimento, composto majoritariamente por jovens, denunciava a desigualdade econômica e a influência desproporcional de 1% mais rico sobre decisões políticas e institucionais. A mobilização se espalhou para outras cidades, dando origem a uma jornada global de protestos em 15 de outubro de 2011, conhecida como o dia dos indignados, com manifestações registradas em diversas capitais ao redor do mundo (BBC, 2021).

Até hoje, não existe um marco oficial do fim da crise, mas especialistas entendem que a recuperação se deu a partir de 2010. A crise que poupou em grande medida os países em desenvolvimento, penalizou principalmente os assalariados das nações desenvolvidas, espalhando frustração e ressentimento. Os efeitos da crise foram sentidos, por muitos anos, na economia, política e sociedade, com o mundo nunca conseguindo voltar a ser o que era antes da Grande Recessão (BBC, 2021).

4.2.2. MEDIDAS ADOTADAS PELOS EUA, UE E ECONOMIAS EMERGENTES

As primeiras respostas dos Estados Unidos e da União Europeia à crise foram marcadas pela adoção de medidas emergenciais de resgate às instituições financeiras e, posteriormente, pela implementação de estratégias fiscais voltadas ao estímulo econômico.

Segundo relatório da Comissão Europeia (2010), o governo dos Estados Unidos aprovou pacotes massivos de estímulo fiscal e programas de resgate financeiro que impactaram diretamente a estrutura tributária e os gastos públicos.

Ações fiscais e de estímulo nos Estados Unidos:

- Economic Stimulus Act (2008): promulgado em fevereiro de 2008, concedeu créditos fiscais aos contribuintes, somando mais de USD 150 bilhões.
- American Recovery and Reinvestment Act (2009): aprovado em fevereiro de 2009, configurou um dos maiores pacotes de estímulo da história americana, com cerca de USD 800 milhões em medidas de incentivos.
 - Incluiu aproximadamente USD 240 bilhões em cortes de impostos para indivíduos, por meio de créditos fiscais.
 - Destinou cerca de USD 50 bilhões em incentivos tributários para empresas, com destaque para a extensão do *carry-forward of losses* de dois para cinco anos (Comissão Europeia, 2010).

Medidas de resgate e intervenção financeira:

- TARP (Troubled Asset Relief Program): estabelecido em outubro de 2008, autorizou o Tesouro dos EUA a disponibilizar cerca de USD 700 bilhões para a compra de “ativos problemáticos” e ações preferenciais de instituições financeiras.
- Concessão de empréstimos diretos a instituições em risco, com o objetivo de evitar colapsos sistêmicos.
- Nacionalização emergencial de entidades hipotecárias como Fannie Mae e Freddie Mac, incorporadas temporariamente ao controle estatal em setembro de 2008 (Comissão Europeia, 2010).

No âmbito europeu, a resposta também incluiu um amplo conjunto de políticas fiscais. Conforme a Comissão Europeia (2010), os Estados-Membros recorreram à redução das taxas de juros, à injeção de liquidez e à implementação de pacotes de estímulo fiscal. O impulso fiscal agregado dos países da UE atingiu cerca de 1,8% do PIB do bloco. As estratégias incluíram, majoritariamente, redução de tributos já existentes, com foco sobre impostos sobre trabalho, renda corporativa e Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Apesar disso, alguns países, como Letônia, Lituânia e Irlanda, foram forçados a aumentar tributos devido ao colapso das finanças públicas.

Paralelamente, foi adotado um programa de apoio ao setor financeiro. Os Estados-Membros comprometeram-se com a recapitalização bancária, garantias sobre passivos,

alívio de ativos deteriorados e suporte de liquidez, totalizando 43,6% do PIB combinado da União Europeia, valor autorizado, ainda que parte não tenha se convertido integralmente em gasto fiscal efetivo. Também foram discutidas medidas estruturais, como a neutralidade de financiamento, visando reduzir o tratamento tributário mais favorável ao endividamento em relação ao capital próprio, a fim de conter níveis excessivos de alavancagem empresarial (Comissão Europeia, 2010).

Nas economias emergentes, a resposta teve configuração distinta. O Banco Mundial (2011) destaca que houve menos cortes tributários diretos, com prioridade para políticas de proteção industrial e apoio a setores estratégicos, frequentemente por meio de empréstimos e garantias direcionadas a empresas nacionais, ainda que isso implicasse discriminação indireta com firmas estrangeiras.

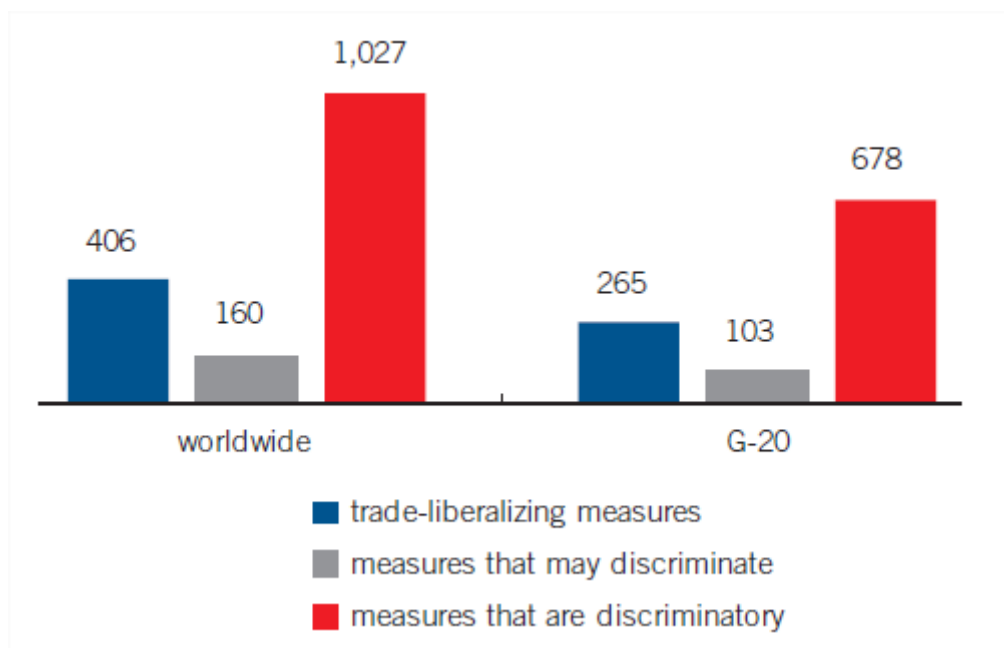
Segundo o Global Trade Alert, foram registradas 273 intervenções de apoio à indústria nacional nos três anos posteriores ao fim de 2008, com destaque para os setores de agricultura e veículos automotores. Um exemplo representativo é o do Brasil, que elevou em 30% os impostos sobre veículos com menos de 65% de conteúdo local, ao mesmo tempo em que concedeu créditos fiscais para montadoras que utilizassem insumos produzidos internamente (Banco Mundial, 2011).

Dessa forma, observa-se que, enquanto os Estados Unidos concentraram esforços em grandes cortes tributários diretos e resgate de ativos financeiros, as economias emergentes priorizaram uma lógica de intervenção estatal seletiva, orientada para a substituição de importações e fortalecimento do conteúdo nacional por meio de instrumentos tributários e financeiros internos (Banco Mundial, 2011).

4.2.3. USO DE TARIFAS EM SETORES ESTRATÉGICOS

A crise financeira global de 2008 desencadeou respostas mistas nas políticas de comércio exterior, com a adoção simultânea de medidas restritivas e liberalizantes. Segundo o Banco Mundial (2011), o monitoramento global das políticas comerciais evidenciou um aumento expressivo no uso de instrumentos restritivos, acompanhado por iniciativas pontuais de abertura, especialmente no campo tarifário. Desde o início da crise, foram implementadas 1.243 novas medidas comerciais, das quais cerca de 900 apresentaram caráter restritivo. De forma semelhante, a Global Trade Alert registrou 1.593 medidas entre novembro de 2008 e novembro de 2011, sendo que 1.187 discriminam fornecedores estrangeiros (Figura 08).

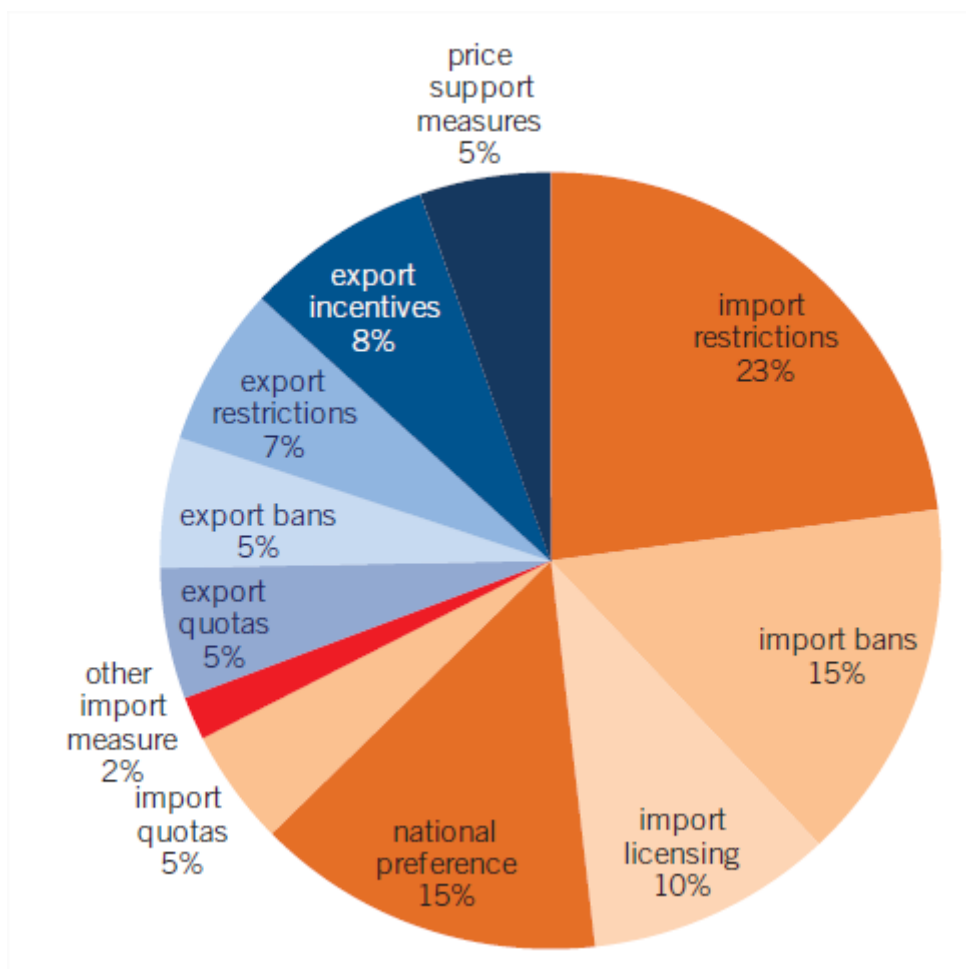
Figura 08 - Medidas registradas pelo Global Trade Alert (Nov. 2008 - Nov. 2011)



Fonte: The World Bank, “Taking Stock of Trade Protectionism Since 2008” (2011).

As medidas não tarifárias ganharam destaque nesse contexto, com o crescimento substancial em frequência: nos dois primeiros anos pós-crise, a média anual de novas medidas era de 85, passando para 120 em 2011. Segundo o Banco Mundial (2011), essas ações foram conduzidas principalmente pelos países do G-20 e incluíam restrições quantitativas de importação, cotas e proibições (Figura 09). Entre as iniciativas mais emblemáticas destacou-se a política do “Compre Nacional”, que estimulava o consumo de produtos de origem doméstica, sendo amplamente adotada por economias emergentes do G-20.

Figura 09 - Porcentagem de novas barreiras não tarifárias



Fonte: The World Bank, “Taking Stock of Trade Protectionism Since 2008” (2011).

Adicionalmente, observou-se um aumento nas restrições às exportações, que representaram quase um terço das medidas não tarifárias, concentradas sobretudo em bens agrícolas, com cerca de metade dessas restrições de natureza quantitativa. O uso de barreiras comerciais temporárias, como antidumping, direitos compensatórios e salvaguardas, também se intensificou, com a OMC relatando aproximadamente 370 novas investigações iniciadas pelos países do G-20 após 2008. O predomínio dos países em desenvolvimento entre os usuários dessas medidas reflete tanto o aumento da sua capacidade institucional quanto o crescimento da China como potência exportadora (Banco Mundial, 2011).

No entanto, o período pós-crise não foi marcado apenas por protecionismo. Diversas nações optaram por ações liberalizantes, especialmente entre o segundo e o terceiro ano após o início da crise. Muitos países desenvolvidos tinham suas tarifas vinculadas à OMC, o que impedia aumentos mesmo em períodos de recessão, portanto, a alternativa foi de reduzi-las.

Como exemplo de países que aplicaram movimentos de redução, podemos citar:

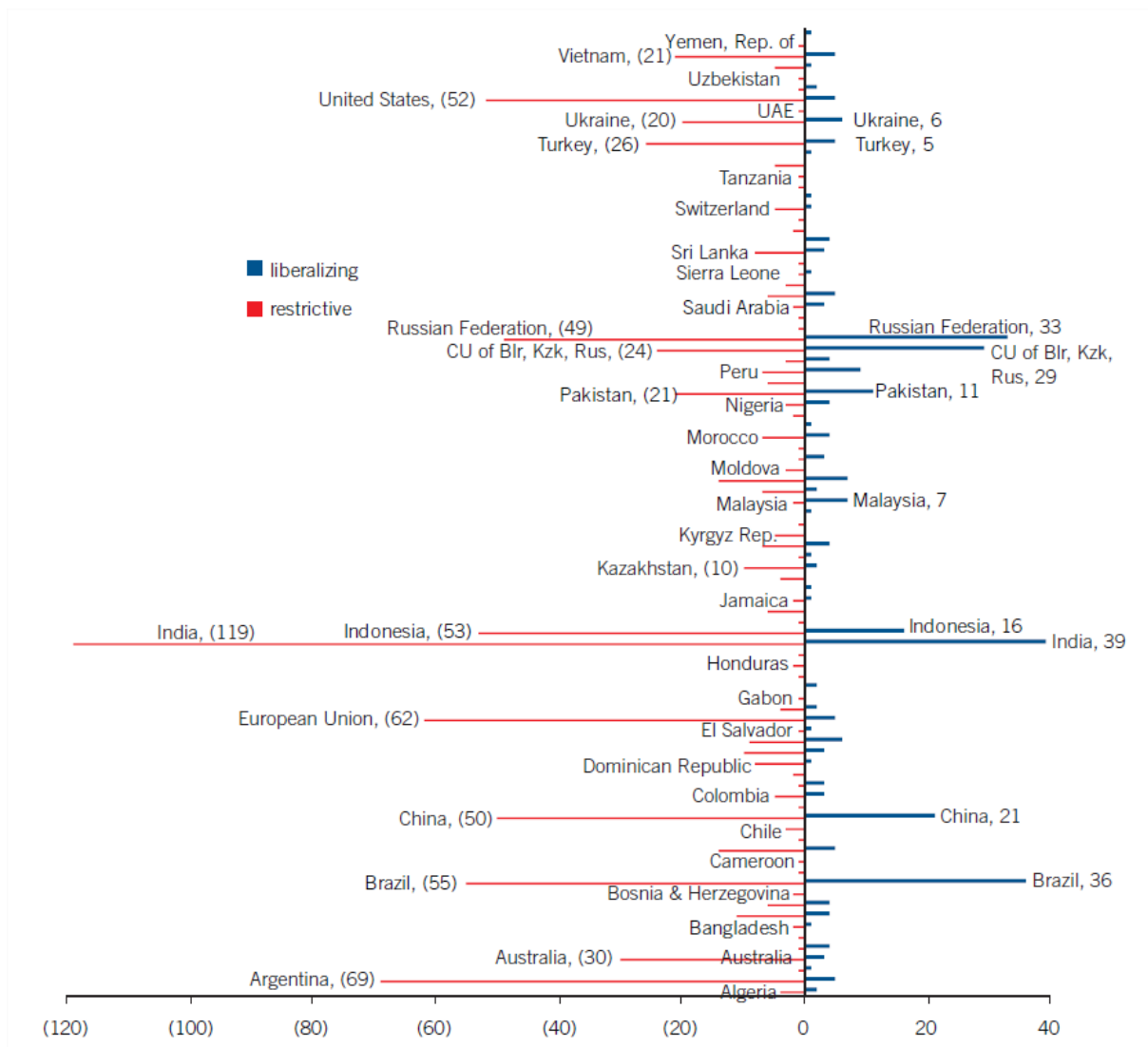
- México, foi um dos casos mais expressivos, reduzindo tarifas em cerca de 5.000 linhas tarifárias, o equivalente a 97% de suas importações, fazendo com que a tarifa média caísse de 10% para 4,6%
- Estados Unidos, aprovaram a *Miscellaneous Tariff Bill*, que suspendeu temporariamente tarifas de importação sobre diversos bens intermediários até 2012.
- Canadá, eliminou tarifas sobre mais de 1.500 produtos, principalmente máquinas e equipamentos industriais.
- Austrália, que reduziu gradualmente suas tarifas para 5-10% até 2015, afetando setores como têxteis, vestuário, calçados e bens industriais.

Assim, o nível médio da tarifa Nação Mais Favorecida (NMF) dos países desenvolvidos do G-20 manteve-se estável ou em queda, reduzindo a diferença tarifária em relação aos membros emergentes para cerca de 5 pontos percentuais em 2010 (Banco Mundial, 2011).

Nos países em desenvolvimento, contudo, prevaleceu uma postura de intervenção estatal. Segundo o Banco Mundial (2011), essas economias utilizaram políticas comerciais ativas desde 2008 (Figura 10), aproveitando maior flexibilidade para elevar tarifas, tendo como destaque os países:

- Rússia, aumentou tarifas entre 50% e 80% sobre carnes em 2009, embora parte dessas medidas tenha sido revertida depois.
- Turquia, elevou tarifas sobre grãos para 130% em 2009, eliminando-as dois anos depois.
- Brasil, que por sua vez, elevou 30% os impostos sobre veículos com menos de 65% de conteúdo local, excetuando produtos oriundos do Mercosul e do México.

Figura 10 - 89 países que mais utilizaram medidas comerciais (Set. 2008 - Jul. 2011)



Fonte: The Word Bank, “Taking Stock of Trade Protectionism Since 2008” (2011).

Por outro lado, também houve cortes tarifários seletivos voltados à redução do custo de bens essenciais e insumos produtivos, tendo como destaque:

- Brasil, que reduziu tarifas para 2% sobre centenas de bens de capitais e equipamentos entre 2010 e 2011.
- Indonésia, eliminou tarifas sobre 182 matérias-primas e bens de capital em 2011.
- Marrocos, reduziu tarifas sobre o trigo de 130-170% para 80-90%.
- Quênia, que reduziu a tarifa sobre o arroz de 75% para 35%.

No total, as reduções tarifárias em produtos alimentícios foi de mais de 80 desde o fim de 2008, superando amplamente o número de aumentos, que foi de cerca de 20 (Banco Mundial, 2011).

Em resumo, o uso de tarifas em setores estratégicos durante a crise de 2008 mostrou que países adotaram caminhos diferentes para se recuperar. Enquanto as economias mais desenvolvidas, com menos espaço para mudar suas tarifas, optaram por reduzir ou suspender impostos de importação para estimular o comércio, as economias emergentes usaram aumentos e ajustes pontuais para proteger suas indústrias e conter oscilações nos preços internos. Esse processo acabou mudando a forma como as cadeias produtivas e as relações comerciais funcionam no mundo, tornando as tarifas um instrumento importante para amenizar os efeitos da crise e buscar novas formas de competitividade global.

4.2.4. IMPACTO NAS CADEIAS GLOBAIS E NAS TENSÕES COMERCIAIS

A crise financeira de 2008 expôs a vulnerabilidade das cadeias globais de valor diante de períodos de instabilidade econômica. A dependência de determinados mercados e a concentração de fornecedores em regiões específicas tornaram o sistema produtivo mais suscetível a choques externos, levando empresas e governos a repensar suas estratégias de produção e comércio.

Segundo Gawande, Hoekman e Cui (2014), em seu artigo para o Banco Mundial “*Global Supply and Trade Policy Responses to the 2008 Crisis*”, embora a crise tenha sido comparável, e em alguns aspectos até mais severa que a Grande Depressão de 1930, ela não resultou em um protecionismo generalizado. O autor identifica a especialização vertical nas cadeias globais de valor como o principal fator econômico que limitou o aumento do protecionismo. Essa especialização fez com que muitos países dependessem de importações para manter suas próprias exportações competitivas, reduzindo o incentivo para elevar tarifas de forma indiscriminada.

O estudo analisou sete grandes economias emergentes, Argentina, Brasil, China, Índia, México, África do Sul e Turquia, mostrando que a participação nas cadeias de suprimentos globais restringiu a capacidade dos governos de adotar medidas protecionistas, já que o aumento de tarifas poderia prejudicar suas próprias empresas exportadoras.

Após a crise, duas pressões principais moldaram as políticas comerciais:

- Pressão de exportadores estrangeiros: em países como Brasil, China e Turquia, houve influência de empresas estrangeiras que dependiam de insumos locais. Isso levou a uma liberalização seletiva em setores que produziam bens intermediários, garantindo custos mais baixos e maior competitividade nas exportações.
- Pressão de exportadores domésticos: na Argentina, Índia e África do Sul, os próprios exportadores nacionais pressionaram por reduções tarifárias em insumos importados essenciais para a produção interna.

Segundo Gawande, Hoekman e Cui (2014), os países em desenvolvimento também utilizaram sua margem de política tarifária de maneira estratégica, variando entre abertura e proteção conforme seus objetivos internos. China, Índia e México reduziram tarifas em 2009, mostrando tendência liberalizante, enquanto Brasil, África do Sul e Turquia adotaram aumentos pontuais quando o contexto político permitiu.

Em alguns casos, objetivos fiscais e industriais prevaleceram sobre a lógica do livre comércio. Brasil e China, por exemplo, aumentaram tarifas em setores voltados ao consumo interno, priorizando arrecadação e fortalecimento industrial em detrimento da integração às cadeias globais.

Na conclusão de seu estudo, Gawande, Hoekman e Cui (2014) afirma que a especialização vertical, ou seja, a forte integração dos países nas cadeias de valor globais, atuam como um freio natural ao protecionismo desenfreado. Segundo ele, o maior benefício promovido pela OMC nesse período foi justamente o de facilitar a especialização produtiva entre países, o que se tornou um dos principais fatores de estabilidade e manutenção dos mercados abertos pós-crise.

Avaliar as cadeias globais de valor sob a perspectiva das economias emergentes nos proporciona amplitude do assunto, pois são esses países que mais dependem do comércio internacional para sustentar suas indústrias e, ao mesmo tempo, recorrem com maior frequência a instrumentos tarifários como ferramenta de política econômica.

No que diz respeito às tensões comerciais após a crise de 2008, este trabalho toma como base o artigo de Manzi (2019), publicado na Revista Brasileira de Política Internacional, intitulado “Globalização econômica no pós-crise global de 2008: limites e impasses”. O autor analisa como as dinâmicas políticas domésticas e sistêmicas contribuíram para o arrefecimento da globalização econômica no período pós-crise.

Segundo Manzi (2019), o principal marco do período pós-2008 foi o fim da fase de aceleração da globalização observada nas décadas anteriores e o início de uma etapa de estagnação relativa. Essa desaceleração não resultou apenas do menor crescimento econômico global, mas também de transformações políticas e institucionais que enfraqueceram a cooperação internacional.

O autor apresenta três indicadores que ilustram esse processo:

- Comércio: a participação do comércio internacional do PIB global atingiu aproximadamente 61% em 2008 e, desde meados de 2019, manteve-se praticamente estável. O ritmo de expansão comercial após 2010 foi inferior ao observado na década de 2000.

- Investimento: os fluxos de Investimentos Direto Estrangeiro recuaram cerca de 30% entre 2007 e 2009.
- Finanças: os ativos internacionais dos bancos caíram de aproximadamente 60% para 40% do PIB global entre 2007 e 2013, e os fluxos de capital retornaram a níveis semelhantes aos da década de 1980.

Para Manzi (2019), as tensões comerciais e a desaceleração da globalização decorrem de impasses políticos estruturais, divididos entre fatores sistêmicos e domésticos.

No plano sistêmico, houve enfraquecimento da governança global e da capacidade de coordenação internacional. O autor destaca a crise do multilateralismo, evidenciada pelo fracasso da Rodada de Doha e pela fragmentação institucional, com múltiplas organizações tratando de temas semelhantes e reduzindo a eficácia das regras comerciais. Além disso, a heterogeneidade crescente entre as economias desenvolvidas e emergentes dificultou o consenso político, levando à formação de um cenário descrito como “G-Zero”, caracterizado pela ausência de uma liderança global clara.

Ao nível doméstico, Manzi (2019) aponta o ressurgimento do populismo e do nacionalismo, impulsionado pela crise de representatividade política e pelo aumento da desigualdade econômica, especialmente a partir de 2016. Esse contexto gerou resistência à globalização e enfraqueceu as propostas de maior integração internacional. O autor observa ainda o declínio da liderança dos Estados Unidos, que passaram a demonstrar menor disposição em sustentar a ordem econômica internacional e apoiar instituições multilaterais. Por fim, destaca a fragmentação ideológica, marcada pela perda de confiança no livre mercado e pela ausência de consenso sobre o papel do Estado na economia, o que ampliou as divergências entre os modelos de capitalismo.

Manzi (2019) conclui que, embora essa estagnação não represente uma reversão total como a ocorrida na década de 1930, o avanço de forças nacionalistas nas economias desenvolvidas pode indicar o início de uma nova fase da globalização, caracterizada por menor integração e possíveis retrocessos na internacionalização econômica, algo inédito desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

4.3. ESTUDO DE CASO III: GUERRA COMERCIAL EUA X CHINA (2018–2023)

No terceiro e último estudo, analisamos uma crise concentrada nas duas maiores economias do mundo. A análise abrange desde a ascensão chinesa em sua relação com os

Estados Unidos até as tensões intensificadas durante o governo Trump, quando o uso de tarifas passou a assumir um caráter mais político.

4.3.1. ASCENSÃO DA CHINA COMO POTÊNCIA E TENSÕES COM OS EUA

Com 1,3 bilhão de habitantes, a China começou o novo milênio com um PIB de cerca de US\$1,2 trilhão. Vinte anos depois, esse número já superava os US\$15 trilhões, tornando o país a segunda maior economia do mundo (Quadro 1). Analistas projetavam que, na década seguinte, a China poderia ultrapassar os Estados Unidos, consolidando-se como a maior potência econômica global. Nenhum outro país cresceu e se transformou tanto entre 2000 e 2020 quanto a República Popular da China (BBC, 2021).

Quadro 2 - As 10 maiores economias do mundo em 2025

CLASSIFICAÇÃO E PAÍS	PIB (\$)	CRESCIMENTO (%)
1º - ESTADOS UNIDOS	US\$ 30,34 TRILHÕES	2,2%
2º - CHINA	US\$ 19,53 TRILHÕES	4,4%
3º - ALEMANHA	US\$ 4,92 TRILHÕES	0,8%
4º - JAPÃO	US\$ 4,39 TRILHÕES	1,1%
5º - ÍNDIA	US\$ 4,27 TRILHÕES	6,5%
6º - REINO UNIDO	US\$ 3,73 TRILHÕES	1,5%
7º - FRANÇA	US\$ 3,28 TRILHÕES	1,1%
8º - ITÁLIA	US\$ 2,46 TRILHÕES	0,8%
9º - CANADÁ	US\$ 2,33 TRILHÕES	1,3%
10º - BRASIL	US\$ 2,31 TRILHÕES	2,4%

Fonte: Elaborado pelo autor, com dados provenientes do FMI (2025).

A impressionante expansão chinesa começou ainda na década de 1980, sob o comando de Deng Xiaoping, líder nacional que promoveu reformas estruturais profundas. Deng decidiu incorporar elementos do capitalismo à economia, mantendo, contudo, a centralização política do Partido Comunista Chinês. Duas décadas depois, em novembro de 1999, a China assinou um acordo comercial com os Estados Unidos, eliminando barreiras à entrada de produtos e serviços

estrangeiros em seu mercado, passo fundamental para sua futura adesão à Organização Mundial do Comércio (BBC, 2021).

Um dia após a assinatura, a rede americana CNN destacou: “O acordo obriga a China a cortar tarifas em 23% em média e promete maior acesso ao relativamente fechado mercado chinês para tudo, de serviços financeiros a telecomunicações e filmes de Hollywood”. Em declaração oficial feita em 15 de novembro de 1999, o então presidente americano Bill Clinton defendeu publicamente o acordo, afirmando: “The China-WTO agreement is good for United States, it's good for China, it's good for the world economy”. Pouco tempo depois, a aceitação do novo papel da China pela comunidade internacional foi formalizada. Em 11 de dezembro de 2001, o país tornou-se oficialmente membro da Organização Mundial do Comércio (BBC, 2021).

Os efeitos iniciais da abertura foram previsíveis: aumento moderado do desemprego, em razão da competição estrangeira sobre as empresas estatais, menos eficientes que as multinacionais. No entanto, o impacto foi controlado. O desemprego atingiu seu pico em 2009, durante a crise global, chegando a 4,7% e se estabilizou nos anos seguintes, registrando 4,4% em 2020. O governo chinês conseguiu evitar maiores prejuízos enquanto explorava a nova liberdade de operar comercialmente no exterior. Em vez de ser dominada pelo mundo, foi a China que passou a espalhar sua marca pelos quatro cantos do planeta (BBC, 2021).

Além dos benefícios econômicos, o Partido Comunista Chinês buscava projetar uma nova imagem nacional, mais moderna, confiante e influente. Um marco simbólico dessa transformação foi a escolha de Pequim para sediar os Jogos Olímpicos de Verão de 2008. Nos anos seguintes, uma verdadeira avalanche de produtos chineses tomou conta dos mercados internacionais. Com custos de produção significativamente mais baixos, os fabricantes chineses de roupas, brinquedos e equipamentos eletrônicos tornaram-se extremamente competitivos.

Nos Estados Unidos, o impacto foi evidente. O déficit comercial americano com a China, que era de US\$83,8 bilhões em 2000, chegou a aproximadamente US\$259 bilhões em 2007, segundo o US Census Bureau. O clima amistoso que havia marcado o início das relações comerciais entre as duas potências já não era mais o mesmo. Muitos americanos acreditavam que a China estava “roubando” seus empregos. Pequim, por sua vez, alegava esforços para reduzir o desequilíbrio, mas enfrentava barreiras na venda de produtos de alta tecnologia, por conta de restrições ligadas ao uso militar. A partir dessas tensões iniciais, a economia passou a ditar o tom das relações entre Washington e Pequim (BBC, 2021).

O crescimento econômico chinês pode ser mensurado em números. Em 2000, o PIB do país era de US\$1,2 trilhão. Entre 2001 e 2010, o crescimento anual variou entre 8% e 14%, e em apenas uma década, a economia chinesa quintuplicou de tamanho, alcançando US\$6 trilhões em

2010. O avanço econômico foi acompanhado por uma transformação social profunda: um intenso êxodo rural levou milhões de chineses a migrar para as cidades. A população urbana saltou de 191 milhões em 1980 para cerca de 600 milhões em 2007, dados do Banco Mundial.

Entre as regiões mais dinâmicas estava Shenzhen, na província de Guangdong, uma das primeiras Zonas Econômicas Especiais criadas para atrair investimento estrangeiro. Outras cidades, como Zhuhai, Shantou e Xiamen, também foram pioneiras nesse modelo. Nos anos seguintes, novas áreas receberam o mesmo status, como Kashgar e a Planície Central, esta última abrangendo toda a província de Henan e voltada à modernização agrícola (BBC, 2021).

Figura 11 - Zonas econômicas especiais chinesas



Fonte: Placido “Localização geográfica das ZEEs” 2021.

O ambiente de abertura atraiu empresas estrangeiras interessadas em reduzir custos. A fabricante italiana DeCoro, por exemplo, multiplicou seu faturamento em vinte vezes entre 1998 e 2002, após transferir a produção para a China. Em entrevista à BBC News, o proprietário Luca Ricci afirmou: “O que a China oferece à DeCoro é muita mão-de-obra barata”, avaliando que seus sofás custariam 40% a mais se fossem produzidos à mão na Itália. Outro caso emblemático foi o da Apple, que em 2001 transferiu sua produção para a China por meio da empresa Foxconn, que já fabricava componentes para a Compaq e a Intel (BBC, 2021).

A infraestrutura chinesa também passou por uma transformação sem precedentes. Em 2008, o país inaugurou sua primeira linha de trem de alta velocidade, capaz de atingir 350 km/h. De acordo com a rede estatal CGTN, em 2019, a China possuía mais de 35 mil quilômetros de linhas de alta velocidade, com outros 10 mil em construção ou em planejamento. No total, a malha ferroviária chegou a 131 mil quilômetros em 2018, a segunda maior do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O país também expandiu sua rede de transportes marítimos, com 34 portos de grande calado, além da maior malha ferroviária do planeta, quase 150 mil quilômetros de autoestradas e mais de 200 aeroportos, incluindo Daxing, considerado o maior aeroporto internacional do mundo (BBC, 2021).

O crescimento chinês impulsionou a demanda global por matérias-primas, mantendo os preços das commodities em níveis historicamente elevados. O Brasil foi um dos países beneficiados por esse processo, e a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro em 2009. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, disponíveis no sistema Comex Stat, a corrente de comércio entre Brasil e China naquele ano somou aproximadamente US\$36,1 bilhões (Brasil, 2025). Além disso, o próprio MDIC aponta que a China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009 (Brasil, 2024).

Em março de 2013, Xi Jinping assumiu a presidência da China, inaugurando uma nova era de nacionalismo e expansão. Segundo Damian Grammaticas, correspondente da BBC News na China, “Sua ambição, indicou ele em discursos nas semanas recentes, é liderar uma renascença chinesa para que a China possa reassumir seu lugar de direito no mundo”. Xi consolidou seu poder interno, e em 2018 conseguiu aprovar uma mudança constitucional que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais, abrindo caminho para que permaneça no cargo por tempo indeterminado (BBC, 2021).

Enquanto isso, nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump em novembro de 2016 trouxe uma guinada política. Com uma campanha fortemente voltada contra a China, Trump acusava o país asiático de se aproveitar das regras do comércio internacional. Já como presidente, em março de 2018, anunciou tarifas sobre US\$60 bilhões em importações chinesas. Pequim retaliou, e por quase dois anos as duas maiores economias do mundo travaram uma guerra comercial (BBC, 2021).

Segundo dados da consultoria China Briefing, entre agosto de 2020 e o final de 2021, os Estados Unidos haviam imposto tarifas sobre aproximadamente US\$550 bilhões em importações chinesas, enquanto a China respondeu com tarifas sobre US\$185 bilhões em produtos americanos. Em janeiro de 2020, Trump e o vice-premiê chinês Liu He assinaram um acordo que encerrou o conflito.

Mesmo após o acordo, as tensões persistiram em outros campos, especialmente na área tecnológica. Trump pressionou aliados, como Reino Unido e Brasil, a não utilizarem a tecnologia 5G da empresa chinesa Huawei. Em 2020, impôs restrições ao TikTok e ao aplicativo de mensagens WeChat, sob alegações de risco à segurança nacional e roubo de dados. O embate entre Washington e Pequim também se intensificou durante a pandemia do COVID-19, quando os Estados Unidos responsabilizaram a China pela crise sanitária global (BBC, 2021).

Apesar dos atritos, a economia chinesa continuou crescendo. Em 2019, registrou taxa de 6%, e seu PIB mais do que dobrou em 2010 e 2019, alcançando US\$14 trilhões. Projeções indicam que a China poderá ultrapassar os Estados Unidos como maior economia do mundo até 2028 (BBC, 2021).

A influência chinesa também se expandiu para novas regiões. Na África, o país investiu cerca de US\$40 bilhões em mais de 20 países, financiando projetos de infraestrutura, exploração de petróleo, gás e mineração (Johns Hopkins University, 2020). Na América Latina, tornou-se o principal comprador de commodities, especialmente soja e minério de ferro, e ampliou seus investimentos em energia, saneamento, infraestrutura e mineração, com destaque para o Brasil (BBC, 2021).

Em novembro de 2020, o governo chinês anunciou ter erradicado a pobreza extrema, retirando aproximadamente 93 milhões de pessoas dessa condição desde 2013. A nova superpotência, que conquistou mercados, expandiu sua influência e dominou setores tecnológicos estratégicos, encerrou as duas primeiras décadas do século XXI com um dos maiores avanços econômicos e sociais da história moderna (BBC, 2021).

4.3.2. TARIFAS COMO ARMA DIPLOMÁTICA E ECONÔMICA

Após a crise de 2008, as tarifas passaram a atuar como instrumentos geopolíticos de barganha, assumindo um papel estratégico muito mais evidente. Transformaram-se em ferramentas de pressão, negociação e contenção geopolítica, principalmente contra a China, que já havia se consolidado como uma potência global. Segundo Pautasso et al. (2021), o governo Trump desencadeou ações sob a bandeira “America First”, utilizando mecanismos de defesa comercial, como leis antidumping, direitos compensatórios e dispositivos jurídicos internos que permitiam a adoção de atos unilaterais. A partir de julho de 2018, os Estados Unidos adotaram várias rodadas de imposições tarifárias diretamente contra a China.

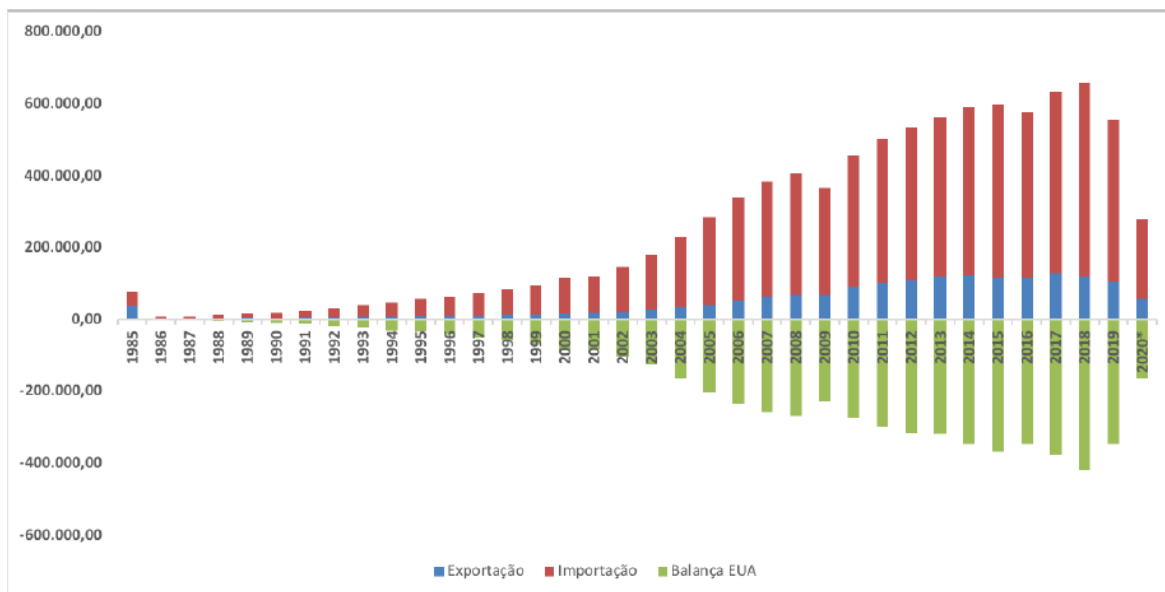
Rodadas iniciais e escalonamento:

- Ações preliminares: antes de mirar diretamente na China, o governo Trump impôs uma sobretaxa de 25% sobre o aço importado e de 10% sobre o alumínio, justificando as medidas com base na segurança nacional. Essas tarifas atingiram inicialmente parceiros próximos, como Canadá, México, Brasil e países europeus.
- Primeira e segunda rodadas: entre julho e agosto de 2018, entraram em vigor duas rodadas de tarifas sobre 818 produtos chineses, totalizando US\$50 bilhões. Os setores afetados estavam concentrados em áreas industriais estratégicas, especialmente aquelas favorecidas pelo programa chinês Made in China 2025. Entre os segmentos atingidos estavam aeroespacial, tecnologia da informação e comunicação, robótica, maquinário industrial e indústria automobilística.
- Terceira rodada: em setembro de 2018, os EUA ampliaram o escopo e impuseram tarifas de 10% sobre US\$200 bilhões em produtos chineses. Dessa vez, os itens afetados incluíam uma ampla variedade de bens de consumo, como bonés, televisores e alimentos.

O movimento não parou por aí. Em maio de 2019, Trump elevou de 10% para 25% as tarifas sobre os US\$200 bilhões já atingidos anteriormente. Pautasso et al. (2021) destaca que, paralelamente, o governo americano indicou a intenção de impor tarifas de 25% sobre o restante dos produtos chineses ainda não taxados, atingindo brinquedos, calçados, roupas e eletrônicos. Em agosto de 2019, Trump anunciou nova elevação das tarifas planejadas para setembro e dezembro, elevando-as de 10% para 15%, além de aumentar a taxa sobre os US\$250 bilhões já tarifados, de 25% para 30%, a partir de 1º de outubro.

Segundo Pautasso et al. (2021), ao final da primeira fase do acordo entre os dois países, a tarifa média aplicada pelos Estados Unidos sobre os produtos chineses manteve-se mais de seis vezes superior àquela existente antes do início das disputas comerciais em 2018. Tudo isso levou a uma queda das interações comerciais entre os 2 países, como demonstrado na figura 12.

Figura 12 - Comércio de bens entre Estados Unidos e China (1985-2020)



Fonte: Pontes, "Barack Obama e Donald Trump: a China na grande estratégia dos Estados Unidos (2009-2020)" 2020.

A China, conforme Pautasso et al. (2021), respondeu à ofensiva tarifária e diplomática dos EUA de maneira igualmente incisiva, utilizando mecanismos de retaliação comercial, instrumentos diplomáticos e ações destinadas a fortalecer sua imagem como promotora da cooperação internacional. As respostas vieram em duas frentes principais: comercial e diplomática.

Resposta comercial chinesa:

- Retaliação tarifária: a China impôs tarifas sobre produtos dos EUA totalizando US\$110 bilhões. Em setembro de 2018, elevou tarifas entre 5% e 10% sobre US\$60 bilhões em bens norte-americanos, incluindo soja, laticínios e carne. Em agosto de 2019, anunciou uma nova rodada de retaliação sobre US\$75 bilhões em importações dos EUA, levando a tarifa aplicável a automóveis norte-americanos de 12,6% para 42,6%.
- Defesa do livre comércio: ao mesmo tempo, a China procurou se posicionar diplomaticamente como defensora do livre comércio, adotando o discurso de "cooperação ganha-ganha" e de desenvolvimento compartilhado, reforçando a necessidade de reformar o sistema internacional por meio do multilateralismo.

Conforme Pautasso et al. (2021), com o acordo da Fase 1, assinado em janeiro de 2020, a China comprometeu-se a comprar um montante adicional de US\$200 bilhões em produtos norte-americanos. Entretanto, a maior parte das tarifas impostas pelos EUA foi mantida.

No campo diplomático, Pautasso et al. (2021) aponta três frentes de ação chinesa:

- Reciprocidade diplomática: em resposta ao fechamento do consulado chinês em Houston pelo governo Trump, sob acusações de espionagem, Pequim determinou o fechamento do consulado norte-americano em Chengdu, alegando que os EUA haviam violado normas do direito internacional.
- Fortalecimento de estruturas paralelas: a China reforçou iniciativas institucionais que ampliam sua influência global, como o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS e a Iniciativa Cinturão e Rota (Nova Rota da Seda).
- Política de não intervenção: a continuidade de sua política externa de não intervenção nos assuntos internos de outros países tornou-se um diferencial apreciado por diversas nações africanas e do Oriente Médio, facilitando negociações e ampliando a presença chinesa em mercados onde empresas ocidentais encontravam barreiras.

As tarifas, embora apresentadas como instrumentos destinados a reduzir o déficit comercial norte-americano, logo se revelaram ser uma camada superficial diante de disputas muito mais profundas. Pautasso et al. (2021) argumenta que a guerra comercial possui três dimensões:

- Nível superficial: tarifas utilizadas como atos protecionistas voltados à base eleitoral de Trump, associados à barganha para redução de déficit comercial com a China.
- Nível intermediário: disputa pela liderança em setores tecnológicos e produtivos estratégicos.
- Nível profundo: conflito pela liderança e definição do próprio sistema internacional.

A mudança das tarifas de instrumentos regulatórios para armas diplomáticas e coercitivas é evidenciada pela escolha dos setores afetados e por ações que extrapolam o campo comercial. O foco em segmentos beneficiados pela Made in China 2025 demonstra claramente o objetivo norte-americano de conter a ascensão chinesa em indústrias avançadas e em novos paradigmas produtivos.

Como aponta Pautasso et al. (2021) a disputa extrapolou rapidamente as tarifas e atingiu dimensões tecnológicas e securitárias. O caso da Huawei e da infraestrutura 5G é o exemplo mais emblemático dessa instrumentalização. Além disso, o autor destaca o uso de lawfare pelo

governo norte-americano, como ilustrado pela prisão da diretora financeira da Huawei, Meng Wanzhou, no Canadá, sob acusações de violação das sanções contra o Irã.

As tensões continuaram escalando. Para Washington, o sistema 5G chinês não representava apenas um desafio econômico, mas uma ameaça geopolítica. Documentos oficiais acusaram a China de praticar “agressão econômica” para adquirir tecnologias-chave e propriedade intelectual de outros países. O governo Trump também fechou o consulado chinês em Houston sob acusação de espionagem, além de iniciar ofensivas contra aplicativos chineses como TikTok e WeChat. Paralelamente, o Pentágono alertou que investimentos chineses em empresas norte-americanas de reconhecimento facial e veículos autônomos representavam riscos devido ao potencial uso militar dessas tecnologias.

4.3.3. ANÁLISE DO IMPACTO NO COMÉRCIO, NA POLÍTICA E NOS CONSUMIDORES

A partir das tensões tarifárias e diplomáticas apresentadas no capítulo anterior, torna-se possível avaliar seus efeitos concretos sobre a economia global. As medidas adotadas por Washington e Pequim remodelaram cadeias de suprimentos, redefiniram estratégias políticas e comerciais, além de impactarem os preços pagos pelos consumidores. Este capítulo busca destacar as consequências estruturais da guerra comercial.

Começando pelo campo do comércio internacional, a reaparição do protecionismo estadunidense e a busca pela diminuição dos déficits comerciais com a China resultaram em mudanças significativas. Segundo Pautasso et al. (2021), o déficit comercial bilateral anual entre China e EUA caiu pela primeira vez em 2019, chegando a US\$345,6 bilhões, contra US\$418,9 bilhões em 2018, mantendo a tendência de redução em 2020.

Pautasso et al. (2021) observa também uma queda nas exportações de produtos diretamente tarifados, que inicialmente pertenciam a setores industriais beneficiados pelo programa Made in China 2025. O autor argumenta que isso provocou um aumento das exportações chinesas para outros mercados, como ocorreu no contexto da crise da Covid-19, quando instrumentos de proteção médica e equipamentos de monitoramento afetados pelas ondas tarifárias foram direcionados a terceiros mercados.

Segundo Augusto (2020), houve também um redirecionamento das cadeias de suprimentos: após o aumento das tensões, iniciou-se um processo de endogeneização, ou seja, a internalização da produção de componentes críticos tanto pelos Estados Unidos quanto pela China. Isso envolveu investimentos e esforços para repatriar cadeias de suprimentos e construir alternativas “domésticas” nos EUA. O autor cita o Japão, que destinou recursos para ajudar seus

fabricantes a transferirem sua produção para fora da China, levando-a de volta ao Japão ou ao Sudeste Asiático. A União Europeia também ressaltou a necessidade de diversificar suas cadeias produtivas, e, nesse contexto, a Índia surgiu como alternativa à China. O aumento das tensões gerou ainda maior interesse em eliminar ou ao menos minimizar a dependência de componentes chineses em sistemas militares dos EUA.

No campo político, Pautasso et al. (2021) afirma que as tarifas obscurecem a rivalidade sino-americana e a disputa técnico-produtiva e sistêmica em jogo. O nível mais profundo do conflito é a contenda pela liderança do sistema internacional, ou seja, a hegemonia global. Segundo o autor, a ascensão chinesa pressionou as estruturas hegemônicas lideradas por Washington. A disputa tecnológica, como relativa à infraestrutura 5G, aparece como exemplo prático dessa competição.

O governo Trump também impulsionou o crescimento do nacionalismo econômico e de um discurso abertamente antichinês. Segundo o autor, discursos como o proferido por Mike Pompeo elevaram as tensões ao descrever o Partido Comunista Chinês como “a principal ameaça dos nossos tempos” e ao defender uma retórica de “luta entre o mundo livre e a tirania”. A China, por outro lado, manteve o discurso de cooperação e multilateralismo, enquanto buscava maior protagonismo na governança mundial.

Pautasso et al. (2021) também destaca como a competição tecnológica se tornou prioridade, envolvendo disputas pela liderança em segmentos estratégicos de alta tecnologia, como 5G, inteligência artificial e computação quântica. Augusto (2020) aponta que, para o Pentágono, a microeletrônica, ou seja, os semicondutores, constitui a prioridade número um de pesquisa e desenvolvimento. O domínio do padrão técnico-produtivo está diretamente relacionado ao poder geopolítico. Conforme Pautasso et al. (2021), Washington intensificou pressões para que aliados não construíssem infraestruturas 5G com equipamentos da Huawei. Os EUA também abandonaram espaços e organismos multilaterais, colocando em dúvida o futuro de instituições como a OMC. O autor inclusive aponta o intento de recriar uma “Nova Guerra Fria” para unir aliados e evitar a expansão do rival.

A disputa comercial marcou o início da “desglobalização parcial”, apontada por Augusto (2020), no contexto da crise liberal e da intensificação do tecnonacionalismo, este considerado vital para o crescimento e desenvolvimento do Estado. O aumento da competição interestatal resultou em uma retração das ambições de maior liberalização econômica mundial.

As tarifas e as competições tecnológicas geraram custos diretos e indiretos que impactaram a economia global e os cidadãos. Nos Estados Unidos, Pautasso et al. (2021) comenta que os preços subiram para consumidores e empresas, principalmente após a terceira

rodada de tarifas, que afetou uma ampla variedade de bens de consumo, como bonés, TVs e alimentos. As empresas repassaram esses custos aos consumidores, e, durante a pandemia, os EUA mantiveram as importações de produtos chineses de proteção médica que estavam sob taxaço, apesar de os consumidores pagarem preços mais altos.

Na China, Pautasso et al. (2021) afirma que setores agrícolas e industriais sentiram a pressão, com a retaliação chinesa sobre produtos como carne, trigo, vinho, soja, laticínios, produtos químicos, computadores e equipamentos médicos. No mercado global, houve aumento da incerteza para multinacionais, com a disputa entre as duas principais potências elevando o grau de incerteza internacional. Produtos tarifados foram direcionados a terceiros mercados, enquanto os EUA buscavam novos fornecedores ou importavam a preços mais altos, aumentando a volatilidade e o redirecionamento dos fluxos comerciais.

Por fim, os autores concordam que a competição entre as nações, o retorno do tencionacionalismo e a busca por tornar a produção cada vez mais interna resultaram em uma fragmentação do sistema mundial e na reordenação das cadeias de suprimentos.

Todos esses movimentos e políticas comerciais contribuíram para a consolidação de um novo cenário protecionista no comércio internacional, servindo como base para as medidas adotadas por Donald Trump em seu segundo mandato presidencial (2024-2028). Com o aumento das tensões comerciais e da relevância do tema no contexto econômico global, buscou-se complementar o presente estudo por meio de pesquisas qualitativas voltadas à compreensão dos impactos práticos dessas políticas. Dessa forma, foram conduzidas entrevistas com empresas e consumidores diretamente ou indiretamente afetados pelas tarifas, buscando compreender como essas medidas influenciam a competitividade empresarial, os processos de negociação internacional, o aumento dos custos operacionais e os impactos percebidos pelos consumidores em seus orçamentos e na visão social e política do momento econômico vivido.

4.4. QUADRO SÍNTESE - ESTUDOS DE CASO

Com o objetivo de sintetizar os principais aspectos abordados nos estudos de caso analisados, apresenta-se o quadro a seguir que reúne seus contextos, as medidas adotadas e os principais impactos observados.

Quadro 3 - Síntese dos principais pontos dos estudos de caso

ESTUDO DE CASO	PERÍODO	CONTEXTO	PRINCIPAIS MEDIDAS ADOTADAS	PRINCIPAIS IMPACTOS IDENTIFICADOS
Crise Asiática	1997 - 1998	Crise financeira iniciada na Tailândia e disseminada pela Ásia	Proteção temporária de setores estratégicos, liberalização gradual e reorganização econômica	Recuperação econômica gradual, reestruturação produtiva e fortalecimento da competitividade
Crise Econômica Global	2008	Colapso do mercado imobiliário e crise financeira internacional	Barreiras não tarifárias, subsídios e políticas de estímulo econômico	Redução do comércio internacional, aumento da intervenção estatal e queda da atividade econômica
Guerra Comercial EUA x China	2018 - 2023	Disputa comercial e tecnológica entre as duas maiores economias mundiais	Elevação de tarifas de importação e medidas retaliatórias	Aumento dos custos reorganização das cadeias globais, inflação e tensões geopolíticas

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Concluída a fundamentação teórica e a análise dos estudos de caso, o próximo capítulo apresenta a pesquisa conduzida para entender como essas tarifas afetam na prática o dia a dia dos agentes econômicos e os consumidores.

5. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS

Com o objetivo de compreender os impactos de crises econômicas e de políticas tarifárias sobre empresas exportadoras e importadoras, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, de caráter exploratório. As entrevistas utilizaram perguntas abertas, empregadas apenas como guia da conversa, permitindo que os entrevistados discorressem livremente sobre suas percepções, experiências e vivências no contexto do comércio internacional.

Visando enriquecer a análise e ampliar a compreensão dos efeitos dessas medidas para além do ambiente empresarial, também foram realizadas entrevistas com pessoas físicas

residentes em países afetados por crises econômicas ou pela adoção de tarifas comerciais no período analisado neste trabalho.

5.1. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - PESSOA JURÍDICA

A primeira parte das entrevistas foi conduzida com profissionais em posições de liderança, que relataram como as empresas em que atuam enfrentaram momentos desafiadores no comércio internacional. A partir dessas conversas, foi possível identificar percepções práticas sobre os impactos de crises econômicas, conflitos comerciais e mudanças nas políticas tarifárias.

5.1.1. RELATO DAS ENTREVISTAS

- ENTREVISTADO 1 - INDÚSTRIA METALÚRGICA DE FERRAMENTAS

A primeira entrevista foi conduzida com um gerente de exportações de uma empresa metalúrgica de ferramentas localizada na Serra Gaúcha. Com mais de 20 anos de experiência em comércio internacional, o entrevistado inicia sua fala destacando como se torna difícil manter a competitividade nos mercados externos quando ocorrem eventos fora do esperado ou do padrão de normalidade. Segundo ele, nesses momentos, torna-se fundamental transmitir ao cliente a proposta de valor da empresa, de modo que o preço não seja o único fator considerado, o que frequentemente exige uma mudança de estratégia por parte da organização.

O entrevistado também evidencia que o aumento de tarifas gera uma série de custos, afetando principalmente o custo de importação, o que leva a empresa exportadora a revisar seus preços e margens com o objetivo de se manter competitiva no mercado internacional.

Em complemento, ao tratar de conflitos ou crises geopolíticas, o entrevistado aponta que diversos fatores podem dificultar o comércio internacional como um todo, incluindo bloqueios de rotas e escassez de matérias-primas. Esses fatores produzem, mais uma vez, um efeito cascata sobre as empresas, resultando em atrasos na produção e elevação dos custos logísticos, o que acaba abrindo espaço para o avanço de concorrentes.

Quando questionado especificamente sobre crises econômicas, o entrevistado destaca que o principal impacto percebido está relacionado à oscilação cambial, que pode tanto beneficiar a empresa frente à moeda local quanto gerar efeitos negativos. Essa instabilidade, segundo ele, provoca insegurança financeira e pode levar, inclusive, à adoção de medidas de contenção de gastos por parte da empresa.

Dando continuidade à entrevista, ao ser questionado sobre experiências passadas, o entrevistado utiliza o acrônimo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo) para caracterizar o ambiente do comércio internacional, afirmando já ter vivenciado diversas situações que se enquadram nesse contexto. Nesse momento, ele menciona crises consideradas menores, regionais e pontuais, como o bloqueio do Canal de Suez, quando ações de grupos rebeldes Houthis, do Iêmen, geraram insegurança na região e forçaram a alteração das rotas de navios comerciais que utilizavam aquele trajeto.

Segundo o entrevistado, esse evento resultou em um aumento de até 14 dias no tempo de trânsito das mercadorias, além de um crescimento expressivo nos custos de frete. Para além do impacto direto sobre as rotas marítimas, ele destaca que houve uma ampliação tanto no tempo quanto nos custos logísticos envolvidos nas operações.

Outra situação mencionada foi a greve dos portuários nos Estados Unidos, ocorrida em 2024. Embora, segundo ele, não tenha sido uma paralisação de grande intensidade, o evento provocou atrasos significativos, tanto no âmbito local quanto em escala global. De acordo com estimativas compartilhadas pelo entrevistado, a cada dia de fechamento dos portos eram necessários aproximadamente sete dias para que o fluxo de trabalho fosse completamente regularizado.

Além disso, o entrevistado ressalta que fatores climáticos também afetam o ritmo operacional da empresa. Ele aponta que o Porto de Rio Grande, principal porto utilizado pela empresa, costuma ter suas atividades interrompidas nos meses de inverno, ocorrendo de três a cinco fechamentos entre julho e agosto. Segundo ele, a cada fechamento da barra, são necessários cerca de cinco dias para a normalização do fluxo de navios e contêineres.

Abordando o assunto sobre as disputas comerciais envolvendo o Brasil, tomando como exemplo a ocorrida em período recente com os Estados Unidos, o entrevistado inicia sua análise afirmando que não considera o Brasil um país com vocação industrial. Segundo ele, as políticas nacionais não favorecem o desenvolvimento nem a competitividade das empresas brasileiras. O entrevistado afirma ainda que a empresa em que atua alcançou presença em mais de 120 países fundamentalmente por competência interna, destacando que precisou fazer consideravelmente mais do que seus concorrentes para atingir o patamar em que se encontra atualmente.

No que se refere especificamente à tarifa imposta pelos Estados Unidos, que acabou incluindo o produto fabricado pela empresa, ele relata que a medida ocasionou interrupções na produção e nos embarques destinados ao mercado norte-americano. Ele explica que apenas após uma revisão completa de todos os custos operacionais, renegociações com fornecedores e,

adicionalmente, um processo de negociação entre as estruturas da empresa no Brasil e nos Estados Unidos, em conjunto com o cliente final, foi possível retomar os negócios.

No entanto, o entrevistado ressalta que essa retomada ocorreu sem a mesma margem de rentabilidade existente no período anterior à imposição das tarifas. Ainda assim, ele observa que, no ponto de venda, o impacto mais visível é o aumento do preço ao consumidor final. Por fim, destaca que a empresa segue buscando reduzir custos e tornar a operação mais saudável, enquanto aguarda uma eventual retirada das tarifas.

Ao ser questionado sobre sua percepção a respeito do comércio internacional ao longo dos anos, o entrevistado destaca dois acontecimentos que, segundo ele, foram de extrema relevância: a abertura do mercado automotivo brasileiro, em 1990, e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001. Na sua avaliação, esses dois movimentos deram início ao processo que hoje se conhece como globalização. Desde então, segundo o entrevistado, consolidou-se a percepção de que não haveria mais fronteiras para negócios e pessoas, com a liberdade de buscar produtos pelo menor preço possível em qualquer parte do mundo.

Ele argumenta que o crescimento observado na economia chinesa decorre, em grande medida, das políticas governamentais adotadas pelo país, as quais proporcionaram um aumento significativo da competitividade de seus produtos, aliado à melhoria gradual da qualidade ao longo dos anos, dificultando a concorrência por parte de outros países. No entanto, ele ressalta que, já em 2001, após os atentados às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, o mundo passou a refletir de forma mais crítica sobre os limites da globalização.

O entrevistado complementa afirmando que, com a chegada da pandemia de Covid-19, em 2019, essa reflexão se intensificou, uma vez que a paralisação da economia global evidenciou a elevada dependência em relação à China para o fornecimento de diversos tipos de produtos. Ele prossegue mencionando que os conflitos recentes envolvendo países europeus, somados à forte concorrência exercida pelos produtos chineses, contribuíram para o surgimento de uma nova lógica de organização econômica, mais baseada no regionalismo.

Segundo o entrevistado, esses movimentos são perceptíveis principalmente na Europa, que tem buscado se proteger por meio da formação de alianças estratégicas com outros blocos ou países capazes de gerar vantagens econômicas e produtivas. Ele compara esse processo a iniciativas semelhantes adotadas pelos Estados Unidos em relação à América Central e do Sul, bem como pela China na busca por aliados em sua região de influência.

Para finalizar a entrevista, ao ser questionado sobre outros episódios em que a imposição de tarifas tenha alterado diretamente os negócios da empresa, ele enfatiza que esse tipo de ação política exerce um impacto significativo sobre as operações comerciais, podendo, inclusive,

inviabilizá-las completamente. Ele retoma o exemplo do mercado norte-americano, principal destino das exportações da empresa, destacando que, em determinados momentos, foi necessário sacrificar margens de rentabilidade como estratégia para manter os negócios ativos e preservar os postos de trabalho.

- ENTREVISTADO 2 - EMPRESA DO RAMO METALÚRGICO

A entrevista seguinte foi realizada com uma profissional de 39 anos de atuação na empresa e mais de 30 anos de experiência na área de exportação, tendo acompanhado o crescimento das operações internacionais e as diversas transformações ocorridas ao longo desse período.

O primeiro tópico abordado tratou das ações governamentais em tempos de crise e seus impactos sobre os negócios da empresa. Segundo a entrevistada, toda crise apresenta momentos negativos, mas também oportunidades. Ela destaca que, embora haja aumento de custos em determinados contextos, oscilações cambiais podem alterar a competitividade da empresa no cenário internacional. Além disso, guerras e conflitos geopolíticos tendem a modificar rotas marítimas utilizadas pelos armadores, ocasionando aumentos nos custos de frete.

A entrevistada recorda a crise imobiliária de 2008 como o episódio que mais impactou a empresa ao longo de sua trajetória. Segundo ela, houve grande dificuldade na obtenção de empréstimos e financiamentos, com diversas instituições financeiras relutando em conceder novos créditos. Esse cenário levou a uma revisão significativa dos gastos internos, sendo considerada por ela a crise mais severa enfrentada pela empresa até o momento. O clima organizacional, conforme relatado, era de apreensão, com receio de encerramento das atividades, enquanto a direção buscava alternativas para superar o período adverso.

A entrevistada também menciona conflitos recentes, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. De acordo com seu relato, antes do conflito havia um maior volume de negócios com a região. Contudo, após o início da guerra, observou-se uma queda significativa nos pedidos. Além disso, em razão dos embargos aplicados por outros países, surgiram dificuldades relacionadas aos recebimentos de pagamentos e à logística, incluindo casos de armadores que se recusaram a realizar entregas no território russo.

Ao ser questionada sobre crises mais recentes, ela destaca a pandemia do Covid-19 como um evento de início repentino e marcado por grande incerteza. Segundo ela, o momento inicial foi assustador, contudo, a demanda pelos produtos da empresa apresentou crescimento significativo.

Apesar das dificuldades logísticas e do aumento de custos operacionais, a empresa conseguiu aproveitar o cenário, registrando um período de vendas excepcionalmente elevadas. De acordo com a entrevistada, a ruptura comercial entre países como Estados Unidos e China contribuiu para ampliar a demanda pelo produto fabricado pela empresa, tanto no mercado norte-americano quanto no mercado latino-americano.

Diante desse aumento expressivo na procura, a empresa adotou um sistema de cotas que abrangia todos os seus clientes, estabelecido com base no porte e na relevância de cada um para o faturamento total. O objetivo principal dessa medida, conforme relatado, era garantir um atendimento mais equilibrado e organizado, evitando desabastecimento e mantendo o relacionamento comercial.

Ao ser questionada se esse período representou o maior crescimento da empresa nos últimos 30 anos, a entrevistada confirma que sim. Segundo ela, tratou-se de um momento estratégico, no qual a empresa conseguiu acessar grandes clientes internacionais que, até então, não haviam sido alcançados, sobretudo em razão do desabastecimento provocado pela ruptura comercial com a China.

Quando abordado o tema das tarifas impostas pelo governo norte-americano e seus impactos nos negócios da empresa, ela inicia sua fala explicando que o mercado dos Estados Unidos é amplo e diversificado, porém altamente sensível a preços, caracterizando-se como um ambiente extremamente competitivo. Com a imposição de tarifas sobre produtos brasileiros, o produto fabricado pela empresa passou a apresentar um preço superior ao considerado competitivo pela companhia, mesmo operando com margens já bastante reduzidas.

Por não se tratar de um produto de primeira necessidade e por possuir um custo de produção superior ao de concorrentes chineses, ela afirma que a manutenção dos produtos no mercado norte-americano se torna significativamente mais difícil. Diante desse cenário de incerteza, as negociações com o centro de distribuição localizado nos Estados Unidos foram imediatas, resultando na decisão de interromper temporariamente os embarques até que houvesse uma melhor compreensão da nova situação.

Segundo a entrevistada, aspectos financeiros também precisaram ser avaliados, incluindo a disponibilidade de caixa para o pagamento da nova taxa. Enquanto isso, o centro de distribuição passou a utilizar o estoque já disponível para manter o abastecimento dos clientes no mercado norte-americano. Ela destaca que a existência desse centro de distribuição no país foi fundamental para permitir uma reação rápida às mudanças, além de facilitar a busca por alternativas legais que possibilitaram reduzir o impacto das tarifas e manter a continuidade das operações.

Entrando no assunto sobre abertura ou fechamento de mercados, ela comenta que, no início de sua atuação na área de exportação, os mercados eram, em sua maioria, mais fechados. Segundo ela, o que possibilitou a abertura observada nas últimas décadas foram os acordos firmados entre os países, que facilitaram o comércio internacional e trouxeram diversas oportunidades de negócios ao longo dos anos. Ainda assim, mesmo com esses acordos, ela ressalta que frequentemente são criadas barreiras não tarifárias com o objetivo de proteger determinadas indústrias nacionais.

O exemplo citado por ela é o mercado argentino, no qual trabalhou por muitos anos. Segundo a entrevistada, a abertura ou o fechamento do mercado naquele país muitas vezes esteve diretamente relacionado à orientação ideológica do governo vigente, o que influenciava significativamente as condições de acesso para os produtos estrangeiros.

Continuando sobre o caso da Argentina, ela recorda um episódio em que a empresa sofreu restrições impostas por medidas antidumping durante um período de cinco anos. Essas medidas afetaram não apenas o país exportador como um todo, mas também estabeleceram taxas diferenciadas para cada fabricante, criando diferentes níveis de tributação para os exportadores.

Para manter a continuidade dos negócios nesse cenário, foi construída uma parceria entre a empresa exportadora e o cliente importador. Segundo ela, a fábrica reduziu seus custos e o preço do produto, enquanto o importador também diminuiu sua margem de lucro, permitindo que o preço final no ponto de venda se mantivesse relativamente estável para o consumidor.

Ela também menciona algumas estratégias adotadas pela empresa para preservar sua competitividade em mercados externos, como a prática de preços especiais para clientes considerados estratégicos, buscando garantir que o produto permanecesse competitivo no país importador.

As tarifas afetaram significativamente a competitividade da empresa, algo que, segundo a entrevistada, tornou-se perceptível até mesmo no ponto de venda, onde houve perda de espaço tanto para concorrentes internacionais quanto nacionais. Ela relembra novamente o caso da Argentina, onde, com a imposição das restrições antidumping, a empresa ficou limitada por cotas de exportação, não conseguindo atender plenamente à demanda de seus clientes naquele mercado.

Na parte final da entrevista, também foi abordada a questão dos acordos comerciais entre países, especificamente no âmbito do Mercosul. Segundo ela, esses acordos contribuíram principalmente para facilitar aspectos operacionais e documentais do comércio exterior. No entanto, em relação às vendas e à geração de negócios, ela destaca que o principal fator continua sendo o trabalho desenvolvido pelas próprias empresas, o reconhecimento da marca no mercado

internacional e a construção de parcerias comerciais duradouras, baseadas em crescimento mútuo.

Ela também enfatiza a importância das exportações para o faturamento da empresa. Apesar da queda observada no período mais recente, a entrevistada ressalta que, em determinados momentos, as vendas externas já representaram cerca de 50% do faturamento total da fábrica, contribuindo de forma significativa para a movimentação da produção, a manutenção de empregos e o crescimento da empresa ao longo dos anos.

- ENTREVISTADO 3 - EMPRESA DE SERVIÇOS LOGÍSTICOS

A terceira entrevista foi realizada com uma colaboradora de uma empresa de serviços logísticos que atua 100% no mercado internacional. Ela inicia sua fala destacando que, por atuar diretamente na logística internacional, a empresa é fortemente afetada e influenciada por eventos globais, mesmo quando estes ocorrem em regiões geograficamente distantes. Como exemplos, cita conflitos comerciais, crises geopolíticas e variações tarifárias, que tendem a impactar os custos de frete em diferentes regiões, gerando efeitos em cadeia que se estendem até o mercado brasileiro.

Como exemplo atual, menciona os impactos decorrentes dos conflitos no Oriente Médio, que afetam embarques destinados a diversos mercados, como Ásia, Europa e Américas. Segundo ela, atividades que anteriormente eram consideradas rotineiras passam a demandar maior controle, atualizações constantes e maior alocação de tempo e recursos, chegando, em alguns casos, a dobrar o esforço operacional.

Dando continuidade à entrevista, a entrevistada ressalta que crises e fatores de instabilidade são recorrentes no comércio internacional, manifestando-se anualmente sob diferentes formas. Como forma de exemplificar os impactos dessas oscilações, menciona os *General Rate Increase* (GRI), aplicados às rotas com destino às Américas. No entanto, destaca que o evento mais disruptivo dos últimos anos foi a pandemia de Covid-19, que provocou mudanças profundas na dinâmica logística global, alterando fluxos operacionais, disponibilidade de transporte e estruturas de custo.

Ao ser questionada sobre a disputa comercial entre Brasil e Estados Unidos, afirma que houve impacto direto das operações da empresa, ainda que de forma relativamente limitada, em razão da baixa participação da empresa no mercado norte-americano. Segundo dados apresentados por ela, essa posição era de aproximadamente 0,8% em 2024, passando para cerca de 2% em 2025. Apesar desse crescimento, as disputas comerciais resultaram na perda de

algumas operações após a imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos, especialmente no segmento de exportação de pescado. Nesse contexto, o aumento tarifário tornou determinadas operações inviáveis, levando diversos clientes a suspenderem ou redirecionarem suas atividades comerciais.

Em relação à dinâmica do comércio internacional, ela afirma acreditar em uma tendência de abertura de mercado. Contudo, ressalta que essa abertura ocorre de forma seletiva e segmentada, sendo orientada por oportunidades estratégicas. Segundo ela, as relações comerciais tornam-se cada vez mais condicionadas a fatores como conveniência econômica, alinhamentos políticos e vantagens competitivas específicas, fazendo com que exportações e importações ocorram de acordo com interesses pontuais de cada mercado.

Quando questionada sobre os efeitos das tarifas, destaca que, embora a empresa atue no setor logístico e não seja diretamente responsável pelo pagamento dessas taxas, seus impactos são sentidos de forma indireta. As tarifas são inicialmente absorvidas por exportadores e importadores e, posteriormente, repassadas ao consumidor final. Ainda assim, essas variações afetam a demanda pelos serviços logísticos, as rotas utilizadas e a viabilidade de determinadas operações.

Por fim, ela afirma que as tarifas não influenciam diretamente a competitividade da empresa, uma vez que são aplicadas de forma uniforme entre os agentes do mercado. No entanto, destaca que a empresa se beneficia de parcerias estratégicas e contratos firmados com armadores, o que possibilita a obtenção de vantagens operacionais, como melhores condições comerciais e maior capacidade de atendimento. Segundo ela, esses fatores, quando bem estruturados, contribuem para a atração de novos clientes e para a manutenção da competitividade no setor.

- **QUADRO RESUMO - PRINCIPAIS PONTOS**

Após a apresentação dos relatos individuais, foi elaborado um quadro-resumo com os principais pontos destacados pelos entrevistados. O objetivo é organizar as informações coletadas e facilitar a visualização das percepções de cada empresa antes da análise comparativa.

Quadro 4 - Síntese das principais ideias dos entrevistados pessoa jurídica

Questões	Entrevistado 1: Gerente de exportações em uma indústria	Entrevistado 2: Supervisora de exportação em empresa do ramo	Entrevistado 3: Executiva de vendas em empresa de serviços
-----------------	--	---	---

	metalúrgica de ferramentas	metalúrgico	logísticos.
1. Impacto geral Tarifas, conflitos comerciais ou crises externas impactam o dia a dia da empresa? De que forma?	Requerem mudança de estratégia; Aumento de custos e escassez de matéria-prima; Revisão de preços e margens; Bloqueio de rotas.	Oscilações cambiais; Modificação de rotas marítimas; Aumento de custos de frete.	Aumento de custos de frete; Demanda operacional maior.
2. Experiências passadas Você se recorda de alguma crise relevante que tenha impactado de forma significativa as exportações ou os negócios da empresa?	Crises menores, mas que afetam processos da empresa; Aumento de transit time; Custos logísticos; Greves e fatores climáticos.	Citou a crise imobiliária de 2008 como o momento mais difícil da empresa; Conflitos recentes; Covid-19, como momento oportuno.	Cita que crises são recorrentes; Comenta que a pandemia da Covid-19, como a crise mais disruptiva dos últimos tempos.
3. Disputas comerciais recentes A recente disputa comercial entre Estados Unidos e Brasil, com o aumento de tarifas sobre produtos brasileiros, teve algum impacto direto ou indireto sobre a empresa?	Políticas nacionais contrárias a industrialização; Renegociação junto a fornecedores e clientes; Diminuição de margem; Impacto direto ao consumidor.	Mercado diversificado e sensível a preços; Negociações com o centro de distribuição; Interrupção de embarques.	Perda de operações em áreas afetadas pelas tarifas.
4. Percepção sobre o comércio internacional Com o passar dos anos, você acredita que o mundo está se tornando mais aberto ou mais fechado no comércio internacional?	Abertura do mercado automotivo, como ponto de partida para a internacionalização do mercado brasileiro; Entrada da China na OMC; Maior acesso a produtos de todos os tipos; Maiores restrições após eventos como 21 de Setembro e Covid-19.	Início mais fechado com abertura gradual ao longo dos anos; Acordos comerciais; Mesmo com acordos de livre-comércio, países criam barreiras não tarifárias. Cita exemplos como o mercado argentino.	Tendência de mercado mais aberto, porém voltado a negócios de oportunidade, entre países mais alinhados ideologicamente.

5. Efeitos práticos das tarifas Você se recorda de alguma alteração em preços, contratos ou estratégias da empresa em função de tarifas ou restrições à importação?	Impacto significativo nas operações comerciais; Sacrificar rentabilidade para manter o negócio.	Impactos de medidas antidumping; Mudanças governamentais; Parcerias com clientes; Preços especiais.	Comenta sobre como a tarifa chega até o consumidor final; Como as tarifas afetam os serviços logísticos, rotas e determinadas operações.
6. Competitividade As tarifas afetaram a competitividade da empresa frente a concorrentes internacionais?	Perda de mercado; Diminuição de margem.	Perda de espaço no mercado; Dificuldade de entregar mercadorias aos clientes.	Sem perda, pois afeta igualmente todos os agentes do mercado.
7. Acordos Algum acordo comercial ajudou ou dificultou as operações?	Acordos europeus que buscam proteção; Estados Unidos e China, buscando aumentar sua influência.	Ajuda em questões operacionais; Relacionamento com o cliente; Construção de marca.	Cita alguns acordos de armadores que beneficiaram a empresa a atender certos clientes e desenvolver rotas alternativas.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados provenientes de entrevistas conduzidas no decorrer do trabalho (2026).

Com a tabela acima, podemos perceber concordância em vários temas e visões diferentes sobre o que impacta as empresas de forma mais severa e relevante, percebe-se que os efeitos das tarifas e crises comerciais se manifestam de maneiras distintas conforme o setor de atuação das empresas. Nas empresas exportadoras industriais, representadas pelos entrevistados 1 e 2, os principais impactos identificados estão relacionados à perda de margem, necessidade de renegociação, redução da competitividade e impacto direto no faturamento. Essas empresas sentem os efeitos das tarifas de forma mais imediata, pois atuam diretamente na produção e comercialização de bens destinados ao mercado internacional.

Já na empresa ligada ao setor logístico e de serviços, representada pelo Entrevistado 3, os impactos aparecem de forma mais indireta, especialmente por meio da alteração de rotas, aumento de custos, mudança na demanda e redução no volume de processos. Nesse caso, as tarifas não afetam apenas o produto em si, mas toda a dinâmica operacional envolvida na movimentação internacional das mercadorias.

Dessa forma, observa-se que os mesmos eventos internacionais produzem efeitos distintos ao longo da cadeia de valor do comércio exterior. Enquanto as empresas industriais tendem a sentir os impactos principalmente na formação de preços, competitividade e faturamento, a empresa de serviços percebe os reflexos nas operações, na demanda dos clientes e na reorganização logística. Na sequência passaremos para a análise das entrevistas.

5.1.2. AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTAS - PESSOA JURÍDICA

Ao analisar as três entrevistas, percebe-se que tanto as crises quanto às tarifas impactam de forma significativa as empresas, sejam elas de produção industrial ou de prestação de serviços. Além do impacto direto nos custos, decorrente da alteração das taxas relacionadas à exportação e à importação de bens, as crises também provocam mudanças em rotas marítimas, volumes de vendas e custos operacionais.

Como destacado pelos entrevistados, tanto crises de grande escala quanto eventos menores acabam impactando, de alguma forma, o cotidiano das empresas. Esses impactos podem se manifestar no aumento de custos operacionais, alterações em rotas marítimas, mudanças nos prazos de entrega e na necessidade de renegociações com fornecedores e clientes. Embora os entrevistados concordem que, ao longo dos últimos anos, ocorreu uma maior abertura dos mercados internacionais, as recentes disputas comerciais entre países, juntamente com o aumento de barreiras tarifárias e não tarifárias, demonstram que os negócios internacionais têm se tornado cada vez mais estratégicos e seletivos entre os participantes desse mercado, este ponto está alinhado com o artigo de Gawande, Hoekman e Cui (2014), onde ele cita que os países tendem a evitar o protecionismo desenfreado por conta da organização das cadeias globais de suprimento.

Outro ponto relevante destacado nas entrevistas é a forma como as tarifas influenciam toda a cadeia de operações das empresas. De um lado, encontram-se os exportadores, que muitas vezes veem seus negócios internacionais diminuírem em razão da perda de competitividade de seus produtos no mercado externo ou em mercados específicos. Do outro lado, estão os importadores, que enfrentam cada vez mais barreiras não tarifárias, dificultando os processos de nacionalização e comercialização desses produtos.

Ao observar essa dinâmica de forma mais ampla, percebe-se também o impacto sobre as empresas prestadoras de serviços, que podem sofrer com a redução de processos e clientes, vendo seu volume de operações diminuir, mesmo sem sofrer diretamente a incidência das tarifas em seu modelo de negócio. Como mencionado por um dos entrevistados, toda essa cadeia acaba

resultando no aumento de custos para o consumidor final, que passa a enfrentar preços mais elevados e maior necessidade de escolha no momento do consumo.

A condução das entrevistas também permitiu perceber que tarifas e crises afetam muito mais do que apenas os países diretamente envolvidos nas disputas comerciais. Com o avanço da globalização nas últimas décadas, decisões tomadas por um único país podem gerar impactos amplos, afetando empresas, cadeias produtivas e consumidores em diversas partes do mundo, este achado está alinhado mais uma vez com a literatura, que aponta que um aumento tarifário gera um custo em cascata em toda a cadeia (Gawande; Hoekman; Cui, 2014). As entrevistas reforçam a ideia de que, no contexto atual do comércio internacional, tarifas e disputas comerciais deixaram de ser apenas instrumentos econômicos, assumindo também um papel estratégico nas relações internacionais e nas decisões empresariais, reforçando o artigo de Augusto (2020) onde ele cita que as tarifas geram custos diretos e indiretos e uma “desglobalização parcial”.

De forma geral, os entrevistados concordam que tarifas, crises e conflitos comerciais resultam no aumento de custos ao longo de toda a cadeia, seja na obtenção de matérias-primas, no encarecimento dos fretes ou no aumento dos processos operacionais. As estratégias de reação a esses momentos seguem um padrão identificado entre os participantes, incluindo o cancelamento de embarques, a renegociação de valores e a adoção de maior cautela até que haja melhor compreensão do cenário.

Apesar desses impactos, os entrevistados destacam que os negócios internacionais tendem a crescer ao longo do tempo, ampliando o acesso a produtos diversos e favorecendo o desenvolvimento de parcerias comerciais mais consolidadas. No que se refere aos efeitos práticos, observa-se uma distinção relevante entre os perfis das empresas analisadas. As empresas industriais relatam a necessidade de absorver parte dos custos, reduzindo margens e adotando estratégias de precificação mais competitivas, enquanto a empresa do setor de serviços percebe os impactos de forma indireta, principalmente pela redução da demanda por parte de seus clientes.

Além disso, há consenso de que tarifas afetam diretamente a competitividade dos produtos, resultando na perda de espaço em mercados internacionais e impactando, de forma abrangente, todos os agentes envolvidos na cadeia.

No entanto, também foram identificadas diferenças relevantes entre os relatos. Duas empresas mencionaram a recorrência de crises de menor escala, que afetam suas operações de forma mais frequente, possivelmente em função de sua menor estrutura. Em contraste, a empresa de maior porte destacou impactos associados a crises econômicas de maior magnitude. Quando

questionadas sobre acordos que geraram benefícios, observou-se que as respostas variam conforme o modelo de atuação, enquanto algumas empresas destacam acordos que favorecem a competitividade ou a proteção de mercado, a empresa de maior porte tende a enfatizar somente ganhos operacionais provenientes de acordos, enquanto sustenta seus negócios principalmente por sua força de marca e relacionamento com clientes.

Com base na avaliação das entrevistas, foi elaborada uma matriz relacionando os principais eventos identificados, os impactos percebidos e as respostas organizacionais adotadas pelas empresas. Essa estrutura permite sintetizar os resultados da análise e demonstrar como os efeitos das tarifas e crises comerciais se manifestam na prática empresarial.

Quadro 5 - Matriz de análise das entrevistas com pessoas jurídicas

EVENTO IDENTIFICADO	IMPACTO PERCEBIDO	RESPOSTA ORGANIZACIONAL
Aumento de tarifas dos EUA	Aumento de custos e perda de competitividade	Renegociação de valores, revisão de preços e redução de margens
Crises comerciais e econômicas	Cancelamento ou atraso de embarques	Maior cautela nas negociações e replanejamento operacional
Oscilações no frete internacional	Elevação dos custos logísticos	Busca por alternativa logísticas e reavaliação de prazos
Barreiras comerciais e incertezas	Dificuldade de planejamento comercial	Acompanhamento mais próximo do mercado e adaptação estratégica
Redução da demanda dos clientes	Menos volume de processos e operações	Ajustes internos e foco em clientes mais estáveis

Fonte: Elaborado pelo autor (2026)

A matriz demonstra que, embora os impactos variem conforme o porte e o segmento das empresas, existe um padrão comum de reação baseado em cautela, renegociação e adaptação estratégica. Dessa forma, observa-se que as tarifas e crises comerciais não afetam apenas os custos diretos, mas também a forma como as empresas planejam suas operações, negociam com clientes e preservam sua competitividade internacional.

5.2. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS - CONSUMIDOR FINAL

A segunda parte das entrevistas foi conduzida com o objetivo de representar os consumidores finais. Com o objetivo de compreender como essas medidas impactam o cotidiano das pessoas comuns, foram realizadas entrevistas com residentes nos Estados Unidos, considerados um dos grupos mais diretamente afetados pelas tarifas impostas por Donald Trump durante seu primeiro e segundo governos.

5.2.1. RELATO DAS ENTREVISTAS

- ENTREVISTADO 1

A primeira pessoa física entrevistada foi um morador dos Estados Unidos desde 1990. Atualmente, vive com sua esposa e filho em Houston, no Texas, e trabalha em uma companhia aérea. Em seu relato, ele afirma que, mesmo antes das tarifas impostas durante o segundo governo de Donald Trump, o país já vinha enfrentando um cenário de inflação, que em sua visão se intensificou principalmente após a crise provocada pelo COVID-19.

Como exemplo desse aumento de custo de vida, ele menciona diversas vezes o encarecimento da proteína animal, que considera um dos principais indicadores da elevação dos preços percebida por sua família nas compras semanais no supermercado. Na sua avaliação, mesmo que as tarifas sejam retiradas, os preços dificilmente retornariam rapidamente aos níveis anteriores, permanecendo elevados por alguns meses até que o mercado se ajuste.

Embora se declare apoiador do governo Trump, o entrevistado afirma não concordar com a estratégia mais protecionista adotada pela administração. Segundo ele, desde o anúncio das propostas tarifárias, já havia dúvidas sobre a eficácia dessas medidas. Durante a entrevista, ele também comentou que o aumento das deportações promovidas pelo governo reduziu a oferta de mão de obra em alguns setores, especialmente em serviços manuais, o que contribuiu para o aumento dos preços nesses serviços.

Em sua avaliação, as tarifas acabam sendo utilizadas como justificativa para o aumento de custos sobre produtos consumidos pela população. Ele observa que alguns produtos mantiveram preços semelhantes mesmo após a incidência das tarifas, enquanto outros apresentaram aumentos significativos após a implementação dessas medidas.

Apesar do aumento generalizado dos preços, ele afirma que sua família não alterou de forma significativa seus hábitos de consumo. No entanto, em sua percepção, parte da população passou a comprar menos ou a substituir determinados produtos por alternativas mais baratas ou de origem nacional. Mais uma vez, ele cita o aumento do custo da proteína animal, especialmente do frango e do porco, que segundo ele apresentaram forte elevação de preços nos últimos anos.

Quando questionado se a disputa comercial dos Estados Unidos têm algum impacto direto em sua vida, o entrevistado afirma que não percebe efeitos relevantes. Mesmo trabalhando com pessoas de diferentes partes do mundo, ele relata que o ambiente profissional permanece estável e baseado em relações de cooperação.

Por fim, ao comentar sobre possíveis mudanças na oferta de produtos, ele afirma não ter percebido diferenças significativas, mesmo com a adoção de medidas mais protecionistas. Na sua avaliação, o comércio continua funcionando de forma semelhante ao que ocorria anteriormente, com apenas alguns reajustes pontuais de preços. Ele também destaca uma característica do mercado consumidor americano, segundo ele, muitos consumidores tendem a priorizar a qualidade e o preço dos produtos, em vez da marca. Para o entrevistado, enquanto a população mantiver seu poder de compra, temas políticos ou econômicos mais amplos tendem a gerar menor interesse no cotidiano da maioria dos consumidores.

● ENTREVISTADO 2

Na sequência, foi realizada a entrevista com um morador de Orlando, no estado da Flórida, há quatro anos e trabalha em uma instituição financeira. Em seu relato inicial, ele explica como os efeitos das tarifas adotadas durante o segundo governo de Donald Trump são percebidos no cotidiano da população. Segundo ele, os Estados Unidos não são um país autossuficiente em diversos produtos, dependendo fortemente da importação de mercadorias, especialmente alimentos. Como consequência, muitas pessoas passaram a perceber o encarecimento de diversos produtos, citando como exemplo o café, amplamente importado do Brasil.

Ao comentar sobre a estratégia tarifária adotada pelo governo, o entrevistado destaca que os Estados Unidos são o maior mercado consumidor do mundo, o que exige um grande volume de produtos para abastecer o consumo da população. Em sua avaliação, quando um país possui uma indústria consolidada e com capacidade de expansão para atender ao mercado doméstico, a redução das importações pode ser compensada com o aumento da produção interna, reduzindo o impacto das tarifas. No entanto, segundo ele, esse não seria o caso da indústria americana

atualmente, que não teria capacidade suficiente para suprir o espaço deixado pela diminuição das importações.

Ele também afirma que a estratégia tarifária adotada pelo governo possui, em muitos casos, um caráter mais político do que econômico. Na sua visão, algumas dessas medidas buscam impor interesses estratégicos dos Estados Unidos em negociações com outros países, mais do que promover efetivamente a expansão da indústria nacional.

Ao abordar o impacto no consumo pessoal, ele cita alguns produtos cujo aumento de preços foi percebido com maior intensidade, como carnes, café e sucos. No entanto, ele ressalta que esse aumento já vinha sendo percebido antes mesmo da adoção das tarifas, em um contexto no qual o país já enfrentava níveis de inflação superiores à média histórica americana, especialmente após os efeitos da pandemia de Covid-19. Segundo ele, esse cenário acabou influenciando seus hábitos de consumo, levando à necessidade de fazer escolhas diferentes e buscar produtos alternativos com preços mais acessíveis.

Quando questionado sobre se as disputas comerciais recentes dos Estados Unidos com outros países influenciam de alguma forma sua vida ou a de outras pessoas, O entrevistado afirma que sim. Em sua avaliação, mesmo que essas disputas pareçam distantes da realidade cotidiana da população, seus efeitos acabam refletindo na economia global. Ele compara esse cenário a um jogo em que um movimento realizado por um dos participantes acaba gerando impactos em todos os demais envolvidos.

Na visão dele, após um período marcado pela intensificação da globalização, no qual diversas empresas transferiram parte de sua produção para outros países em busca da redução de custos, principalmente de mão de obra, atualmente observa-se um movimento inverso. Nesse novo contexto, muitos governos passaram a incentivar a retomada da produção dentro de seus próprios territórios, buscando gerar empregos, renda e arrecadação de impostos no mercado interno.

Ele também destaca que a pandemia do Covid-19 evidenciou fragilidade em cadeias produtivas excessivamente dispersas globalmente. Quando a produção está localizada em diversos países, as empresas passam a depender de legislações e condições externas que podem dificultar o controle sobre o processo produtivo. Nesse sentido, o entrevistado acredita que incentivar o retorno da produção aos Estados Unidos faz parte da estratégia econômica do atual governo de Trump. Além disso, ele observa que esse movimento não ocorre apenas nos Estados Unidos, mas também em diversos outros países que buscam fortalecer sua capacidade produtiva interna.

Por fim, ele afirma que momentos de maior protecionismo, com o aumento de tarifas e até mudanças em políticas migratórias, acabam dificultando o planejamento das empresas, especialmente aquelas que atuam no comércio internacional. Segundo ele, quando um governo aumenta as tarifas de forma deliberada e agressiva, abre precedentes para que outros países adotem medidas semelhantes, o que pode gerar efeitos negativos significativos para a economia de todos os países envolvidos.

- ENTREVISTADO 3

O próximo e último entrevistado foi um morador dos Estados Unidos, residente há aproximadamente nove anos, atualmente morando na cidade de Miami, no estado da Flórida. Com experiência profissional em empresas como a IKEA, atualmente trabalha em uma loja de produtos voltados a academia, sendo responsável pela importação de produtos e insumos utilizados pela empresa.

Em seu primeiro relato, o entrevistado comenta que as tarifas comerciais adotadas durante o segundo governo de Donald Trump tiveram impacto direto em seu trabalho. Segundo ele, muitos dos principais fornecedores da empresa estão localizados na China, um dos países mais afetados pelas medidas tarifárias impostas pelos Estados Unidos. Ele destaca que a magnitude dessas tarifas surpreendeu muitas empresas que dependem do comércio internacional, afirmando que poucos imaginavam que poderiam ser impostas taxas que chegassem a aproximadamente 150% sobre determinados produtos chineses importados.

Com a incidência dessas tarifas, a primeira reação da empresa foi cancelar pedidos e embarques já planejados, buscando novos fornecedores capazes de suprir a demanda. No entanto, segundo ele, essa tentativa foi frustrante, pois não encontraram fornecedores que oferecessem a mesma qualidade de produção. Em alguns casos, a empresa precisou arcar com as tarifas para manter o abastecimento, mas optou por manter os preços finais de seus produtos inalterados, absorvendo internamente o aumento dos custos.

Mesmo após decisões judiciais que suspenderam parte dessas tarifas e determinaram a devolução dos valores pagos pelas empresas, o entrevistado demonstra ceticismo quanto à possibilidade de reembolso efetivo desses valores.

Em relação à sua vida pessoal, ele afirma ter sentido o aumento do custo de vida, especialmente após a pandemia do Covid-19. Segundo ele, o aumento da inflação impactou diretamente o cotidiano das pessoas, gerando frustração ao perceberem que os salários não acompanhavam o crescimento dos preços.

Quando questionado sobre a estratégia adotada pelo governo Trump, o entrevistado manifesta forte discordância. Ele relaciona sua visão à experiência histórica de seu país de origem, a República Tcheca. Segundo ele, após o fim do regime socialista na antiga Tchecoslováquia e a posterior transição para uma economia de mercado, houve melhoras significativas na economia e nas condições de vida da população. Na sua avaliação, políticas mais abertas ao comércio internacional contribuíram para gerar renda e oportunidades.

Com base nessa experiência, ele acredita que medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos podem gerar efeitos negativos no longo prazo. Em sua visão, um país que depende fortemente da importação pode enfrentar dificuldades econômicas ao restringir seu próprio comércio. Ele afirma não identificar benefícios claros nessa estratégia e acredita que os Estados Unidos correm o risco de enfraquecer relações com importantes parceiros comerciais.

Sobre os impactos no consumo, o entrevistado relata que inicialmente deixou de comprar alguns produtos para a empresa que tiveram aumento de preços. No entanto, como não encontrou alternativas equivalentes no mercado, acabou voltando a adquiri-los. Em sua vida pessoal, ele afirma que sua situação financeira permite manter o padrão de consumo anterior, pois tanto ele quanto seu parceiro possuem bons salários. Ainda assim, reconhece que muitas famílias, especialmente aquelas com menor renda, foram obrigadas a modificar seus hábitos de consumo diante do aumento de preços.

Ele também comenta que, após a implementação das tarifas, o relacionamento profissional com seus fornecedores chineses acabou se intensificando. Segundo ele, ambas as partes passaram a buscar soluções criativas para reduzir o impacto das tarifas, como redirecionar entregas para outros países com menor incidência de taxas ou manter os produtos armazenados até que as condições comerciais se tornassem mais favoráveis.

Por fim, ao refletir sobre se o comércio internacional está se tornando mais aberto ou mais restrito nos últimos anos, o entrevistado afirma que a resposta depende da perspectiva adotada. Em sua visão, as tarifas impostas pelos Estados Unidos estão prejudicando o próprio comércio americano, ao punir parceiros comerciais e impor restrições que podem enfraquecer relações internacionais. Ele também menciona que países de maior porte, como o Brasil, tendem a reagir para defender seus interesses e sua soberania econômica. Para ele, parte da evolução construída ao longo de décadas no comércio internacional pode estar sendo comprometida por políticas tarifárias recentes, enquanto outros países seguem ampliando suas relações comerciais sem a mesma dependência dos Estados Unidos.

• QUADRO RESUMO - PRINCIPAIS PONTOS

Da mesma forma que na primeira etapa, foi elaborado um quadro-resumo contendo as perguntas utilizadas e os principais pontos destacados pelos entrevistados.

Quadro 6 - Síntese das principais ideias dos entrevistados pessoa física

Questões	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3
1. Percepção de preços Após as tarifas aplicadas durante o governo Trump, você percebeu alguma mudança nos preços dos produtos que consome?	Aumento dos preços em proteína animal; O preço já vinha aumentando antes mesmo das tarifas.	Aumento de preços em produtos alimentares.	Encarecimento de produtos importados e dificuldade no trabalho; A inflação já vinha antes mesmo das tarifas.
2. Avaliação da política comercial Como você avalia a estratégia mais protecionista adotada pelo governo dos Estados Unidos nesse período?	Apoia o governo, porém não concorda com as medidas; Redução de mão de obra; Justificativa para aumento de impostos.	Não concorda com a estratégia e acredita que possui um viés mais político do que econômico; A indústria nacional não consegue abastecer todo o mercado americano.	Forte discordância; Enfraquecimento das relações com os principais parceiros comerciais.
3. Mudanças no consumo Mudanças nos preços de produtos importados influenciam suas decisões de consumo? De que forma?	Não mudou, porém percebeu mudanças no consumo geral das outras pessoas.	Citou aumento em produtos do dia a dia, como café, carnes e sucos; Aumento de preços já vinham de antes das tarifas; Mudou os produtos que consome.	Não mudou, por conta de ter um padrão de vida mais alto, mas percebeu alterações no consumo de pessoas com padrões de vida inferiores.
4. Impacto no cotidiano Como você enxerga a disputa comercial entre os países? Você acredita que isso	Nenhum.	Diz que influencia no dia a dia de todos os envolvidos;	Fortaleceu relações com os seus fornecedores, enquanto buscavam uma forma de diminuir os impactos das tarifas.

afeta sua vida ou seu dia a dia?			
5. Cooperação internacional Na sua visão, a cooperação entre os países tem aumentado ou diminuído? Você acredita que isso impacta sua vida de alguma forma?	Não acredita em nenhuma mudança, somente ajustes pontuais de preços, por conta das novas tarifas.	Acredita que diminuiu, com os países buscando nacionalizar a produção de suas empresas; Dificuldade de planejamento das empresas.	Acredita que aumentou, entre outros países; Acredita que os Estados Unidos estão destruindo sua forte economia e parcerias comerciais.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados provenientes de entrevistas conduzidas no decorrer do trabalho (2026).

A partir do quadro-resumo, é possível observar que os entrevistados apresentam percepções diferentes conforme sua vivência e relação com os impactos das tarifas. O Entrevistado 1 demonstra uma percepção mais ligada ao consumo cotidiano, destacando principalmente o aumento de preços e os efeitos da inflação sobre o orçamento familiar. Já o Entrevistado 2 apresenta uma visão mais financeira e econômica, relacionando as tarifas ao planejamento das empresas, à inflação e às consequências políticas das medidas adotadas. Por fim, o Entrevistado 3, por sua experiência ligada ao comércio internacional, apresenta uma visão mais estrutural, destacando a ruptura de cadeias globais, a busca por novos fornecedores e o enfraquecimento das relações comerciais dos Estados Unidos com outros países.

Dessa forma, o cruzamento por perfil demonstra que os efeitos das tarifas são percebidos de maneiras distintas conforme a experiência de cada participante, reforçando que essas políticas impactam tanto o consumo individual quanto a estrutura econômica e comercial dos países envolvidos. Na sequência passaremos pela avaliação das entrevistas.

5.2.2. AVALIAÇÃO DAS ENTREVISTAS - PESSOA FÍSICA

Com base nas três entrevistas realizadas, é possível perceber como as tarifas e as estratégias comerciais adotadas pelos governos influenciam diferentes camadas da economia e da sociedade. Na primeira entrevista, o Entrevistado 1, consumidor frequente de carnes e de diversos produtos importados, relata ter percebido principalmente a variação de preços na proteína animal, destacando esse produto como um dos principais indicadores do aumento do custo de vida. A partir desse relato, observa-se como as tarifas podem impactar de maneira diferente os diversos produtos consumidos pela população. Outro aspecto relevante mencionado

pelo Entrevistado 1 é o fato de que, mesmo sendo apoiador do governo de Donald Trump, ele afirma não concordar com a estratégia tarifária adotada pela administração. Além disso, o entrevistado destaca que, mesmo com a implementação de tarifas e medidas protecionistas, não houve redução significativa na oferta de produtos no mercado americano, o que evidencia o forte interesse de empresas estrangeiras em manter acesso ao mercado consumidor dos Estados Unidos.

O segundo entrevistado, apresenta uma visão mais ampla sobre o tema. Em sua análise, caso a indústria norte-americana estivesse mais preparada para suprir a demanda do mercado interno, os efeitos das tarifas poderiam ter sido menos sentidos pela população. No entanto, diante da forte dependência da importação, os impactos acabaram sendo percebidos de forma mais direta pelos consumidores. O Entrevistado 2 também argumenta que, em muitos casos, as tarifas passaram a exercer uma função adicional, relacionada à influência política nas relações internacionais. Segundo ele, os Estados Unidos frequentemente utilizam a redução ou retirada de tarifas como instrumentos de negociação, condicionando essas medidas à obtenção de concessões por parte de países exportadores. Outro ponto destacado pelo entrevistado é que disputas comerciais entre países, quando atingem níveis elevados, acabam influenciando não apenas aspectos econômicos, mas também sociais. Por fim, o Entrevistado 2 ressalta que esse ambiente de incerteza dificulta o planejamento das empresas, especialmente quando as políticas tarifárias podem mudar rapidamente.

Por fim, o terceiro entrevistado apresenta uma perspectiva diretamente ligada ao ambiente empresarial. Em seu relato, ele explica como as tarifas dificultaram negociações com fornecedores internacionais, especialmente aqueles localizados na China. Ao mesmo tempo, ele destaca que esse cenário acabou fortalecendo o relacionamento com alguns fornecedores, que passaram a buscar soluções conjuntas para reduzir os impactos das tarifas. Ainda assim, a empresa precisou considerar a busca por novos fornecedores em outros países. O Entrevistado 3 também relaciona sua visão à experiência econômica da República Tcheca, destacando que a adoção de políticas mais abertas ao comércio internacional contribuiu para a melhoria das condições econômicas do país após o período da Tchecoslováquia. Em sua avaliação, medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos podem enfraquecer o sistema de comércio internacional construído ao longo das últimas décadas e gerar desgaste nas relações com importantes parceiros comerciais.

Ao realizar o cruzamento das respostas dos participantes, observa-se que as tarifas impactam diferentes aspectos do cotidiano dos entrevistados. Esse efeito já se torna evidente na primeira questão, na qual dois dos participantes destacam o aumento dos custos de produtos

alimentares, enquanto o Entrevistado 3 enfatiza as dificuldades enfrentadas em sua atividade profissional após a implementação das tarifas.

De forma geral, todos os entrevistados demonstram discordância em relação à política comercial adotada, inclusive entre aqueles que apoiam o governo, como é o caso do Entrevistado 1. No entanto, os motivos apresentados variam, incluindo fatores como redução de mão de obra, dificuldades de abastecimento pela indústria nacional e enfraquecimento das relações comerciais internacionais, aqui vemos um alinhamento com a literatura, que mostra que as recentes tensões comerciais estão alinhadas com impasses políticos estruturais e avanços de partidos mais nacionalistas (Manzi, 2019).

Apesar desses impactos, dois dos participantes afirmam não ter alterado significativamente seus hábitos de consumo diário, enquanto um deles relata ter diversificado os produtos consumidos, especialmente no que se refere a itens importados. Ainda assim, há consenso de que as tarifas afetam de maneira mais intensa o orçamento de famílias com menor poder aquisitivo.

Quando questionados sobre os impactos no cotidiano, observam-se novamente divergências. o Entrevistado 1 não percebe mudanças relevantes, enquanto os outros dois participantes identificam impactos mais concretos, que vão desde discussões sobre política até alterações nas relações com fornecedores internacionais, incluindo a busca por alternativas comerciais.

Por fim, no que se refere aos efeitos sobre a cooperação internacional, também há diferenças nas percepções. O Entrevistado 1 não identifica mudanças significativas, limitando os impactos à variação de preços. Em contrapartida, o Entrevistado 2 entende que as tarifas contribuem para a redução da cooperação internacional, dificultando o planejamento das empresas, o que reforça a literatura apresentada por Pautasso et al. (2021), onde ele cita a dificuldade das empresas em buscar novos fornecedores ou a necessidade de importar por um preço maior. Já o Entrevistado 3, apresenta uma visão mais crítica, apontando que, embora a cooperação possa continuar, ela tende a ocorrer sem a participação dos Estados Unidos, o que, em sua percepção, compromete a força econômica e as parcerias comerciais do país, todos esses pontos reforçam a literatura apresentada anteriormente, que com a guerra comercial imposta pelos Estados Unidos preços subiram tanto para empresas como para o consumidor final (Pautasso et al., 2021).

Dessa forma, as entrevistas demonstram que as políticas tarifárias possuem efeitos que ultrapassam o âmbito do comércio internacional, afetando cadeias produtivas, relações políticas entre países, e por fim, o cotidiano das populações por meio do custo de vida.

5.3. CRUZAMENTO DAS ANÁLISES

Na condução da pesquisa, ao cruzar os resultados obtidos nas entrevistas com pessoas jurídicas e pessoas físicas, foi possível identificar impactos semelhantes e divergentes conforme o perfil dos participantes. No caso das empresas, os principais efeitos percebidos estão relacionados ao aumento de custos, especialmente em fretes e processos operacionais, à redução de margens, à perda de competitividade e à necessidade de renegociação com clientes.

Ao analisar as pessoas físicas entrevistadas, observa-se uma percepção mais voltada aos efeitos sociais e econômicos das tarifas no cotidiano. Os entrevistados demonstram discordância em relação à estratégia comercial adotada pelo governo americano, principalmente em razão do aumento de preços no mercado, da pressão sobre o orçamento familiar e dos impactos provocados pela inflação. Esse resultado se aproxima da análise de Krugman, Obstfeld e Melitz (2016), ao destacar que as tarifas tendem a elevar preços internos e gerar perdas de eficiência econômica. Além disso, as medidas também foram associadas a efeitos sobre a vida social e profissional dos participantes, especialmente em discussões políticas e relações comerciais afetadas pelas decisões econômicas do governo.

Entre os pontos semelhantes identificados, destaca-se o aumento de custos, percebido pelas empresas de forma mais operacional e pelos consumidores por meio do orçamento familiar. Outro elemento comum é a imprevisibilidade, que afeta tanto o planejamento das empresas quanto a confiança dos consumidores e profissionais em relação ao mercado norte-americano e ao ambiente internacional de negócios. Esse cenário contribui para uma sensação mais ampla de instabilidade, dificultando decisões de compra, negociação e planejamento econômico.

Com o objetivo de sintetizar os principais pontos identificados na comparação das pesquisas conduzidas, apresenta-se o quadro a seguir, reunindo as categorias centrais observadas, suas manifestações entre empresas e consumidores e o grau de convergência entre os resultados.

Quadro 7 - Cruzamento entre empresas e consumidores entrevistados

CATEGORIA	EMPRESAS	CONSUMIDORES	EVIDÊNCIA ENCONTRADA
Preços e custos	Aumento de custos operacionais, fretes e matérias-primas	Aumento de preços e inflação percebida	Convergente
Competitividade	Perda de competitividade e	Substituição ou redução de consumo	Convergente

	necessidade de renegociação		
Incerteza econômica	Planejamento prejudicado e insegurança nas negociações	Insegurança em relação ao custo de vida e ao cenário político	Convergente
Globalização	Reorganização de cadeias, fornecedores e mercados	Percepção dos efeitos da dependência de produtos importados	Convergente
Impacto político	Disputas comerciais afetam estratégias empresariais	Percepção de desgaste ou discordância com o governo	Parcialmente convergente

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Dessa forma, percebe-se que as tarifas afetam diretamente níveis da economia. No nível microeconômico, impactam diretamente os consumidores, por meio do custo de vida e do consumo. No nível meso-organizacional, atingem as empresas, especialmente em seus custos, margens e estratégias comerciais. Por fim, no nível macroeconômico, influenciam o comércio internacional, as cadeias globais de suprimento e as relações econômicas entre os países, aspecto que também se relaciona à análise de Pautasso et al. (2021), ao compreender as tarifas como instrumentos que ultrapassam o campo comercial e assumem caráter estratégico e geopolítico.

5.4. COMPARAÇÕES ENTRE OS TRÊS ESTUDOS DE CASO E PESQUISA

A comparação entre os três estudos de caso permite visualizar padrões e estratégias distintas adotadas em diferentes contextos de crise. Muito além de uma ferramenta de proteção econômica e regulatória, as tarifas passaram a ocupar papel central em disputas comerciais e tensões políticas entre países nas últimas décadas.

Ao revisitar a primeira crise analisada, a Crise Asiática da década de 1990, observa-se a forte atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI) na recuperação das economias afetadas, por meio da implementação de planos econômicos e políticos de liberalização comercial. Segundo relatórios da UNCTAD (2001), entre 1997 e 2000, aproximadamente 7400 linhas tarifárias tiveram reduções ou foram eliminadas somente na Indonésia, demonstrando o

alinhamento dos países afetados às medidas propostas pelo FMI e acelerando o processo de liberalização do comércio internacional.

Essas medidas contribuíram para uma recuperação relativamente rápida das economias da região. Dados da UNCTAD (2001) apontam que, em 2005, alguns países asiáticos já apresentavam crescimento de até 8,2% em sua renda per capita. Nesse contexto, embora as tarifas tenham sido utilizadas inicialmente para proteger setores estratégicos, a posterior liberalização comercial mostrou-se relevante para acelerar a recuperação econômica dos países afetados.

Em contrapartida, a segunda crise analisada, a Crise Econômica de 2008, apresentou respostas distintas entre economias avançadas e economias emergentes. Enquanto relatórios do Banco Mundial (2011) indicam que países desenvolvidos reduziram tarifas e concentram a intervenção estatal na atração de investimentos e estímulos econômicos, nas economias emergentes prevaleceram políticas mais protecionistas. Diversos países utilizaram o contexto da crise para elevar tarifas sobre produtos estratégicos, além de ampliar medidas voltadas à proteção de suas indústrias nacionais.

Foi também nesse período que as barreiras não tarifárias ganharam maior relevância, especialmente em economias menos desenvolvidas. Conforme apontado por Manzi (2019), o período posterior à crise de 2008 foi marcado por uma desaceleração do processo de globalização, até então considerado um dos principais motores do crescimento econômico do século XXI. Nesse sentido, Gawande, Hoekman e Cui (2014) destaca que movimentos protecionistas mais intensos não ocorreram devido à elevada integração das cadeias globais de suprimento, fator que dificultou o fechamento completo das economias, como observado em crises anteriores.

Na última crise estudada, a Guerra Comercial entre China e Estados Unidos, as tarifas passaram a assumir de forma mais evidente um caráter geopolítico, ultrapassando sua função tradicionalmente protecionista. Com o crescimento econômico acelerado da China e sua consolidação como segunda maior economia mundial em 2010, o primeiro mandato de Donald Trump foi marcado pelo aumento das tarifas americanas sobre produtos chineses. Conforme analisa Pautasso et al. (2021), as medidas foram organizadas em três rodadas principais, tendo como foco setores estratégicos favorecidos pelo programa Made in China 2025. A terceira rodada ganhou destaque ao atingir aproximadamente US\$200 bilhões em produtos chineses.

Mesmo com negociações posteriores voltadas ao equilíbrio da balança comercial entre os dois países, diversas tarifas foram mantidas. Segundo Pautasso et al. (2021), a transformação das tarifas de instrumentos regulatórios em instrumentos de disputa geopolítica torna-se evidente

tanto pela escolha dos setores atingidos quanto pelas medidas que ultrapassam o campo estritamente comercial.

Essa crise possui relação direta com a pesquisa conduzida neste trabalho, especialmente diante da nova rodada de tarifas implementadas durante o segundo governo de Donald Trump, que teve impactos não apenas sobre a China, mas também sobre o comércio internacional de forma mais ampla. A pesquisa realizada evidenciou como medidas tarifárias abruptas e imprevisíveis podem afetar empresas exportadoras e importadoras, elevando custos, reduzindo competitividade, aumentando despesas operacionais e criando um clima de desconfiança e imprevisibilidade entre todos os envolvidos.

Complementarmente, as entrevistas realizadas com pessoas físicas demonstraram impactos relacionados ao aumento da inflação, dificuldades na obtenção de produtos e fornecedores, perda de popularidade governamental e maior dificuldade de planejamento econômico. Dessa forma, os resultados reforçam que os efeitos das políticas tarifárias ultrapassam o ambiente empresarial, afetando diretamente o cotidiano e as relações econômicas e sociais dos indivíduos envolvidos.

Ao relacionar os três estudos de caso com os resultados obtidos nas entrevistas, observa-se que os efeitos das políticas tarifárias e protecionistas se repetem em diferentes escalas. Na Crise Asiática, a liberalização comercial e a reorganização econômica foram utilizadas como resposta à instabilidade, demonstrando a importância da adaptação dos países diante de choques externos. Esse ponto se aproxima das entrevistas com empresas, nas quais os participantes destacaram a necessidade de reorganização estratégica, renegociação e busca por alternativas diante do aumento de custos e da instabilidade comercial.

Na Crise Econômica Global de 2008, verificou-se que muitos países evitaram o aumento direto de tarifas, mas recorreram a barreiras não tarifárias, subsídios e medidas indiretas de proteção econômica. Essa lógica também aparece nas entrevistas, especialmente quando as empresas relatam dificuldades operacionais, elevação de custos logísticos e necessidade de maior cautela nas negociações. Já na Guerra Comercial entre Estados Unidos e China, as tarifas assumiram caráter mais político e geopolítico, aspecto que se conecta às falas dos consumidores, que perceberam impactos sobre inflação, custo de vida, confiança no governo e relações comerciais internacionais.

Dessa forma, o cruzamento entre os estudos de caso e a pesquisa demonstra que as tarifas emergenciais não produzem efeitos isolados. Seus impactos atravessam diferentes níveis da economia, atingindo governos, empresas e consumidores. Enquanto os estudos de caso

evidenciam os efeitos macroeconômicos e geopolíticos das políticas tarifárias, as entrevistas demonstram como esses efeitos chegam à prática empresarial e ao cotidiano da população.

Quadro 8 - Cruzamento entre estudos de caso e resultados da pesquisa

ESTUDO DE CASO	EFEITO HISTÓRICO OBSERVADO	RELAÇÃO COM EMPRESAS	RELAÇÃO COM CONSUMIDORES
Crise Asiática dos anos 1990	Liberalização comercial e reorganização econômica após a crise	Necessidade de adaptação, reorganização estratégica e resposta a cenários instáveis	Impactos indiretos ligados à instabilidade econômica e ao custo de vida
Crise Econômica Global de 2008	Uso de barreiras não tarifárias, subsídios e medidas indiretas de proteção	Maior cautela nas negociações, aumento de custos operacionais e dificuldade de planejamento	Reflexos sobre o consumo, emprego, preços e percepção econômica
Guerra Comercial EUA x China	Retorno das tarifas como instrumentos político, econômico e geopolítico	Perda de competitividade, aumento de custos, redução de margens e necessidade de renegociação	Inflação percebida, aumento do custo de vida, mudança no consumo e desgaste político.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O quadro demonstra que os fenômenos identificados nos estudos de caso também aparecem nas entrevistas, ainda que em escalas diferentes. Enquanto as crises analisadas evidenciam os efeitos das tarifas no comércio internacional, nas estratégias governamentais e nas relações entre países, a pesquisa demonstra como esses impactos chegam à prática empresarial e ao cotidiano da população. Dessa forma, o cruzamento reforça que as políticas tarifárias emergenciais devem ser analisadas de maneira ampla, considerando seus reflexos econômicos, comerciais, sociais e políticos.

6. CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo compreender o papel das tarifas e sua evolução ao longo da história, buscando analisar sua atuação em contextos de crise e instabilidade econômica. Para isso, foram estudadas três crises globais, ocorridas em décadas distintas, com o intuito de identificar de que forma as tarifas e as estratégias governamentais influenciaram a melhora ou o agravamento dos cenários econômicos.

Como complemento, e considerando o contexto político e comercial no qual este estudo foi desenvolvido, foram realizadas entrevistas com empresas da região, com o objetivo de compreender como as recentes tensões comerciais e o avanço de políticas protecionistas, especialmente por parte dos Estados Unidos, afetam a condução dos negócios, os processos operacionais e as estratégias adotadas em momentos de crise e incerteza econômica.

Além disso, com o intuito de ampliar a análise para a perspectiva dos consumidores, foram conduzidas entrevistas com cidadãos americanos, buscando identificar possíveis mudanças nos hábitos de consumo, percepções em relação às políticas governamentais e outros aspectos que impactam o cotidiano dos indivíduos diretamente afetados por essas medidas.

6.1. CONCLUSÕES SOBRE O USO DE TARIFAS EMERGENCIAIS EM CRISES

Como observado ao longo do presente estudo, as tarifas evoluíram historicamente de instrumentos voltados ao controle da entrada e saída de mercadorias e à arrecadação governamental para mecanismos com impactos diretos sobre a dinâmica econômica global. Com o avanço da globalização e a consolidação de mercados cada vez mais integrados, as tarifas passaram a exercer influência não apenas sobre empresas e governos, mas também sobre a qualidade de vida da população.

Em todas as crises analisadas e nas pesquisas conduzidas, verificou-se que as tarifas geraram efeitos colaterais relevantes sobre economias e empresas afetadas, seja pela redução da competitividade das exportadoras, pela dificuldade de obtenção de matérias-primas nas importadoras ou pelo aumento generalizado dos custos operacionais. No entanto, as tarifas não devem ser compreendidas apenas como instrumentos geradores de impactos negativos. Quando utilizadas de forma estratégica e temporária, podem atuar como mecanismos de recuperação e reorganização econômica.

Um exemplo disso pode ser observado durante a Crise Asiática, quando determinados setores considerados estratégicos receberam proteção temporária, acompanhada de planos de

liberalização gradual e diversificação econômica, como demonstrado nos relatórios do UNCTAD (2001). Essas medidas buscavam reduzir a dependência excessiva de determinados setores produtivos e fortalecer a capacidade de recuperação das economias afetadas.

Apesar disso, os estudos de caso demonstram padrões recorrentes nas respostas governamentais em períodos de crise, especialmente em economias emergentes, nas quais o primeiro movimento costuma ser a adoção de medidas de proteção econômica. Conforme destacado por Gawande, Hoekman e Cui (2014), a elevada integração das cadeias globais de abastecimento limita os movimentos protecionistas mais extremos, uma vez que empresas e países dependem de matérias-primas, componentes e mercados distribuídos globalmente, ou seja, nenhum país hoje no mundo é autossuficiente.

A partir dessa crescente interdependência econômica, as tarifas passaram também a assumir um caráter político e geopolítico mais evidente. Como demonstrado por Pautasso et al. (2021), o governo dos Estados Unidos utilizou tarifas comerciais durante a disputa econômica com a China não apenas como instrumento regulatório, mas também como ferramenta estratégica voltada à defesa de interesses nacionais e à tentativa de reequilibrar relações comerciais entre as duas potências. Assim, percebemos a mais recente evolução no papel das tarifas no comércio mundial, onde elas assumem definitivamente um papel de instrumentos de estratégia econômica e geopolítica.

Todos esses aspectos foram evidenciados nas entrevistas realizadas com empresas da Serra Gaúcha e consumidores americanos. Os relatos demonstram que as tarifas e tensões comerciais podem dificultar ou até inviabilizar negociações internacionais, aumentar custos operacionais e reduzir a previsibilidade econômica necessária para o planejamento das empresas. Além disso, os entrevistados apontaram impactos sociais relevantes, como aumento dos preços ao consumidor, dificuldades na busca por fornecedores alternativos e redução da confiança no ambiente político e econômico.

Dessa forma, conclui-se que as tarifas não representam, por si só, um problema econômico, mas sim instrumentos que exigem equilíbrio, planejamento e objetivos bem definidos em sua aplicação. Seus efeitos atingem diferentes níveis da economia, desde governos e empresas até o consumidor final. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer a cooperação internacional e o diálogo econômico entre países, buscando acordos que conciliam interesses estratégicos, competitividade e desenvolvimento econômico com uma maior participação da Organização Mundial do Comércio. A previsibilidade nas relações comerciais internacionais mostra-se essencial para que empresas possam se planejar, manter sua competitividade e

contribuir para o fortalecimento sustentável da economia.

6.2. CONCLUSÕES REFERENTES ÀS PESQUISAS

Por meio das entrevistas com empresas da Serra Gaúcha e com pessoas residentes nos Estados Unidos, foi possível compreender os impactos das tarifas tanto sobre o setor industrial e de serviços quanto sobre o cotidiano e a economia das famílias americanas.

Na primeira etapa da pesquisa, realizada com empresas industriais voltadas à exportação para o mercado americano, observou-se que os principais impactos das tarifas estão relacionados ao aumento dos custos operacionais, seja pela importação de matérias-primas, seja pela redução das margens de lucro. As empresas também apontaram perda de competitividade e a necessidade de replanejamento estratégico rápido para acompanhar as mudanças do mercado, buscando preservar sua participação em um dos mercados mais relevantes para o setor industrial.

No caso da empresa ligada ao setor de serviços, o principal impacto identificado foi a redução de processos e uma postura mais cautelosa na condução dos negócios, refletindo a insegurança dos próprios clientes diante das incertezas econômicas. As entrevistas também demonstraram que empresas de menor porte tendem a sofrer de maneira mais intensa com crises pontuais e regionais, sejam elas econômicas, comerciais ou naturais.

Na segunda etapa da pesquisa, conduzida com consumidores americanos, foram identificadas percepções variadas acerca dos efeitos das tarifas. Os entrevistados relataram aumento nos preços de produtos alimentícios, especialmente proteínas animais, além de mudanças nos hábitos de consumo e diversificação dos produtos adquiridos pelas famílias, muito em função do avanço da inflação. Também foram relatados impactos nas relações pessoais e profissionais, especialmente em situações envolvendo fornecedores afetados pelas medidas econômicas do governo ou em discussões políticas consideradas sensíveis no ambiente social.

Os entrevistados também demonstraram perceber um forte caráter político nas estratégias tarifárias adotadas pelo governo americano, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pela própria indústria nacional para suprir a demanda interna do país. Nesse contexto, a pesquisa evidencia como medidas comerciais e políticas econômicas podem ultrapassar o ambiente corporativo e afetar diretamente o cotidiano da população.

Outro ponto relevante identificado tanto nas entrevistas com empresas quanto com consumidores foi a questão da imprevisibilidade econômica. Os participantes destacaram que a maior dificuldade enfrentada pelas empresas não está necessariamente na existência das tarifas em si, mas na rapidez e na falta de previsibilidade com que essas medidas são implementadas.

Isso dificulta o planejamento estratégico, a adaptação operacional e, em alguns casos, até mesmo a permanência em determinados mercados.

As entrevistas também evidenciaram que os impactos das tarifas se estendem por toda a cadeia de suprimentos, desde empresas produtoras e exportadoras até o consumidor final nos pontos de venda. Esse cenário torna-se ainda mais evidente à medida que cresce a integração entre as economias e cadeias globais de produção e abastecimento.

Dessa forma, conclui-se que a aplicação de tarifas de maneira abrupta e sem períodos adequados de adaptação tende a gerar insegurança econômica, dificuldades de planejamento e necessidade constante de reestruturação estratégica. Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer a estabilidade econômica e comercial entre os países, permitindo que empresas atuem de maneira mais sustentável e aproveitem as oportunidades proporcionadas pelo comércio internacional. Com maior previsibilidade econômica, torna-se possível reduzir pressões inflacionárias, estimular investimentos, gerar empregos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

6.3. LIMITAÇÕES DO ESTUDO E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

As considerações deste estudo devem ser compreendidas a partir de algumas limitações metodológicas. Primeiramente, os resultados da pesquisa qualitativa refletem as percepções dos entrevistados sobre os efeitos das crises internacionais e das políticas tarifárias, não permitindo estabelecer relações causais ou generalizações estatísticas para toda a população de empresas exportadoras, importadoras ou consumidores.

Além disso, a amostra utilizada foi intencional e não probabilística, contemplando um número restrito de participantes. No caso das empresas, os resultados refletem predominante a realidade de organizações da Serra Gaúcha, com destaque para empresas industriais exportadoras do segmento metalúrgico e uma empresa ligada ao setor de serviços de exportação. Dessa forma, os impactos observados podem ser diferentes em outros setores econômicos, como agronegócio, tecnologia, bens de consumo ou serviços de maior escala.

No caso dos consumidores, a pesquisa concentrou-se em residentes nos Estados Unidos, país diretamente envolvido nas disputas comerciais analisadas. Embora suas percepções contribuam para compreender os efeitos sociais e econômicos das tarifas, não representam a totalidade da população norte-americana nem consumidores de outros países afetados por políticas semelhantes.

Por fim, embora as crises analisadas apresentem impactos convergentes sobre o comércio internacional, suas origens, mecanismos de transmissão e contextos históricos são distintos. Por esse motivo, a comparação entre os estudos de caso exige cautela, sendo compreendida como uma aproximação analítica voltada à identificação de padrões, e não como equivalência direta entre os eventos.

Como sugestão para pesquisas futuras, o presente trabalho indica a ampliação dos estudos relacionados aos impactos das tarifas e das políticas comerciais no cenário econômico internacional. Uma das possibilidades de aprofundamento consiste na análise dos efeitos das tarifas no longo prazo, especialmente na forma como empresas se adaptam ao longo dos anos, reorganizam cadeias produtivas e buscam novos fornecedores e mercados, estabelecendo novas relações comerciais em resposta às mudanças econômicas globais.

Outra possibilidade de pesquisa refere-se aos impactos sociais das tarifas e sua influência sobre o comportamento do consumidor, a polarização política e a percepção social da inflação, especialmente no que diz respeito à redução do poder de compra da população ao longo do tempo. Esse tipo de abordagem pode contribuir para uma compreensão mais ampla dos efeitos indiretos das políticas tarifárias sobre a sociedade.

Além disso, considerando a evolução das tarifas como instrumentos de influência econômica e geopolítica, futuros estudos podem aprofundar a análise sobre a utilização dessas medidas em setores estratégicos da economia contemporânea, principalmente nas áreas de tecnologia, dados e informação. Também se mostra relevante compreender como tais disputas contribuem para a reorganização do comércio internacional, seja por meio da criação de novos acordos comerciais, seja pela substituição de parceiros estratégicos entre países.

Outra sugestão relevante envolve estudos voltados às cadeias globais de suprimento, buscando compreender como a globalização e o incentivo ao comércio internacional contribuíram para a crescente interdependência econômica entre países e empresas. Nesse contexto, torna-se interessante analisar a dependência dos mercados internacionais tanto para a aquisição de matérias-primas quanto para a comercialização de produtos, além de temas relacionados à regionalização da produção e estratégias como reshoring e friendshoring.

O comércio internacional apresenta-se como um campo amplo e dinâmico de estudo, despertando interesse crescente diante das constantes transformações econômicas, políticas e tecnológicas do cenário global. Compreender o funcionamento das cadeias produtivas, das relações comerciais e dos agentes envolvidos nesse processo torna-se cada vez mais relevante para entender os desafios e oportunidades presentes na economia mundial contemporânea.

REFERÊNCIAS

ACERVO O GLOBO. Tigres Asiáticos entram em crise, em 1997, e provocam turbulência global. *O Globo*, 4 out. 2013. Atualizado em: 23 out. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/tigres-asiaticos-entram-em-crise-em-1997-prov-ocam-turbulencia-global-10260624>. Acesso em: 6 out. 2025.

BANK OF THAILAND. *Lessons learnt from the Asian Financial Crisis*. “TomYam Kung” lesson. Bangkok, 2022. Disponível em: <https://www.bot.or.th/en/our-roles/special-measures/Tom-Yum-Kung-lesson.html>. Acesso em: 18 sept. 2025.

BARTH, Enise Teixeira. *A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais*. Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 177-201, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210209>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Como a Argentina saiu da hiperinflação há 30 anos e qual a viabilidade de se repetir a fórmula. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxwjp8yw89po>. Acesso em: 22 set. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Como duas décadas de expansão criaram o “século da China”. *BBC em Português*, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55989290>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Crise financeira: um colapso que ameaçou o capitalismo. *BBC em Português*, 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588>. Acesso em: 08 out. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Tarifaço de Trump: como medida similar em 1930, arrasou ainda mais a economia global e agravou a Grande Depressão. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj0zqnn4q9jo>. Acesso em: 11 sept. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Acordos Internacionais de Comércio. Portal Siscomex, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/2-identificacao-do-mercado-a-lvo/acordos-internacionais-de-comercio>. Acesso em: 5 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Aspectos Tarifários. Portal Siscomex, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/informacoes/perguntas-frequentes/acordos-comerciais/7-aspectos-tarifarios>. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Barreiras Comerciais. Portal Siscomex, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/2-identificacao-do-mercado-a-lvo/barreiras-comerciais>. Acesso em: 5 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Brasil discute oportunidades de expansão dos negócios com a China. Brasília, DF: MDIC, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/brasil-discute-oportunidades-de-expansao-dos-negocios-com-a-china>. Acesso em: 13 de nov. 2025.

BRASIL. Câmara de Comércio Exterior. Resolução CAMEX nº 48, de 8 de setembro de 2009. Aplica direito antidumping provisório, por até 6 meses, nas importações brasileiras de calçados originários da República Popular da China. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Comex Stat. Brasília, DF: MDIC, 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 13 de nov. 2025

BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. Portaria SECEX nº 200, de 11 de julho de 2022. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2022. Disponível em: portal Gov.br. Acesso em: 12 de nov. 2025.

BOOKEY. *Economia Internacional*. Disponível em: <https://www.bookekey.app/pt/book/economia-internacional->. Acesso em: 4 dez. 2025.

BORA, Bijit; NEUFELD, Inge Nora. Tariffs and the East Asian Financial Crisis. Policy Issues in International Trade and Commodities Study Series, n. 13. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2001. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/itcdtab14_en.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

BREUHAN, David R. Uma breve história das tarifas e das crises no mercado de ações. Disponível em: <https://mises.org.br/artigos/3589/uma-breve-historia-das-tarifas-e-das-crisis-no-mercado-de-acoes>. Acesso em: 8 sept. 2025.

Campos, T. S. (2012, January 9). Renascimento. Mundo Educação. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/renascimento-utopias.htm>. Acesso em: 9 set. 2025.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228700319_A_crise_asiatica_e_seus_desdobramentos. Acesso em: 20 set. 2025.

CARSON, Michael; CLARK, John. Asian Financial Crisis. Disponível em: <https://www.federalreservehistory.org/essays/asian-financial-crisis>. Acesso em: 18 sept. 2025.

CLINTON, Bill. *Remarks on U.S.–China Relations*. Washington D.C., 15 nov. 1999. Disponível em: https://1997-2001.state.gov/regions/eap/991115_clinton_china.html?safe=1. Acesso em: 11 nov. 2025.

CORRÊA, A. A. de C. Notas sobre a história dos impostos e o Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito da USP, v. 103, p. 1-20, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66622/69232/88010>. Acesso em: 9 set. 2025.

Correios ampliam prejuízo no segundo trimestre, e rombo vai a R\$ 4,3 bilhões em 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/09/06/correios-ampliam-prejuizo-no-segundo-trimestre-e-rombo-vai-a-r-43-bilhoes-em-2025.ghtml?utm_source=the_news&utm_medium=newsletter&utm_campaign=08-09-2025&_bhlid=d58d7302bb9e469022f52fafc7616b8135a08568. Acesso em: 8 sept. 2025.

Crise do Petróleo: o que foi, fases e consequências! Blog do Stoodi; Stoodi Ensino e Treinamento a distância S.A, 16 Apr. 2019. Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/historia/crise-do-petroleo-o-que-foi/>. Acesso em: 11 sept. 2025

DALL'AGNOL, Augusto C.; DALL'AGNOL, Gustavo F. Competição Interestatal, Componentes Críticos e Cadeias de Suprimentos: Implicações para a Ordem Liberal. *Revista Agenda Política*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 17–43, jan. 2022. DOI: 10.31990/agenda.2020.3.1. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/486>. Acesso em: 24 nov. 2025.

DE CASTRO, Ligia Lemos. Crise de 1929: conheça a história da Grande Depressão. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/crise-de-1929/>>. Acesso em: 11 sept. 2025.

ELEVATOR, Faria Lima. Tarifas: Uma Jornada pela História, Arte e Economia. Disponível em: <<https://cartadocondado.substack.com/p/tarifas-uma-jornada-pela-historia>>. Acesso em: 9 sept. 2025.

FBS. *5 crises financeiras globais que abalaram o mundo*, 27 jun. 2024. Disponível em: <https://fbs.com/pt/fbs-academy/traders-blog/5-global-financial-crises-that-shook-the-world>. Acesso em: 22 set. 2025.

GALA, P. No século XIX, os Estados Unidos adotaram uma política de forte protecionismo econômico. 2023. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/no-seculo-xix-os-estados-unidos-adotaram-uma-politica-de-forte-protecionismo-economico/>. Acesso em: 9 set. 2025.

GATT. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasomc/brasil-e-a-omc/gatt>>. Acesso em: 5 sept. 2025.

GAWANDE, Kishore; HOEKMAN, Bernard; CUI, Yue. *Global Supply Chains and Trade Policy Responses to the 2008 Crisis*. The World Bank Economic Review, v. 29, n. 1, p. 102-128, Jan. 2015. DOI: 10.1093/wber/lht040. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/568371488366975320/pdf/112419-JRN-PUBLIC-WBER-2015-29-1-global-supply-chains-and-trade-policy-responses-to-the-2008-crisis.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em 2 de jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em 3 de jun. 2026.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2026.

HEMMELGARN, Thomas; NICODEME, Gaëtan. *A crise financeira de 2008 e a política fiscal*. Bruxelas: Comissão Europeia, 11 jan. 2010. Disponível em: https://publications.europa.eu/resource/genpub/PUB_KPAC09020ENC_PDFX.1.4. Acesso em: 15 out. 2025.

Higa, C. C. (2007, October 3). Mkrugmanercantilismo. Mundo Educação. <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/mercantilismo.htm>. Acesso em: 9 set. 2025.

Horsley, S. (2018, March 8). Trump formally orders tariffs on steel, aluminum imports. NPR. <https://www.npr.org/2018/03/08/591744195/trump-expected-to-formally-order-tariffs-on-steel-aluminum-imports>>. Acesso em: 8 sept. 2025

INTERNATIONAL MONETARY FUND. The Asian Crisis: Causes and Cures. Finance & Development, v. 35, n. 2, junho 1998. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1998/06/imfstaff.htm>. Acesso em: 22 set. 2025.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. The Korean Financial Crisis of 1997. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/1999/wp9928.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

International Monetary Fund. World Economic Outlook: October 2025 – Global Economy in Flux, Prospects Remain Dim. Washington, DC: International Monetary Fund, 14 out. 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2025/10/14/world-economic-outlook-october-2025>. Acesso em: 12 nov. 2025.

JAKOBSEN, Kjeld. *Livre comércio X Comércio justo*. Teoria e Debate, 22 fev. 2006. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2006/02/22/livre-comercio-x-comercio-justo/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. *Economia Internacional: teoria e política*. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2016. Acesso em: 5 set. 2025

Lessons learnt from the Asian financial crisis. Disponível em: <https://www.bot.or.th/en/our-roles/special-measures/Tom-Yum-Kung-lesson.html>. Acesso em: 18 set. 2025.

MANZI, Rafael Henrique Dias. *Economic globalization in the global post-crisis of 2008: limits and deadlocks*. Revista de Economia Política, v. 39, n. 3, p. 470-484, 2019. DOI: 10.1590/0101-35172019-2922. Acesso em: 23 out. 2025

NATIONAL STATISTICAL ORGANIZATIONS and CENTRAL BANKS; OECD NATIONAL ACCOUNTS; WORLD BANK STAFF ESTIMATES (2025) – processado por Our World in Data. Annual growth of GDP per capita. Our World in Data. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/gdp-per-capita-growth?country=THA~KOR~IDN~SGP~MY~PHL&globe=1&globeRotation=26%2C81&globeZoom=1.85®ion=Asia&tab=line&time=1995.2000>. Acesso em: 22 set. 2025.

O que foi a Conferência de Bretton Woods? Disponível em: <https://www.politize.com.br/bretton-woods/>. Acesso em: 11 sept. 2025.

OLIVEIRA, Rodrigo. ‘Taxa das blusinhas’: Renner, C&A e Riachuelo registram alta nos lucros após um ano da tarifa. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/2025/8/12/taxa-das-blusinhas-renner-c-a-e-riachuelo-registram-alta-nos-lucros-apos-um-ano-da-tarifa>. Acesso em: 8 sept. 2025.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago Soares; UNGARETTI, Carlos Renato; PRESTES RABELO, Ana Maria. *As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA*. Carta Internacional, v. 16, n. 2, e1122, 2021. DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1122. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Conta/article/view/1122>. Acesso em: 13 nov. 2025.

PLACIDO, Rodrigo. *Fatos relevantes sobre a economia chinesa*. Economia Mainstream, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://economiamainstream.com.br/artigo/fatos-relevantes-sobre-a-economia-chinesa/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

PONTES, Rúbia Marcussi. *Barack Obama e Donald Trump: a China na grande estratégia dos Estados Unidos (2009-2019)*. *Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC Minas*, v. 9, n. 4, p. 131-149, 2022. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2021v9n4p131-149. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/estudosinternacionais/article/view/24135>. Acesso em: 13 nov. 2025.

Protecionismo: o que é e como é aplicado? Disponível em: <https://www.politize.com.br/protecionismo-o-que-e/>. Acesso em: 4 set. 2025.

REAGAN, Ronald. Radio Address to the Nation on the Canadian Elections and Free Trade. Ronald Reagan Presidential Library & Museum, 26 nov. 1988. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/radio-address-nation-canadian-elections-and-free-trade>. Acesso em: 5 sep. 2025.

Research Gate; “The movement of the Thai Bath” Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/The-Movement-of-the-Thai-Baht-1996-1998_fig3_311585881. Acesso em: 19 sept. 2025.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIK, Dani. *Globalization, tariffs and democracy: economist Dani Rodrik on why isolationism isn't the answer*. World Economic Forum, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/stories/2025/02/globalization-tariffs-democracy-isolationism-dani-rodrik/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

SILVA, Daniel Neves. Imperialismo. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/imperialismo.htm>. Acesso em: 11 sept. 2025.

THE WORLD BANK. *Taking stock of trade protectionism since 2008*. Washington, DC: World Bank, 2025. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/1b47bdb8-b522-5293-a14a-6161badd7c74>. Acesso em: 15 out. 2025.

UNIVERSIDADE DE COLUMBIA. A Good Look at the Thai Financial Crisis in 1997-98. Disponível em: https://www.columbia.edu/cu/thai/html/financial97_98.html. Acesso em: 19 set. 2025.

UNCTAD. Non-tariff measures from A to Z. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2022. Disponível em: <https://unctad.org/publication/non-tariff-measures-z>. Acesso em: 2 jun. 2026.

VALINOR, Rodrigo. *Zona de Livre Comércio: saiba o que é e quais são as principais*. Remessa Online, 20 nov. 2023 (atualizado em 06 fev. 2025). Disponível em: <https://www.remessaonline.com.br/blog/zona-de-livre-comercio/>. Acesso em: 04 dez. 2025.

WALL STREET JOURNAL. Hanbo Scandal Highlights. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180828170142/https://www.wsj.com/articles/SB856112251674048000>. Acesso em: 20 set. 2025.

WILLIAM, Darlan Santos e.; PERISSÉ, Júlia. Taxa das blusinhas: o que é, quando começa e quanto vai custar? Disponível em: <https://www.taxgroup.com.br/intelligence/taxa-das-blusinhas-o-que-e-quando-comeca-e-quanto-vai-custar/>. Acesso em: 8 sept. 2025.

Winston S. Churchill. Churchill Book Collector. Disponível em: <https://www.churchillbookcollector.com/pages/winston-churchill/219/for-free-trade?utm_source>. Acesso em: 5 sept. 2025.

YELLEN, Janet L. The Asian Financial Crisis Ten Years Later: Assessing the Past and Looking to the Future. Discurso proferido em 6 fev. 2007, Los Angeles, EUA. San Francisco, CA: Federal Reserve Bank of San Francisco, 2007. Disponível em: <https://www.frbsf.org/news-and-media/speeches/yellen-speeches/2007/02/the-asian-financial-crisis-ten-years-later-assessing-the-past-and-looking-to-the-future/>. Acesso em: 08 out. 2025.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevista – Pessoa Jurídica:

1. Impacto geral;

Tarifas, conflitos comerciais ou crises externas impactam o dia a dia da empresa? De que forma?

2. Experiências passadas;

Você se recorda de alguma crise relevante que tenha impactado de forma significativa as exportações ou os negócios da empresa?

3. Disputas comerciais recentes;

A recente disputa comercial entre Estados Unidos e Brasil, com o aumento de tarifas sobre produtos brasileiros, teve algum impacto direto ou indireto sobre a empresa?

4. Percepção sobre o comércio internacional;

Com o passar dos anos, você acredita que o mundo está se tornando mais aberto ou mais fechado no comércio internacional?

5. Efeitos práticos das tarifas;

Você se recorda de alguma alteração em preços, contratos ou estratégias da empresa em função de tarifas ou restrições à importação?

6. Perguntas adicionadas pela orientadora;

As tarifas afetaram a competitividade da empresa frente aos concorrentes internacionais?

Algum acordo comercial ajudou ou dificultou as operações?

Roteiro de Entrevista – Pessoa Física (cidadãos americanos):

1. Percepção de preços;

Após as tarifas aplicadas durante o governo Trump, você percebeu alguma mudança nos preços dos produtos que consome?

2. Avaliação da política comercial;

Como você avalia a estratégia mais protecionista adotada pelo governo dos Estados Unidos nesse período?

3. Mudanças no consumo;

Mudanças nos preços de produtos importados influenciam suas decisões de consumo? De que forma?

4. Impacto no cotidiano;

Como você enxerga a disputa comercial entre os países? Você acredita que isso afeta sua vida ou seu dia a dia?

5. Cooperação internacional;

Na sua visão, a cooperação entre os países tem aumentado ou diminuído? Você acredita que isso impacta sua vida de alguma forma?